

ANGOLA E A RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS NA REGIÃO DOS GRANDES LAGOS: O CASO DA CIRGL

Maria Alice Manuel Miranda

Orientador: Professor Doutor Álvaro Nóbrega

Este trabalho é destinado à apresentação da Dissertação de Mestrado em
Relações Internacionais para obtenção do grau de Mestre

Lisboa
2018

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

Aos meus pais, pela educação que me inculcaram.

WWW.ISCSP.ULISBOA.PT

ÍNDICE

RESUMO.....	IV
ABSTRACT.....	V
LISTA DAS ABREVIATURAS.....	VI
LISTA DE FIGURAS/TABELAS.....	VIII
AGRADECIMENTOS	IX
INTRODUÇÃO	1
1.1 Tema e Objecto	1
1.2 Objectivos	2
1.3 Formulação do problema de investigação	2
1.4 Metodologia	2
1.4.1 Hipóteses de trabalho	2
1.4.2 Método Qualitativo	3
1.4.3 Análise documental	3
1.4.4 Técnica da observação.....	4
1.4.5 Técnica de Entrevista semiestruturada	4
CAPÍTULO 1: ENQUADRAMENTO TEÓRICO	4
1.1 Conceito de Conflito e Resolução de Conflitos	5
1.2 A Resolução de conflitos no contexto Africano	6
1.3 O conceito de Política Externa e a questão do Interesse Nacional	7
1.4 O conceito do Poder do Estado	8
1.5 Neo-realismo e Relações Internacionais.....	10
CAPÍTULO 2: AS CAUSAS DOS CONFLITOS NA RDC.....	11
2.1 Os factores geopolíticos dos conflitos na RDC	11
2.2 A complexidade étnica no epicentro dos conflitos do Kivu	14
2.3 As principais forças negativas e as suas motivações	15
2.4 A “maldição” da má gestão dos recursos minerais na RDC	18
2.5 O enfraquecimento da soberania da República Democrática do Congo	21
CAPÍTULO 3: A EVENTUAL EMERGÊNCIA DE ANGOLA COMO POTÊNCIA REGIONAL NA REGIÃO DOS GRANDES LAGOS	23
3.1 O posicionamento geográfico de Angola no <i>heartland sul</i> :.....	23
3.2 Os recursos naturais em abundância: a maldição do petróleo.....	25
3.3 A fraca capacidade industrial de Angola.....	27

3.4 A projeção das Forças Armadas Angolanas a nível regional.....	28
3.5 A dimensão sociocultural e científica.....	30
3.6 A qualidade do Governo angolano em mudança.....	32
3.7 A afirmação regional da diplomacia angolana.....	35
3.8 Os interesses de Angola na Região dos Grandes Lagos: o caso da RDC.....	36
CAPÍTULO 4: O PAPEL DESEMPENHADO POR ANGOLA NA RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS NA REGIÃO DOS GRANDES LAGOS	37
4.1 A gênese da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos.....	37
4.2 A estrutura organizacional da CIRGL	39
4.3 A dupla presidência de Angola na CIRGL (2014- 2017).....	43
4.4 O balanço positivo dos dois mandatos.....	45
4.5 A influência exercida por Angola na mediação dos conflitos na RDC.....	47
4.5.1 A forte cooperação entre a CIRGL e outras organizações regionais.....	47
4.5.2 As vantagens de Angola em relação aos outros Estados-membros da CIRGL para apaziguar os conflitos na RDC.....	50
CONCLUSÃO.....	51
BIBLIOGRAFIA.....	54
ANEXO	85

RESUMO

Uma vez que os principais conflitos intraestatais atuais se encontram no continente africano, as organizações regionais começaram a preconizar uma Nova Agenda para a Paz Africana, sobrepondo-se à Agenda para Paz de Boutros Boutros-Ghali. A Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos, insere-se nestas organizações cujos Estados-membros cooperam pela Paz e Segurança em África. A República Democrática do Congo, é um dos países que mais causa instabilidade na Região dos Grandes Lagos e por este motivo, veremos como Angola, enquanto presidente da CIRGL de 2014 a 2017, utilizou a sua experiência nas resoluções de conflitos, a favor de uma acalmia nos conflitos da RDC. Angola desempenha um papel de tal modo preponderante na CIRGL que chegámos a nos perguntar se além de querer preservar a sua soberania e promover o desenvolvimento, Angola não ambiciona também em tornar-se numa potência regional na Região dos Grandes Lagos. Porém, ao longo da Dissertação, veremos que a resposta a esta questão é muito mais complexa. O certo é que o duplo mandato consecutivo de Angola na CIRGL contribuiu para consagrar a autonomia da sua Diplomacia e torná-lo num parceiro privilegiado para as questões de Paz e Segurança africana, quer a nível regional ou internacional.

Palavras Chave: República Democrática do Congo, Angola, Conflitos, CIRGL, Cooperação, Política Externa

ABSTRACT

Since the current inter-states conflicts mainly take place in Africa, the regional organisations decided to advocate for the implementation of a New Agenda in favour of peace in Africa, in juxtaposition with Boutros Boutros Ghali's paper "*An Agenda for Peace*". The International Conference on the Great Lakes Region (ICGLR) is an integral part of these organisations whose Member States cooperate with a view to ensure peace and security in Africa. The Democratic Republic of Congo (DRC) is one of the most unstable country in the Great Lakes region. In this context, we will discuss the role of Angola as Chair of the ICGLR from 2014 until 2017. Angola would build on the experience of conflict resolution to ease tensions in the DRC. Angola is playing such a leading role within the ICGLR that we may ask ourselves if, besides maintaining its sovereignty and promoting economic development, the country aspired to become a regional power in the Great Lakes Region. However, as we will demonstrate, the matter is more complex than appears at first sight. What is certain is that after two consecutive terms at the helm of the ICGLR, Angola contributed to the dedication of an autonomy of diplomacy and made the country a privileged partner, on peace and security issues in Africa, to either international or regional level.

Key words: Democratic Republic of the Congo, Angola, Conflicts, ICGLR, Cooperation, Foreign Policy

LISTA DAS ABREVIATURAS

ADF : Forças Democráticas Aliadas

AFDL: Aliança das Forças Democráticas para a Libertação do Congo

ANC: Congresso Nacional Africano

CASA-CE Convergência Ampla de Salvação de Angola-Coligação Eleitoral

CEEAC: Comunidade Económica dos Estados da África Central

CGG: Comissão do Golfo da Guiné

CIRGL: Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos

CNDP: Congresso Nacional de Defesa do Povo

CNU: Carta das Nações Unidas

CPS: Conselho de Paz e Segurança

CRA: Constituição da República de Angola

DDRRR: Desarmamento, Desmobilização, Repatriação, Reintegração e Reassentamento

EMG: Estado-Maior General

EUA: Estados-Unidos da América

EWS: “*Continental Early Warning Sistem*”

FAA: Forças Armadas Angolanas

FANA: Força Aérea Nacional Angolana

FAPLA : Forças Armadas Populares de Libertação de Angola

FNLA: Frente Nacional de libertação de Angola

FARDC :Forças Armadas da República Democrática do Congo

FDLR: Forças Democráticas de Libertação do Ruanda

FLEC: Frente de Libertação do Enclave de Cabinda

FRPI: Força de Resistência Patriótica do Ituri

FOCA: Forças Combatentes Abacunguzi

GICI: Gabinete de Intercâmbio e Cooperação Internacional

IDH: Índice de Desenvolvimento humano

INE: Instituto Nacional de Estatística

LRA: Forças Armadas de Resistência do Senhor

MGA: Marinha de Guerra

MCVA: Mecanismo Conjunto de Verificação Alargada

MRA: Mecanismo Regional de Acompanhamento

MPLA: Movimento Popular de Libertação de Angola

MONUC: Missão da Organização das Nações Unidas para o Congo

MONUSCO : Missão da Organização das Nações Unidas para o Congo

MRC: Mecanismo Regional de Certificação

M23: Movimento 23 de Maio

OCDE: Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico

OIG: Organização intergovernamental

PALOP: Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PCASD: Política Comum Africana de Segurança e Defesa

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRS: Partido de Renovação Social

ONG: Organização Não Governamental

ONU: Organização das Nações Unidas

OUA: Organização da União Africana

RDC: República Democrática do Congo

RETFOP: Projeto de Revitalização do Ensino Técnico e de Formação Profissional

RINR: Iniciativa Regional contra a Exploração Ilegal dos Recursos Naturais

SIPRI: Instituto de Investigação sobre a Paz de Estocolmo

UA: União Africana

UE: União Europeia

UNITA: Independência Total de Angola

ZEE: Zona Económica Exclusiva

LISTA DE FIGURAS/TABELAS

Figura 1: As infraestruturas rodoviárias na RDC

Figura 2: Os recursos minerais dos Kivus e os seus desastres

Figura 3: Composição da Assembleia Nacional Angolana após Eleições Gerais de 2017

Figura 4: A participação de Angola nas Organizações regionais e internacionais

Tabela 1: Principais forças negativas na RDC

Tabela 2: População projetada por grupos etários, segundo a área de residência e sexo, Angola 2018

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter guiado o meu caminho ao longo destes anos e por ter-me dado a força necessária sempre que precisei.

Agradeço aos meus pais, António José Oliveira Miranda e Rosa Constantino Manuel Neto pelo apoio incondicional que sempre me deram, pelos sacrifícios para oferecer-me a melhor educação possível e por acreditarem em mim. Agradeço em particular, ao meu pai que ao longo das minhas investigações esteve mais presente do que nunca. Obrigada pelas conversas que tivemos que muitas vezes se transformaram em debates. Obrigada por ter desafiado o meu espírito crítico e ter-me ajudado a ter uma visão mais inclusiva sobre o tema da minha Dissertação. As questões que me colocou e que muitas vezes só lhe pude responder superficialmente, levaram-me a pesquisar melhor e a pôr em questão hipóteses que eu achava certas. Outrossim, agradeço por me ter transmitido o gosto pela defesa da pátria, esta Angola tão “Magnífica e Miserável” ao mesmo tempo.

Agradeço, como é óbvio, a Sua Excelência, ex- Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas, General Geraldo Sachipengo Nunda, por ter autorizado as minhas investigações no seio desta instituição militar. Agradeço também, a Sua Excelência, Tenente-General Carlos de Sousa Couceiro pela oportunidade que me foi dada para efetuar o meu estágio no Gabinete de Intercâmbio e Cooperação Internacional, por ter-me concedido uma entrevista e pelo apoio ao longo dos dois meses de estágio. Aproveito para agradecer a todos os superiores e colegas que passaram por mim ao longo daqueles meses, com destaque para o Coronel David José que muito partilhou comigo uma paixão comum pelo Direito e transmitiu-me o gosto pela advocacia. Agradeço ao Coronel António Francisco Cardoso, e ao Tenente-Coronel Agostinho Leitão Conde Gaspar, meus supervisores. Agradeço também ao Tenente-Coronel Eurico dos Reis, a Capitã Irany Teixeira, ao Capitão Guilherme Adolfo Guimarães Gabriel e aos demais colegas pela simpatia.

Ao meu Orientador, Professor Doutor Álvaro Nóbrega, por quem tive admiração e respeito pelo conhecimento que tinha do continente africano desde a primeira aula que lecionou. Agradeço-o por ter aceite ser meu orientador, pela paciência que teve comigo, por ter respondido às dúvidas que tinha e pelos conselhos que me deu para apresentar uma dissertação com qualidade, ao nível das minhas expectativas.

Ao ISCSP, esta instituição de prestígio e a todos os docentes que foram meus professores e aos meus colegas que muitos se tornaram amigos, em particular a Bárbara

Cláudio Marteleira e a Narinet Wuesa do Espírito Santo, companheiras de todos os momentos.

Por fim, vai um agradecimento geral a minha família de sangue e por afinidade que sempre me fez acreditar em mim. Aos meus amigos que me apoiaram e tiveram que me ouvir incansavelmente falar desta dissertação durante dois anos, entre os quais, a Ana Quiteque Araújo, o Cláudio Pinhal, a Elizabeth de Sousa, o Kilanda Miguel António, a Nathaly Von-Haff, a Olga Sousa Luís, a Rita Vaia Bunga Kiamesso, a Sidney Xissola Bunga dos Santos e a Victoria Fernando.

Obrigada a todos por terem estado presentes nos momentos bons e nos mais difíceis.

INTRODUÇÃO

1.1 Tema e Objecto

A Região dos Grandes Lagos é a área geopolítica composta pela República Democrática do Congo, Ruanda, Uganda e Tanzânia. É uma região marcada pelos maiores lagos do continente africano, por uma proximidade cultural e linguística. Porém, esta região está assolada por conflitos étnicos e políticos regulares. Os conflitos nesta região são tão frequentes que põem em causa a paz internacional e estabilidade regional. Deste modo, em 2000, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, graças às resoluções 1291 e 1304, criou a Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL).

Esta investigação leva-nos a um objeto mais concreto que é a estratégia de Angola para procurar garantir a paz nos países membros da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos. Sendo uma organização relativamente recente e tendo Angola na sua presidência desde 2014 até final de 2017 devido à prorrogação do seu mandato, interessa investigar acerca do êxito desse mandato do presidente da República José Eduardo dos Santos como presidente da CIRGL, tendo participado principalmente na tentativa de resolução dos conflitos na República Democrática do Congo e na República Centro Africana, outro país em crise étnica desde 2013.

Este tema pareceu-nos relevante, devido à conjuntura regional atual, à possibilidade de Angola se afirmar como uma potência regional mas sobretudo, devido ao seu passado, uma vez que a sua história colonial influencia até agora no modo internacionalista e realista de Angola interagir com a comunidade internacional. De facto, contrariamente a outros países membros da CIRGL, Angola foi colonizada por um colonizador integracionista, anti-multiculturalista e anti-tribalista, Portugal. A teoria do Lusotropicalismo de Gilberto Freyre promoveu a “maneira portuguesa de estar no mundo” (Pélissier, 1978, p.38). Assim, Portugal era conhecido por apoiar a miscigenação nos países colonizados. Dada a independência de Angola, em 1975, o país, representado pelo partido no poder, MPLA, manteve o legado colonial anti-tribalista, o que permitiu, apesar de mais de vinte anos de guerra civil, que a Nação se mantivesse una, fora a exceção das reivindicações independentistas de Cabinda. Esta é a principal razão social do êxito de Angola e a sua mais valia em relação aos outros países da CIRGL.

1.2 Formulação do problema de investigação

Um dos principais objectivos da Conferência Internacional sobre Região dos Grandes Lagos é o estabelecimento da paz e segurança na região em prol dum maior desenvolvimento regional. Neste sentido, que papel é desempenhado pela República de Angola no processo de neutralização das forças negativas e melhor democratização na República Democrática do Congo ?

1.3 Objectivos

Objectivo geral:

→ Analisar a Política Externa angolana para a Região dos Grandes Lagos

Objectivos específicos:

→ Analisar a ação de Angola na Presidência da CIRGL

→ Entender porque o Quênia cedeu o seu lugar à Angola na presidência da CIRGL

→ Analisar o poder nacional de Angola diante dos outros países membros da CIRGL

→ Reatualizar os dados sobre os conflitos na Região dos Grandes Lagos, dando maior ênfase à República Democrática do Congo

1.4 Metodologia

1.4.1 Hipóteses de trabalho

O presente estudo parte das seguintes hipóteses:

- Com as suas ações na Região dos Grandes Lagos, Angola pretende tornar-se numa potência nesta região
- De todos os Estados-membros da CIRGL, Angola é o país com mais capacidade para pacificar esta região
- Existe uma correlação entre a política externa angolana de manutenção e consolidação da paz na Região dos Grandes Lagos e a melhoria das suas relações diplomáticas

1.4.2 Método Qualitativo

O método qualitativo é um método científico que apareceu em meados do século XIX no ramo da investigação social e da antropologia. O estudo sociológico de Frédéric Le Play, *Les ouvriers européens*, 1855, é considerado como um dos estudos pioneiros a usar a observação direta e o estudo comparativo (Moreira, C.D, 2007, pp.57-63). A técnica da entrevista teve maior relevância com a obra de Sidney e Beatrice Webb, *Methods of social investigation*, 1932, onde abordam o método qualitativo. Nos anos 60, foram realizados trabalhos qualitativos pela Escola de Chicago, nomeadamente por Howard Becker que efetuou uma pesquisa sobre o comportamento dos estudantes de medicina da universidade de Kansas, tendo nesse âmbito, durante três anos, ido às aulas com os alunos, frequentado os mesmos sítios que eles e aproveitou para os observar. Procedemos começando por recolher informações bibliográficas, de documentos e dados informáticos, após isso, optamos então por utilizar a técnica de análise documental, a observação participante e a entrevista.

1.4.3 Análise documental

A análise documental é uma das técnicas de recolha de dados que consiste em três ações principais: observar, perguntar e ler. Antes de mais, entende-se por documento, qualquer “ material informativo sobre um determinado fenómeno que existe com independência de ação do investigador” (Moreira, 2007, p. 153). Pode ser livros, contratos, cartas, estatísticas, artigos de jornais, revistas, autobiografias, entre outros e pode ser numérico, elaborado ou em bruto. Em suma, a análise documental consiste no uso da informação disponível, independentemente do seu carácter documental. No entanto, é possível classificar os dados consoante a sua fonte. Por um lado, existem os dados primários que são elementos de observação e entrevista ou inquéritos realizados pelo investigador . Por outro lado, existem os dados secundários que são documentos escritos tal como documentos institucionais, de carácter público, documentos pessoais de carácter privado ou documentos audiovisuais (Moreira, 2007, p. 154). Todavia, como qualquer outra técnica de investigação, o uso de documentos tem as suas vantagens e desvantagens. Esta técnica é de particular utilidade para a revisão bibliográfica e a formulação da problemática mas tem por desvantagem, por exemplo, a seletividade na produção ou registo e a conservação ou arquivo do material documental (Moreira, 2007, p. 166).

Mais concretamente, no que diz respeito à atual investigação, a autora não descartou nenhum tipo de documento. Deste modo, foram analisados dados primários como

entrevistas e dados secundários como dissertações, teses, artigos científicos, artigos de jornais, documentos brutos como tratados, e os documentos obtidos ao longo da observação participante e Artigos de jornal de países da região para procurar apurar qual a imagem que têm da Conferência e de Angola. Desde o início das investigações, a autora teve noção de que não seria fácil obter todas as informações necessárias usando apenas dados informáticos devido à existência de poucos trabalhos científicos sobre o tema. Deste modo, para ultrapassar este obstáculo, optámos por fazer um estágio afim de ter acesso a pessoas que lidam com o *dossier* sobre a CIRGL nas Forças Armadas Angolanas e através destas, aceder a documentação ainda não disponibilizada ao público.

1.4.4 Técnica da observação

Margaret Mead, investigadora americana da Universidade de Columbia, foi uma das pioneiras da observação participante no campo da antropologia (Espírito santo, 2015, pp 28-29). Este método permite ao investigador, participar como membro da comunidade pesquisada, tendo em consideração a necessidade de manter intacta a sua objectividade como investigador. De facto, a técnica da observação participante compreende a integração do investigador no grupo de observação durante meses ou durante anos. Este método tem por vantagem de facilitar o acesso a documentos de domínio privado e permite observar o ambiente e condições em que se desenvolvem os pesquisados. A justificação dessa técnica de recolha de dados nesse trabalho de investigação fomenta-se devido à pouca informação científica sobre a Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos e sobre a política externa angolana nessa região. Portanto, para saber o ponto de vista dum dos interessados, neste caso, as Forças Armadas Angolas (FAA), onde está a ser tratado o *dossier* da CIRGL, efetuamos um estágio de dois meses no Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas. Este estágio foi muito benéfico para a investigação uma vez que pudemos aceder a documentos de carácter público, reservado e confidencial relacionado com a Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos e com a presidência angolana na CIRGL. Os relatórios, cartas e convenções que tivemos acesso permitiu-nos igualmente, ter uma visão mais abrangente e menos maniqueísta sobre as forças negativas que atuam na RDC.

1.4.5 Técnica de Entrevista semiestruturada

A técnica de entrevista é uma das técnicas mais utilizadas em sociologia. Trata-se duma conversa provocada pelo entrevistador que se dirige a pessoas seleccionadas com

base num plano de investigação, devendo responder a certas características. A entrevista tem por finalidade acarretar algum conhecimento (Moreira, 2007, pp. 203-220). No caso da nossa pesquisa, apenas foi possível entrevistar o Diretor do Gabinete de Intercâmbio e Cooperação Internacional (GICI), Carlos Couceiro, o que para a autora, superou todas as expectativas pois tínhamos não conseguir nenhuma entrevista, uma vez que, existe nesse meio, um culto do sigilo por temor a represálias.

CAPÍTULO 1: ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1 Conceitos de Conflito e Resolução de Conflitos

Definir o conceito de conflito é um trabalho árduo devido à falta de consenso entre os autores quanto à uma definição uniforme e por se tratar de um conceito fluido e ambíguo (Pignatelli, 2010, pp. 19-31). Todavia, optámos por frisar a definição dada por Wallensteen, que diz que se trata de uma “incompatibilidade de posições ou interesses entre atores, ao nível intra ou supra estatal, não sendo, no entanto, sinónimo de confronto armado”, podendo ser entre nações, inter-estatais ou intraestatais (Wallensteen, 2004, p. 123-135). Segundo Adriano João existem conflitos ideológicos, conflitos de interesses e conflitos revolucionários (João, 2016, p. 30). Quanto à sua duração, Marina Pignatelli considera que a duração do conflito pode ser nula, curta, média, ou de longa duração (Pignatelli, 2010, p. 172).

A situação de conflito é reversível, por isso se fala em resolução de conflito que consiste em tentar, a longo prazo, a solução definitiva do conflito, erradicando as causas que o originam (Pignatelli, 2010, p. 174). Após o trauma causado pelas duas Grandes guerras, foi criada a Organização das Nações Unidas que proíbe o uso da força entre os Estados e promove o princípio de resolução dos conflitos por meios pacíficos (Capítulo VI- Artigo 33º da Carta das Nações Unidas). Este artigo propõe que os conflitos sejam resolvidos pela negociação, o inquérito, a mediação, a conciliação, a arbitragem, a via judicial, acordos, ou qualquer outro meio pacífico. Em concordância com este princípio, o ex-secretário-Geral das Nações Unidas, Boutros Boutros-Ghali, defendeu a maior participação da ONU na prevenção e resolução de conflitos internacionais na “Agenda para a Paz” de 1992. Boutros-Ghali defendeu cinco conceitos que promoveriam a segurança internacional: diplomacia preventiva, promoção da paz (*peacemaking*), manutenção da paz (*peacekeeping*), imposição da paz (*peaceenforcement*) e construção da paz (*peacebuilding*) (Cursosapientia, 2016).

Porém, existem cada vez mais debates questionando a eficácia da ONU relativamente à sua contribuição à resolução dos conflitos do sistema internacional, uma vez que os resultados vacilam entre sucesso e fracasso. Alguns autores como Ronald Steel, atrevem-se até em dizer que “ a ONU não foi desenhada para ser o Governo do Mundo, nem a consciência da espécie humana. Pelo contrário, é um mercado onde se fecham negócios e se protegem interesses” (Steel,1995). A resolução dos conflitos pela ONU encontra-se de tal modo fragilizada que autores como Adriano João vêm a possibilidade de atribuir esta tarefa a outras instituições (João, 2016, p.61). Isto é o que de facto está a acontecer com a regionalização e sub-regionalização da resolução dos conflitos. Portanto, hoje é possível refutar um argumento de Carlos Branco que dizia que “em África e na América Central, é mais difícil de falar em regionalização do *peacekeeping*” (Carlos Branco, 2004, p.110) uma vez que desde a transformação da Organização da União Africana (OUA) em União Africana (UA), a UA e as suas organizações sub-regionais têm desenvolvido um verdadeiro arsenal de luta pela paz e desenvolvimento do continente e pela resolução interna dos conflitos.

1.2 A Resolução de conflitos no contexto Africano

Com a queda do muro de Berlim e o final da Guerra Fria, a conflitualidade alterou-se e os conflitos passaram a ser predominantemente intraestatais. De facto, assistiu-se a um crescimento importante de conflitos intraestatais, em particular, na África subsariana. Esta situação geopolítica faz com que esta região do mundo careça significativamente de segurança e por conseguinte, de desenvolvimento ora “sem segurança não pode haver desenvolvimento e sem desenvolvimento não há segurança” (Bernardino, 2007,p.3). Assim sendo, estes conflitos passaram a preocupar o mundo em geral e os países africanos em particular. A prova disso, é a vontade dos países africanos de reforçar as suas capacidades próprias afim de operacionalizar a arquitetura de segurança continental e gerir com mais independência mas sempre em cooperação com as organizações internacionais, os seus próprios conflitos regionais.

Diante desta conjuntura regional, e com a necessidade de buscar “soluções africanas para problemas africanos” (Patriota et al.,2011, p.20), começou a desenhar-se uma Nova Agenda para a Paz Africana. A instabilidade, os distúrbios civis e o colapso do Estado nos anos 1990, levaram à reflexões sobre as causas da instabilidade e marginalização no continente. Deste reflexão, resultou então a Nova Agenda Africana, cujos objectivos principais eram regenerar o continente, resolver questões relativas à paz e segurança em

África, promover a democracia, a transparência, combater a corrupção e defender os Direitos Humanos. Esta reflexão teve o seu apogeu em 1991 com a reunião de chefes de Estado africanos na “Conferência sobre Segurança, Estabilidade, Desenvolvimento e Cooperação Africana” (Patriota et al., 2011, p. 36).

Em continuidade deste esforço por parte dos chefes de Estado africanos em tentar prevenir e resolver os conflitos em África, nasceu a Arquitetura de Segurança e Defesa em África. De facto, com a criação da União Africana em 2002, foi criada a “*Continental Early Warning Sistem*” (EWS) que permite acompanhar e monitorizar determinada situação de tensão, pré-conflitual (Bernardino, 2007, p.40). Dois anos depois, foi criado o Conselho de Paz e Segurança que autoriza a intervenção dos Estados-membros para restabelecer a paz e segurança (Chouala, 2005, p.291). Em Agosto de 2009, numa sessão especial da UA, em Tripoli, foi criada a Arquitetura de Paz e Segurança Africana com o objectivo de pôr cobro “aos conflitos e a violência e atacar de forma “ global e sistemática as suas causas” (Escorrega, 2010, p.142). Esta Arquitetura assenta em dois pilares que são a Política Comum Africana de Segurança e Defesa (PCASD) e o Conselho de Paz e Segurança (CPS) (Escorrega, 2010, p.144).

1.3 O conceito de Política Externa e a questão do Interesse Nacional

O conceito de Política Externa é definido por Victor Marques dos Santos como “um conjunto de processos, decisões e ações desenvolvidas pelos estados, desempenhadas por órgãos próprios através da utilização de recursos e de instrumentos específicos” (santos, 2012, pp13-18). A elaboração da Política Externa depende das características do ambiente interno e pressupõe o estabelecimento de objectivos a serem concretizados e em estratégias para alcançar os objectivos almejados. Toda a Política Externa é supostamente elaborada em função do “ Interesse Nacional”.

Na antiguidade clássica, Tucídides definiu o Interesse Nacional como uma vantagem exclusiva de uma comunidade usada como guia para a ação do Estado (Contrera, 2015, p.178). A partir da “ democratização do nacionalismo”, o Interesse nacional passou a substituir as antigas reivindicações feitas em nome da “ vontade do Príncipe” e da “*raison du Prince*”. Teoricamente, existe um debate em torno de que dimensão deveriam assentar-se os interesses nacionais (dimensão interna ou externa), debate este que levou ao desenvolvimento das teorias de Relações Internacionais. A partir dos anos 1950, eclodiu um debate entre a visão realista de interesse nacional de Hans Morgenthau e a visão idealista de Woodrow Wilson (Contrera, 2015, p.181).

Os realistas foram influenciados pelo pensamento de Tucídides, Maquiavel e Hobbes, precursores dos conceitos de sobrevivência, poder, medo e anarquia internacional. Eles tendem a ter uma percepção negativa do ser humano, o que leva ao uso da balança de poder e de alianças. Porém são criticados pela reduzida capacidade explicativa por não considerar os efeitos que as preferências internas de uma sociedade têm para a definição do Interesse Nacional e por definir como imutável a natureza conflituosa do sistema internacional. Já os idealistas, acreditam que a ética e a moral devem desempenhar um papel importante na definição do Interesse Nacional e rejeitam o facto de que a busca do poder deve ser o objectivo primário dos Estados. Este grupo é por sua vez criticado por conferir uma importância excessiva ao papel da cooperação e às preferências internas da sociedade, não respondendo deste modo, ao dilema de segurança internacional (Contrera, 2015, p.181).

Mais uma vez, a ambiguidade em definir o que realmente é o interesse Nacional levou autores como Nye Jr a qualificá-lo de “conceito escorregadio” (Nye Jr, 1999, p.22). O mesmo conceito pode ser utilizado ora para descrever ora para prescrever a Política Externa. Nuechterlein sugere analisar a identificação de 4 diferentes níveis de intensidade de interesse: sobrevivência (crítico); vital (perigoso); grande (sério) e periférico (incômodo) (Nuechterlein, 2001). No que diz respeito à nossa dissertação, optaremos pelas escolas realista e neo-realista das Relações Internacionais e tentaremos saber quais os interesses óbvios de Angola em promover uma diplomacia preventiva e a paz e Segurança na região dos Grandes Lagos, tal como os interesses mais latentes, que esses, provavelmente serão obtidos com mais profunda investigação.

1.4 O conceito do Poder do Estado

O conceito de poder é um dos conceitos fundamentais em Relações Internacionais. Relembrando a famosa definição do poder de Max Weber, Carlos Manuel Mendes Dias, define o poder como “a capacidade de impor ao outro a nossa vontade: a capacidade de obrigar o outro, quer ele queira, quer não, mediante a suposição por este, que não aceita a vontade do primeiro, corre risco de sofrer sanções eficazes” (2010, pp 219-256). Neste sentido, Adriano Moreira salienta o facto que o poder é o recurso de poderes materiais e imateriais à disposição do agente político que o utiliza para “condicionar, congregar, vencer, o poder de outros agentes que lutam por resultados favoráveis aos seus próprios interesses” (Moreira, 1996, pp 196-217). Segundo Políbio de Almeida, para medir o poder de um Estado é necessário analisar as geratrizes estruturais do poder e as suas

geratrizes conjunturais que são as matrizes políticas (qualidade do governo, qualidade da diplomacia, capacidade de organização, ação colectiva, estabilidade política, potencial político); as componentes económicas (economia e tamanho do Estado, cultura e economia, técnica e economia, administração e economia, tamanho do mercado e comércio externo) e o aparato da força (afinidades, prestígio, a força, a tecnologia, a defesa e a economia) (Almeida, 2012). Diante da conjuntura internacional e dos debates em torno da perda de soberania dos Estados, convém realçar o conceito de política do Poder que sugere relações contínuas e organizadas entre potências independentes (Wight, 2002, p.1). No mesmo sentido, convém lembrar que o poder às vezes pode ser funcional, ou seja, pode ter a “capacidade de submeter as grandes potências, usando a função mundial, desempenhada pelos países interessados, a uma razoabilidade que a prática da ética não tem conseguido” (Moreira, 1999, pp.55-62). Este conceito, desenvolvido por Adriano Moreira em 1979, chama atenção à transformação do conceito do Estado Soberano devido à complexidade crescente das Relações Internacionais e a perda de autonomia, contrário à definição de poder de Raymond Aron que preconizava a capacidade dos Estados em autodeterminar a sua própria conduta.

Esta perda de soberania acontece por vários motivos. Algumas vezes é por escolha própria, quando os Estados delegam parte das suas competências internas à organizações internacionais, regionais ou sub-regionais, com um objectivo concreto, e sendo normalmente uma situação reversível. Outras perdas de soberania, surgem contra a vontade do Estado, o que acontece por exemplo com os Estados falhados e exíguos. Os Estados exíguos encontram-se, na maior parte do tempo, em “situação de incapacidade de mobilizar os meios necessários para realizar as finalidades da soberania” (Moreira, 1996, p.412). O conceito de Estado falhado começou a surgir nos anos 1990 nos media, nas universidades e nos *think tanks*. Em 2006, o Crisis States Research Center da London School of Economics and Political Science deu uma das melhores definições até então do Estado falhado, definindo-o como “*Situation où l’Etat est incapable de remplir ses fonctions de base, et notamment d’assurer la sécurité intérieure comme extérieure, bien qu’il dispose théoriquement du monopole de la force légitime, selon la célèbre définition de Max weber*” (Gaulme, 2011, pp.19). No ano a seguir, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) também deu uma definição de Estado Falhado, salientando que às vezes isso acontece não só devido à incapacidade mas também por causa da falta de vontade por parte dos

dirigentes, o que pode levar à corrupção e ao nepotismo (Gaulme, 2011, pp.17-29). Infelizmente, muitos países no mundo encontram-se na lista dos Estados considerados falhados e maior parte deles encontra-se no continente africano, inclusive na região dos Grandes Lagos. Esta situação de Estado falhado tornou-se num verdadeiro problema de segurança e num entrave ao desenvolvimento, não só para os países em questão, mas também para os seus vizinhos, afetando assim a geopolítica regional.

1.5 Neo-Realismo e as Relações Internacionais

O neo-realismo é uma adaptação contemporânea do realismo que mantém os princípios básicos do realismo clássico. Esta teoria das Relações internacionais começou a ser desenvolvida a partir de 1979 com a obra de Kenneth Waltz, “*Theory of International Politics*” embora o termo “neo-realismo tenha sido utilizado pela primeira vez por Robert Cox (Santos e Ferreira, 2012, p. 87). Perante as transformações do ambiente e realidade internacional, foram verificadas algumas mudanças estruturais tal como o aumento do número de atores e a sua diversificação. Deste modo, o neo-realismo, embora permaneça estatocêntrico, admite a existência de outros atores na cena internacional tal como as organizações internacionais. Podemos relembrar que além de ter como principal característica, a prevalência do estado como o ator mais importante, o neo-realismo acredita que os Estados podem ser analisados em termos de atores racionais (Santos e Ferreira, 2012, p. 88-89). Além do mais, o neo-realismo também pode ser considerado como “realismo ofensivo”. Esta teoria de John Mearsheimer considera que a estrutura do sistema internacional anárquico leva os estados a procurar aumentar o seu poder em detrimento dos outros Estados com o objectivo de os superarem (Santos e Ferreira, 2012, p. 90). Desta forma, a atual dissertação, além de se enquadrar na escola realista, enquadra-se também na teoria neo-realista defensiva pois, com a sua participação ativa na Região dos Grandes Lagos, Angola tem como objectivo defender o seu território dos eventuais danos colaterais originários dos conflitos dos países da CIRGL.

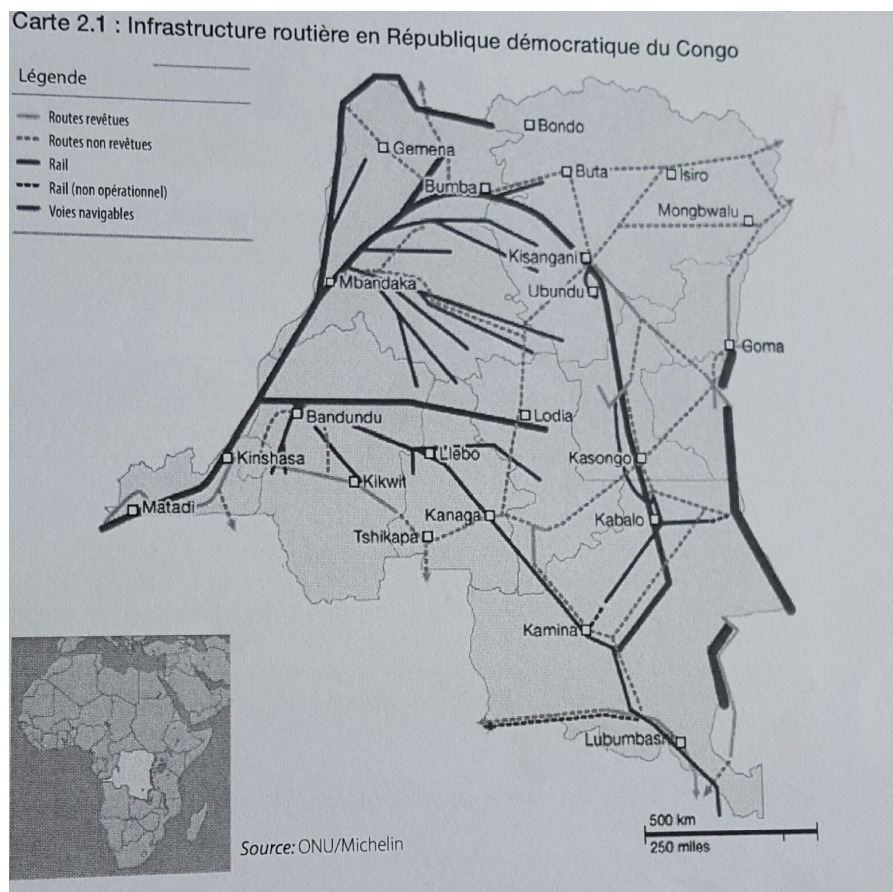
CAPÍTULO 2: AS CAUSAS DOS CONFLITOS NA RDC

2.1 Os factores geopolíticos dos Conflitos na RDC

A República Democrática do Congo, desde a sua fundação, tem encontrado dificuldades em administrar o seu território. O artigo 2º da Constituição da RDC de 13 de Maio de 2006 dispõe que “A RDC é composta pela cidade de Kinshasa e as suas 25 províncias”. A República Democrática do Congo é o segundo país mais amplo do

continente africano com 2,6 milhões de quilómetros quadrados (Nações Unidas, 2015, p. 11). Para termos uma ideia da dimensão desse gigante territorial, convém salientar que a RDC contém também importantes reservas de água que permitiria fornecer eletricidade a toda a Região dos Grandes Lagos. A densa floresta equatorial do país é a segunda maior floresta do mundo. Porém, existe uma disparidade no que concerne à repartição da população. O centro do país está praticamente despovoado pois a maior parte da população está localizada nas periferias, o que causa tensões centrífugas. Esta disparidade explica-se por vários motivos, entre os quais o difícil acesso às zonas florestais e montanhosas devido à falta de estradas. As estradas e caminhos de ferro, por sua vez, são quase inexistentes. Podemos tentar explicar esta carência devido à situação geográfica do país. De facto, se repararmos no mapa da RDC, veremos que o seu espaço está fracturado por vários rios, lagos e lagoas. Além disso, o país sofre de grandes precipitações, provocando então erosão dos solos (Pourtier, 2008, p.25). Esta informação é importante, sobretudo quando se trata de países africanos, onde muitas das vezes, as estradas são feitas com produtos de baixa gama, deterioram-se facilmente no tempo de chuvas e faz-se pouca manutenção. Trata-se de um verdadeiro desafio e de um retrocesso das infraestruturas do país pois antes da independência havia mais estradas que agora, o que pode ser resumido pela citação de Roland Pourtier *“il n’est que d’observer l’état des routes pour mesurer la dérouté de l’État”* (Pourtier, 2008, p.45).

Figura 1: As infraestruturas rodoviárias na RDC



Fonte: ONU, 2017

Diversos factores geopolíticos fazem com que o governo não consiga impor o seu poder em todo o seu território nem controlar as suas fronteiras, o que apela ao conceito de *ungoverned space* (Whelan, 2006, p. 61). Teoricamente, a Constituição de 2006 diz que a RDC é um país unitário com o poder descentralizado, o que concederia muitas prerrogativas às províncias, porém, na prática, o poder do Estado continua centralizado. Movimentos políticos como o movimento Bundu dia Kongo também reivindicam um Estado federal na RDC (Ntombe, 2009). O Estado unitário é um Estado soberano, com apenas uma Constituição nacional embora possa subdividir-se em regiões. Já o Estado Federal, trata-se de um Estado soberano que dá mais autonomia aos Estados federados. Deste modo, o Estado federal tem a sua Constituição nacional e cada Estado federado tem também a sua Constituição individual. Porém, em ambos os casos, o poder pode ser mais ou menos centralizado. No caso da RDC, segundo a Constituição de 2006, trata-se de um Estado unitário com o poder administrativo descentralizado. Quando isso for verdadeiramente aplicado, será benéfico para o país, uma vez que será possível administrar melhor o país a pequena escala.

Outro factor ao desfavor da RDC é a questão das fronteiras com nove Estados vizinhos e a intervenção de alguns países limítrofes. As fronteiras da República Democrática do Congo foram arbitrariamente delimitadas na Conferência de Berlim, em 1885 (Loquete,2016). Hoje, a RDC, é palco de conflitos que têm suas origens no genocídio do Ruanda e que já ceifaram a vida de cerca de 6 a 7 milhões de pessoas. Os atores destes conflitos são múltiplos e diversificados, passando de Estados a milícias. Cada um deles luta pelos seus interesses e na maior parte do tempo alegam motivações políticas quando na verdade as suas intenções são económicas e geopolíticas.

No caso concreto da partilha da 13ª maior fronteira do mundo com a República Democrática do Congo, Angola corre um risco constante devido à vizinhança e à familiaridade cultural com a população do norte de Angola. Deste modo, a fronteira entre a RDC e Angola é um vai-e-vem permanente permitindo sobretudo às famílias congolesas do Kasai fugir da violência daquela região para o Lunda-Norte, Angola (RFI.fr, 2017).Uma das principais ameaças para Angola é que a província de Lunda Norte, onde fica localizada a maior exploração de diamante de Angola (Luz, 2014), seja exposta à exploração e comércio ilegais dos seus diamantes. Além do mais, ao longo prazo, podemos considerar que o importante fluxo migratório pode pôr em causa a “angolanidade” daquela região.

O Ruanda é o Estado mais envolvido na guerra dos Kivu. A situação no leste do Congo é a consequência direta dos seus problemas internos. Kigali, capital do Ruanda, tenta controlar o Este da RDC, para a sua segurança mas sobretudo para apropriar-se das terras e dos recursos minerais. O Ruanda tem interesse em manter a insegurança na zona Este do Congo afim de facilitar o tráfico de minerais e a importação de gado sem pagar as devidas taxas (Cosset,2012). O país já invadiu o Congo por duas vezes, junto com o Uganda, sob pretexto de a RDC ter deixado as milícias Hútus operarem no seu território (Loquete, 2016). O Ruanda desempenha um papel preponderante nos conflitos dos Kivu. Segundo a Organização das Nações Unidas, o governo ruandês apoiou a antiga milícia M23, principalmente composta por congoleses de origem ruandesa (Cosset,2012). Estes países violam direitos fundamentais vigentes no Direito Internacional e presentes na Carta das Nações Unidas. Eles desrespeitam por exemplo o princípio de igualdade soberana dos Estados (artigo 2º§1 da Carta das Nações Unidas) e o princípio de não-ingerência (artigo 2º§7 CNU). Neste sentido, a União Africana menciona seus objetivos baseados em realizar maior unidade e solidariedade entre os

países e povos da África, o respeito da soberania, da integridade territorial e da independência de seus Estados-membros.

2.2 A complexidade étnica no epicentro dos conflitos do Kivu

As duas províncias de Kivu (Nord-Kivu e Sud-Kivu) não são as únicas com conflitos regulares mas têm a particularidade de serem o palco da maioria dos conflitos e têm uma grande concentração de atores diversos onde o Estado desempenha um papel quase inexistente. O motivo desta guerra é muito mais complexo do que as rivalidades étnicas. A prova disso é que algumas milícias como a Aliança das Forças Democráticas para a Libertação do Congo (AFDL) tiveram membros de várias etnias: hútus, tutsis ruandeses e congoleses (Valenzola, 2013,p. 64). Na verdade, o que está a acontecer no leste da RDC há mais de 20 anos resulta da transferência dos problemas de rivalidade no Ruanda entre hútus e tutsis que levou ao genocídio do Ruanda de 1994.

Segundo Patrícia Ferreira, o ápice das rivalidades entre hútus e tutsis ocorreu em 1994 com o assassinato do presidente Habyarimana do Ruanda, do presidente Ntaryamira do Burundi e de vários altos funcionários do Governo que viajavam de avião (Ferreira, 1998,p.49). Foi então o início de violências e massacres sem igual em Kigali. Oitocentos mil (800 000) tutsis e hútus moderados foram massacrados e um milhão de ruandeses refugiou-se na RDC, particularmente nas províncias dos Kivu (Ferreira, 1998,p.50). Para muitos congoleses, os conflitos no Kivu Norte e no Kivu Sul só eclodiram por causa dos refugiados ruandeses que atravessaram a fronteira para fugir do genocídio e carregaram com eles as rivalidades antigas (Arquiliere et al., 2015). Um grande erro cometido na gestão dos campos de refugiados foi o facto de não se ter identificado e separado os membros extremistas das milícias hútus e do antigo Governo ruandês dos restantes refugiados (Ferreira,1998,p.58).Passou então a haver discriminação entre tutsis congoleses, tutsis ruandeses e hútus ruandeses que reivindicam os territórios congoleses onde eles estão instalados (Arquiliere et al., 2015).

Esta falta de coesão nacional no Kivu Norte tem causado muitos males à população congolesa, por exemplo. Infelizmente, um destes males é a violação de mulheres. Algumas milícias praticam a violação como arma de guerra de tal modo que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento considera que “ *l'intensité et l'ampleur des violences sexuelles et d'autres actes répréhensibles sur les femmes dans les zones de conflits ont fait dire à plusieurs organisations qu'il se déroulait au Congo une deuxième guerre (contre les femmes) dans la guerre*”(PNUD,2004,p.18).Esta calamidade é

denunciada pelas Organizações Não Governamentais ONGs e pela Organização das Nações Unidas. Em 2009, foram registados mais de 7500 casos de violações cometidas por milícias mas também por soldados das forças regulares congoleesas (Valenzola, 2013,p.79).

2.3 As principais forças negativas e as suas motivações ¹

Como vimos, há muitos atores nas regiões dos Kivu e cada um deles tem as suas motivações. Criada durante a rebelião do Leste do Congo em 1964, as milícias Mai-Mai são grupos internos que rejeitam os ruandeses, principalmente os Tutsis (Pourtier, 2009). Existem várias subdivisões de Mai-Mai, sendo os mais ativos, os Mai-Mai Yakwtumba, os Kifuafua, os NDC Tcheka, os NDC-Renova e os Raia Mutomboli. As Forças Democráticas de Libertação do Ruanda (FDLR), criadas em 1994, hoje são responsáveis por inúmeras atrocidades. Embora tenha enfraquecido no primeiro semestre de 2013, o grupo conta com cerca de 1.500 membros e tem a sua sede no Norte do Kivu (Irinnews.org, 2013). Esta milícia tem por motivação a proteção do povo hútu e aspira em exercer uma função política na RDC. O financiamento desta milícia provém principalmente do saque de matérias minerais nas zonas que controla no Norte e no Kivu-Sul. Esta milícia possui um braço armado, FOCA (Forças Combatentes Abacunguzi) que está ativa no Kivu-Sul (Ferreira,2012, p.63).

No dia 23 de Março de 2009, foi assinado um acordo entre o CNDP² (Congresso Nacional de Defesa do Povo) e o Governo congolês no qual foi estipulado que o CNDP poderia integrar as tropas do exército, as estruturas administrativas e transformar-se num partido político. No entanto, o acordo não foi posto em prática, o que suscitou o descontentamento dos milicianos que acusavam as forças armadas de discriminação. O Ruanda apercebeu-se disso e apoiou o CNDP a rebelar-se contra a RDC (Valenzola, 2013,p75). Assim, em abril de 2012, antigos soldados do CNDP sob a liderança de Ntaganda amotinaram-se e criaram o movimento M23, em alusão à data de assinatura do tratado no qual o presidente Kabila prometia todas as coisas acima enumeradas. O M23 tinha a sua base em Kibumba, a vinte e cinco quilómetros do norte de Goma, capital do Kivu-Norte. Isso era preocupante pois se o M23 tivesse tomado posse de Goma, a administração da região ficaria à sua mercê (Charlotte Cosset, 2012). O M23

¹ Forças Negativas: termo utilizado nos documentos oficiais da CIRGL para designar as milícias

² CNDP: antiga milícia do Kivu, dirigida por Laurent Nkunda. A 23 de Março de 2009, assinou um acordo com o Governo para transformar-se num partido político. No entanto, o acordo não foi respeitado, o que deu lugar ao nascimento do M23.

questionava a legitimidade do Governo de Joseph Kabila, exigiam a proteção do povo Tutsi contra as FDLR (hútu) e queriam uma terra só deles.

Atualmente, a força negativa mais ativa no Kivu Norte e no Kivu Sul são as Forças Democráticas Aliadas (ADF), uma milícia islamizada de origem ugandesa mas que agora recruta indivíduos de outros países africanos como a RDC, a Tanzânia, o Quênia, a Somália, o Ruanda e o Burundi. Eles recrutam crianças muçulmanas, prometendo-as uma melhor educação no estrangeiro e aterrorizam a população para a dissuadir de cooperar com as forças armadas regulares (CIRGL, 2017, p.5). Esta milícia tinha como objetivo inicial, derrubar o governo ugandês (CIRGL, 2016). No dia 07 de Dezembro de 2017, a ADF atacou uma base da ONU em Beni, Kivu-Norte. Catorze capacetes azuis tanzanianos e cinco soldados congoleses foram mortos. Segundo um balanço feito pela CIRGL sobre a situação de segurança e humanitária na Região dos Grandes Lagos, foi constatada a emergência da milícia Kamwina Nsapu no Norte do Kasai em Agosto de 2016 e das Forças Armadas de Resistência do Senhor no território no Kivu-Norte (CIRGL, 2017, p.8).

Tabela 1: Principais Forças Negativas na RDC

Milícias	Data de fundação	Sede/ Atividade	Motivação/Descrição
ADF	1995	Ganda	Derrubar o Governo Ugandês, atacam no Beni (RDC)
FDLR	1994	Kivu-Norte e Kivu-Sul	Proteção do poder hútu e função política na RDC
FRPI	2002	Ituri	Ataques, roubos, etc.
Kamwina Nsapu	2016	Norte do Kasai	Ataca os símbolos nacionais
LRA	1980	Kivu-Norte	Grupo ugandês

Mai-Mai	1964	Kivu-Norte e Kivu-Sul	Milícias congolezas; rejeitam os tutsis
M23	2012	Kibumba	Legitimidade do Governo+ proteção do povo tutsi

Fonte: A Autora a partir de dados da CIRGL, 2018

Convém salientar o papel desempenhado por outros atores de destaque tal como as Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC) e a Missão da Organização das Nações Unidas para o Congo (MONUSCO). As FARDC, que deviam proteger a população, aproveitam-se da riqueza agrícola e mineral, instaurando taxas e direito de passagem. Os homens políticos regionais fazem acordos com as forças armadas e também criam o seu sistema de impostos (Cosset, 2012). Outro problema fulcral é a falta de preparação técnica e humana dos militares, que parte deles são ex-milicianos, pouco treinados e combatem de forma desorganizada (Valenzola, 2013, p.82). Alguns militares atrevem-se até em formar parcerias com as milícias. Muitas das vezes o que leva os militares a transformarem-se em marginais é a falta de pagamento dos salários dos mesmos. A falta de pagamento dos seus salários é um dos principais problemas do Governo congolês uma vez que se não conseguir pagar os militares atempadamente, corre risco de haver um golpe de Estado. Isso leva-nos a questionarmos sobre o futuro dos conflitos na RDC uma vez que se torna impossível lutar contra o mal quando os supostos asseguradores da paz e segurança do Estado se misturam com os criminosos.

A “Missão da Organização das Nações Unidas para o Congo” (MONUC) e agora MONUSCO, foi criada em julho de 1999 para supervisionar um cessar-fogo instaurado pelo “Acordo de Lusaka” (Nações Unidas, 2013). No total, as Nações Unidas têm mais de 16500 capacetes azuis na RDC (CIRGL, 2017). Porém, existe uma grande controvérsia na RDC sobre o papel dos capacetes azuis que para eles, não têm prerrogativas suficientes para efetuar uma missão eficiente. Esta missão da Organização das Nações Unidas foi criada com o intuito de prover suporte logístico para o exército nacional, facilitar o transporte de tropas, ceder alimento, munição, armas e combustível e proteger a população civil. Portanto, constatou-se que após instituição da MONUSCO, os casos de violações aumentaram o que levou parte da população a considerar que a

MONUSCO fez muito pouco pelos civis uma vez que havia bases próximas dos locais de violações (Valenzola,2013,p.72). Porém, ao longo do desenvolvimento, veremos que a MONUSCO tem exercido um papel significativo, junto das FARDC, nas operações de neutralização das forças negativas.

2.4 A “maldição” da má gestão dos recursos minerais na RDC

A RDC é um país rico em recursos naturais raros. As províncias de Kivu-Norte e Kivu-Sul produzem cassiterita, estanho e tântalo ou *coltan* (Roland Pourtier, 2009). Os recursos encontrados na RDC, são vitais para grandes indústrias internacionais nomeadamente, indústrias automobilista, aeroespacial, tecnológica, electrónica, até mesmo a indústria de joias. Estes recursos naturais têm financiado os conflitos étnicos e entidades exteriores aproveitam-se para obter minerais de forma ilegal, como diz Loquete, “todos querem um pedaço do Congo” (2016). No seu trabalho de investigação, Marcelle Macedo chegou a conclusão que existia uma correlação indireta entre o consumo do *coltan* e a perpetuação dos conflitos no leste da RDC uma vez que maior parte deste minério explorado serve para a fabricação dos telemóveis de empresas estrangeiras (Macedo,2016).A título de exemplo, podemos mencionar a sociedade *Great Lakes Metals* (controlada pelo Ruanda) que terá explorado e importado de forma ilegal 1200 toneladas de *Coltan*, ou seja, 60% da produção total o que representa uma falta de 80 a 100 milhões de dólares nos cofres congolese (PNUD, 2004,p.35). Segundo um relatório das Nações Unidas, “ Todos os anos, recursos como ouro, minerais, madeira, carvão vegetal e produtos extraídos de animais, como o marfim-avaliados entre 700 milhões e 1,3 bilhões de dólares anualmente, são explorados e contrabandeados ilegalmente no Leste da República Democrática do Congo” (Nações Unidas, 2015). Enquanto houver recursos minerais na RDC e enquanto o Estado não governar nessas zonas, é pouco provável que os conflitos tenham um fim pois, como diz Ballentine, “*le degré d'accès aux ressources économiques peut influencer la durée, l'intensité et le caractère d'un conflit*” (Ballentine, 2003, citado pelo PNUD, 2004,p. 33-34).

Figura 2: Os Recursos minerais dos Kivus e os seus desastres



Fonte: Le Monde Diplomatique, 2008

Em 2016, a CIRGL tomou uma iniciativa contra a exploração ilegal dos recursos naturais (RINR) e criou o Mecanismo Regional de Certificação (MRC) que tem como objetivo principal assegurar-se que a exploração e exportação dos minerais estejam em conformidade com as exigências do sistema de certificação dos minerais da CIRGL (CIRGL, 2016, p.1). A nível internacional, algumas medidas foram tomadas para limitar o saque e a obtenção ilegal destes recursos. O Conselho de Segurança das Nações Unidas, a 23 de Julho de 2003, com a Resolução 1493, estabeleceu um embargo de doze meses sobre a venda de armas às milícias congoleesas mas mesmo assim o saque dos recursos continuou a financiar o comércio de armas (La Documentation Française, 2018). Lembremo-nos também que a Convenção de Genebra de 12 de Agosto de 1949 e os seus protocolos adicionais consideram o saque como um crime de guerra. Portanto,

nesta condição de crime de guerra, é possível condenar os atores destes crimes em tribunais internacionais. Mais ainda, podemos criticar o facto que o governo congolês tome poucas medidas para regulamentar a exploração dos recursos minerais e para condenar os saqueadores nos tribunais existentes. Existe uma visão patrimonial dos recursos naturais que faz com que não haja uma nítida separação entre o que é do domínio público ou do domínio privado.

Enquanto a RDC é saqueada com o conhecimento de todos, a população congoleza é paradoxalmente atingida pela pobreza. A RDC ocupa a 186ª posição entre 187 países na tabulação do Índice de Desenvolvimento humano (IDH) medido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e 80% de sua população vive com menos de um dólar por dia (Valenzola,2013). Um estudo do Programa Alimentar Mundial na RDC intitulado “o preço da fome em África” demonstra que metade da população sofreu de um atraso de crescimento quando eram crianças o que gerou um atraso na escola. Estima-se que essas pessoas que estudaram pouco são menos produtivas o que causou um *deficit* de 196 milhões de dólares ao Estado em 2014 (Radio France Internationale,2017). Segundo relatório das Nações Unidas, o desemprego dos jovens é um dos problemas políticos e de desenvolvimento mais delicados. Em 9.000 formados, apenas 100 conseguem emprego correspondente ao seu nível de estudo. Aproximadamente 73% da população inserida no mercado do trabalho encontra-se desempregada. Esta percentagem atinge principalmente os jovens de 15 a 24 anos (ONU, 2015, p. 31). O mesmo estudo considera que a RDC é um dos países com maior número de crianças-soldados (15.000 e 30.000) (PNUD, 2004,p.15). Tamanha pobreza e a alta taxa de analfabetismo explicam que grande número da população se deixe manipular e adira aos movimentos rebeldes na esperança de uma vida melhor.

Para reduzir o desemprego, o Banco Mundial pretende criar 2 a 4 milhões de empregos todos os anos para remediar a este problema e reduzir a pobreza (ONU, 2015, p. 31). Angola, na qualidade de presidente da Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos também organizou um debate aberto no Conselho de Segurança, sobre “Paz e Segurança Internacional: Prevenção e Resolução dos Conflitos na Região dos Grandes Lagos” no qual foi frisado por Ban Ki-moon que “temos de lembrar-nos que a paz e a segurança caminham lado a lado com o desenvolvimento económico e humano” (Redeangola.info,2016). Mais uma vez, podemos perguntar-nos o que é feito unilateralmente pela RDC para remediar a esse problema, sabendo que as ONGs são quem mais criam emprego no país depois do Estado. Isto denuncia de facto a falta de

sector dualista e o enfraquecimento da sua soberania.

2.5 O enfraquecimento da soberania da República Democrática do Congo

Joseph Kabila, após exercer dois mandatos consecutivos quis modificar a Constituição ao seu favor afim de se manter no poder. Para demonstrar o seu descontentamento, em 2016 houve vários protestos no país, o que causou mais de 15 mortes. Um dos manifestantes dizia que “Se Kabila não respeita a constituição, [iriam] fazê-lo” (Euronews, 2016). Diante da gravidade do problema, a ONU, a União Africana, a União Europeia e a Organização Internacional da Francofonia pediram para que as eleições presidenciais fossem realizadas no país “o mais rápido possível” (Jornaldeangola.sapo.ao, 2016). Depois de muitas negociações, foi assinado um novo acordo que permitiu ao Presidente Joseph Kabila permanecer no cargo até o final de 2017. Em troca deste acordo, a Constituição não poderia ser alterada para permitir que Kabila permanecesse no cargo para um terceiro mandato. Porém, se a Constituição não permite três mandatos consecutivos, ela permite que o antigo presidente da República permaneça no poder até que seja eleito o seu sucessor (Africanews, 2017). Várias negociações foram feitas e acordos foram assinados mas Joseph Kabila continua a ignorar totalmente o adágio em latim “*pacta sunt servanda*”. Como era previsível, no dia 31 de Dezembro de 2017, iniciou uma nova onda de manifestações organizadas pela Igreja católica contra Kabila. Destes protestos, oito pessoas foram mortas e mais de cem foram encarceradas (la-croix.com, 2018).

A comunidade internacional também começa a preocupar-se com a situação política na RDC. Nikki Haley, Embaixadora dos EUA na ONU, lançou um ultimato a RDC sugere que as eleições ocorram em 2018 senão, perderiam o apoio dos EUA e da comunidade internacional (Africanews.fr, 2017). Por sua vez, o artigo 33º da Carta das Nações Unidas preconiza que as resoluções dos conflitos sejam feitas por “negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, via judicial, recurso a organizações ou acordos regionais, ou qualquer outro meio pacífico à sua escolha” (Carta das Nações Unidas, 1945). No caso dos países africanos, além desses meios, talvez seja mais eficaz acrescentar os modos tradicionais de gestão dos conflitos africanos (Raoul-Dandurand, 2012, p.7). Assim, convém também tentar uma mediação com os chefes tradicionais, os sábios, as figuras soberanas ou as igrejas embora no caso da RDC as mediações feitas pela Igreja católica entre Kabila e a oposição tem sido um fracasso contínuo. Acreditamos que os dirigentes dos países vizinhos temem que Kabila seja tirado a força

da presidência e que isso contagie os outros países, dando a mesma ideia as suas populações. Ultimamente temos assistido em África a uma mudança dos dirigentes como foi o caso de Angola com a eleição de João Lourenço a Presidente da República, na Libéria com a eleição de George Weah, no Zimbabwe com a saída forçada de Mugabe e outras eleições estão por vir em 2018. Nota-se então que os africanos aspiram a mudança do panorama político dos seus respectivos países e fazem cada vez mais questão que haja uma democracia efetiva e não apenas teórica.

Uma vez que Joseph Kabila já exerceu dois mandatos consecutivos, podemos perguntar-nos porquê que ele insiste em querer permanecer no poder. Alguns autores como Chenouard, consideram que a fortuna de Joseph Kabila seria o motivo principal para agarrar-se ao poder (Chenouard,2016). A família Kabila detém uma parte importante da economia congoleza. A família teria pelo menos setenta empresas e uma licença para exploração de diamantes ao longo da fronteira com Angola. O problema é que a Lei congoleza proíbe as personalidades políticas e a sua família de ter interesses comerciais e de enriquecer-se anormalmente durante o mandato político. Portanto, se a Lei for aplicada e a justiça feita (o que acontece raramente), Joseph Kabila corre risco de ser julgado (Chenouard, 2016). Outra coisa que o pode levar a querer permanecer no poder pode ser o medo de voltar a ser um cidadão comum, sobretudo para Joseph Kabila, filho do antigo Presidente da República, Laurent Kabila. Infelizmente, trata-se de um problema endémico não só na Região dos Grandes Lagos mas em todo o Continente africano. De facto, os dirigentes africanos têm uma visão peculiar da democracia e como diz Álvaro Nóbrega, “os regimes africanos são, por isso, um misto de hegemonia e de democracia em que o grau de democraticidade depende da elite governante e do nível de ameaça percebido à manutenção no poder” (2010,p.131). Uma vez no poder, muitos dirigentes pensam que se trata de um mandato vitalício e consideram normal enriquecer aos custos do Estado pois, como dizia o presidente da Costa do Marfim, Houphouet-Boigny, “*c’est le fruit de [leurs] travail*” (Nóbrega, 2010,p.131). Deste modo, nepotismo e corrupção andam de mãos dadas, facilitando membros das suas famílias e simpatizantes.

O sistema jurídico congolês é muito precário, pratica-se a cultura da impunidade e é mais comum ocorrer condenações pelo Tribunal Penal Internacional do que pelo sistema jurídico interno (Valenzola, 2013,p.72). Os tribunais são tão fracos e o Estado tão impotente que movimentos como o Bundu dia Kongo substituíram-se ao Estado

congolês, estabelecendo tribunais tradicionais encarregados de propor soluções jurídicas alternativas com o apoio de uma polícia batizada “*Minkenge*” ou “*Makesa*” (Jimmy Nkoboy Ntombe, 2009). Para alguns autores, a causa central dos conflitos reside na fragilidade do Estado (Valenzola, 2013, p.60). Num relatório da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), publicado em 2007, a Organização considerou que “um Estado é frágil quando as suas instituições [...] não querem ou não têm capacidade de exercer as suas funções essenciais necessárias para fazer recuar a pobreza e promover o desenvolvimento e assegurar a segurança e respeito dos direitos humanos da população” (Gaulme, 2011, p.24). Para outros autores, os conflitos na RDC derivam da falha do Estado congolês, “*c’est parce que l’Etat n’existe plus qu’il y a la prolifération des seigneurs de guerre et la prolifération des armes légères*” (www.congoforum.de.fr, 2008). Deste modo, num Estado falhado, já não se vive, apenas sobrevive-se. Deste jeito, fica difícil fazer a distinção entre Estado frágil e Estado falhado, o que Mouton resume por “*la fragilité renvoie à une échelle de vulnérabilité dont la faillite (au sens politique) serait le degré ultime*” (Mouton, 2012, p.9). O Estado congolês tem falhado com uma das suas responsabilidades primárias, ou seja, a responsabilidade de proteger. Esta responsabilidade derivada da sua soberania e do seu poder no entendimento weberiano (monopólio legítimo da força) consiste em proteger a sua população dos crimes de guerra, dos crimes contra a humanidade e do genocídio (Carvalho, 2016, p.97). O Estado congolês chegou de tal modo a um falhanço que atividades como cobrar taxas passaram a ser executadas pelas milícias (Valenzola, 2013, p.76). Deste modo, podemos frisar que a “sociedade civil africana é muito distinta da ocidental. O problema em África não é o do Estado invasivo da esfera privada, mas o do Estado ausente da maior parte do território e incumpridor das suas funções” (Nóbrega, 2010, p.131), o que é muito visível no caso da RDC. Tudo isto demonstra que a RDC está a perder a sua soberania interna e externa pois não consegue impor a primazia da sua vontade a nível interno nem consegue impor-se internacionalmente tanto que países vizinhos imiscuem-se nos seus assuntos internos (Ntombe, 2009).

CAPÍTULO 3: A EVENTUAL EMERGÊNCIA DE ANGOLA COMO POTÊNCIA REGIONAL NA REGIÃO DOS GRANDES LAGOS

3.1 O posicionamento geográfico de Angola no *heartland* sul

Na sua obra “A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz”, Hans Morgenthau explica quais são os elementos do poder de uma nação. O autor faz uma distinção entre os elementos estáveis e os elementos sujeitos a mudança. Neste sentido,

o factor considerado mais estável pelo autor, é a geografia pois determina a posição de um país no mundo e conduz toda a política externa do mesmo (Morgenthau, 2003,p.215).

Angola situa-se na África austral e tem uma superfície de 1.246.700 quilómetros quadrados (Repositório Aberto, pp.32-35). Angola tem fronteiras limítrofes com o Congo, a República Democrática do Congo (RDC), a República da Zâmbia, a República da Namíbia e a oeste, com o Oceano Atlântico. O país usufrui igualmente de costa marítima importante de 1.650 km e uma fronteira terrestre de 4.837 km. A extensão do território é favorável a uma variedade climática. A sua geomorfologia é muito diversificada com a presença de litoral, zona de transição, montanhas, planaltos, bacia do Zaire, do Zambeze e do Lubango. Seu ponto mais elevado é o Monte Moco (2.620 metros). Segundo a teoria do *Heartland* de Halford John Mackinder, Angola faz parte do *heartland* do Sul, ou seja, do “território continental ligado ao *heartland* pelo Médio Oriente, inacessível ao poder marítimo e gerador de poder terrestre, indo desde o Saara até ao Cabo, ligada ao Médio Oriente pelo Saara” (Mackinder, 1919). Angola encontra-se estrategicamente posicionada no Atlântico Sul, o que lhe profere acesso ao mar e projeção para o interior e exterior tornando-a num dos países com maiores potencialidades económicas da África subsaariana (Pegado, 2014, p. 121). Esta zona geográfica acarreta historicamente uma importância geopolítica a nível internacional por ser uma região de comércio entre África, Europa e América Latina e que em 1973, se tornou na principal rota de petróleo mundial. Atualmente, continua sendo uma zona de circulação de fluxos do comércio internacional de petróleo do Médio Oriente para América do Norte (Pegado, 2014,p.124). Esta posição geográfica confere a Angola, uma autonomia geográfica regional.

A Constituição da República de Angola (CRA) promulgada em Fevereiro de 2010 reafirmou e consagrou o carácter unitário do Estado Angolano (Bembe, 2010, p.9). Este princípio da Lei Fundamental angolana leva-nos a refletir sobre o estatuto do enclave de Cabinda. Este enclave é a décima oitava província angolana e tem uma extensão minúscula de apenas 7.680 km² mas tem uma importância fulcral para Angola. No enclave de Cabinda, encontra-se por exemplo a principal reserva de petróleo angolana. Além do petróleo, destaca-se também a densa floresta de Maiombe, a segunda maior floresta do mundo, que se estende desde Cabinda até à RDC (Pegado, 2014, p.122). No entanto, este enclave é motivo de tensões permanentes para Angola uma vez que reivindicam a sua independência total ou a sua autonomia. As reivindicações deste

enclave que ousamos chamar de “Catalunha de Angola” têm uma origem histórica. A 15 de Janeiro de 1975, quando os três movimentos que lutaram pela independência de Angola: a Frente Nacional de libertação de Angola (FNLA), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) assinaram o Tratado de Alvor, foi determinado que o enclave faria parte de Angola sem consultar os autóctones de Cabinda (Bembe, 2010, p.36). Desta decisão, nasceu o conflito entre a FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda) e Angola (Bembe, 2010, p.36). Em 2005, iniciou-se uma ronda de negociações diretas em Brazzaville entre o Governo de Angola e o Fórum Cabindense para o diálogo (Bembe, 2010, p.37). No entanto, apesar da assinatura do Entendimento de Namibe a 01 de Agosto de 2006, ainda não houve mudanças políticas significativas. Este acordo previa um estatuto especial político-administrativo de âmbito provincial ao enclave de Cabinda, reconhecendo-lhe as suas “particularidades” (Bembe, 2010, p.39-40). Porém, este reconhecimento não consta na nova constituição de 2010, o que pode ser considerado como uma “omissão-lacuna jurídica, decerto politicamente intencional” (Guedes et al, 2003 citados por Bembe, 2010, p.39). Esta questão é de facto preocupante uma vez que a instabilidade no enclave de Cabinda ameaça Angola toda. Para prevenir os movimentos insurrectos, há uma forte presença das Forças Armadas Angolanas (FAA) no enclave. A questão de Cabinda é portanto um dos principais desafios para Angola, quer para a manutenção do seu carácter unitário, quer para a preservação da sua principal fonte de recursos minerais, em particular, o petróleo, como para a sua projecção a nível regional. Neste sentido, talvez a implementação das autarquias, prevista para 2020, possa moderar a situação uma vez que permitirá maior descentralização do poder administrativo.

3.2 Os recursos naturais em abundância: a maldição do petróleo

Angola é um país rico em recursos naturais e faz parte dos principais produtores de mineiros. O país da Rainha Ginga é o maior produtor mundial de diamantes e faz parte dos principais produtores de “diamante joia”, o mais caro e susceptível de lapidação artística, a seguir ao Botsuana, África do Sul, Rússia e Canadá, sendo o diamante a sua segunda maior fonte de rendimento (Pegado, 2014, p.127). A mineração angolana consta também com a presença de ferro, fosfatos, cobre e nióbio, um mineral raro utilizado na indústria espacial do que o Brasil detém praticamente as únicas reservas mundiais (Jornal de Negócios, 2016). Angola tem também um grande potencial agrícola, com o cultivo de bananas, banana-pão, café, tabaco, legumes, pecuária, peixes

e produtos florestais e tem um grande potencial hidroelétrico. Por mais riqueza minerais que Angola tenha, o país tem que dobrar os esforços para atingir a autossuficiência alimentar. Segundo Hans Morgenthau (2003,p.220),o país que usufrui de autossuficiência alimentar tem a vantagem de evitar a importação de alimentos que não produz o que pode condicionar a política externa de um país e fazer com que o país adote uma posição de fraqueza ou de força em caso de perigo (Morgenthau, 2003, p.220).

Além dos recursos supracitados, Angola é um país com grande abundância de petróleo, o que lhe confere influência em política internacional e poder funcional. Este elemento é de tamanha importância para as Relações Internacionais que Morgenthau chegou a considerar que “um Estado que nada tem para consolidar seu poder e que é carente de todos os elementos que tradicionalmente contribuem para a formação do poder nacional, vê-se transformado de repente em um poderoso factor no xadrez da política mundial, porque ele dispõe de um trunfo importante: o petróleo” (2003, p.220-226). Este recurso natural correspondia a 46% do PIB nacional e a 95% das exportações do país (Nações Unidas, 2015) mas agora corresponde a menos de 75% da sua exportação (Jornal Económico,2018). Em 1973, o Decreto nº52/76 estipulado pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, criou a SONANGOL, a maior empresa pública do país. Paradoxalmente, se Angola é o segundo maior produtor de petróleo do continente africano depois da Nigéria, é todavia, um dos países que mais carece de energia eléctrica, o que causa várias consequências nefastas. Apenas 36% da população angolana tem acesso à rede eléctrica. A população vê-se na obrigação de encontrar outras alternativas tal como o uso de candeeiro a petróleo, de gerador ou de velas (Aida Paiva, 2014,143-149). A falta de diversificação da economia do país, levou-o a uma crise económico-financeira. Assim, a partir de 2014, com a queda da cotação do barril de crude no mercado internacional, as receitas petrolíferas angolanas reduziram drasticamente, tendo passado de 68 mil milhões de dólares para 26 mil milhões de dólares entre 2013 e 2016 (SIC Notícias,2018).A queda do preço do petróleo teve como consequência, a desvalorização do Kwanza (divisa angolana). O Kwanza perdeu 60% do seu valor diante do dólar americano desde o princípio de 2015. Para ter uma ideia, antes, trocava-se 100 dólares por 10 000 kwanzas, hoje, a mesma quantia varia até 26.000 Kwanzas no mercado formal e até 49.000 kwanzas no mercado informal (zunga). Podemos relacionar a queda do preço do petróleo com o aumento entre 2012 e 2015 da produção de petróleo dos EUA, tornando-os os maiores produtores de petróleo

mundial, tendo ultrapassado a Rússia e a Arábia Saudita (www.dw.com, 2016). Outro factor que possa justificar a crise atual é a falta de segurança dos investidores estrangeiros causada pela forte corrupção e branqueamento de capitais altamente impregnadas na sociedade angolana. Isso provocou a retirada de Angola da Lista do Banco Central Europeu de países que têm qualidade na supervisão dos seus bancos o que trouxe desconfiança aos investidores no país (www.conexaolusofona.org, 2015, p.108). A luta anti-corrupção e contra o branqueamento de capitais foi o lema da campanha presidencial do novo presidente angolano, João Lourenço e atualmente estão a ser implementadas pelo Parlamento angolano, leis anticorrupção e de repatriamento de capitais.

3.3 A fraca capacidade industrial de Angola

A autossuficiência industrial e a “capacidade tecnológica de se manter à frente de outras nações”, são elementos que permitem distinguir as superpotências das outras nações (Morgenthau,2003,p.236). Em Angola, a “Província de Luanda concentra 75% da capacidade industrial produtiva do país e constitui o principal mercado consumidor de Angola (...)” (Ministério da Indústria, 1998 p.1). Na sua Tese de Doutoramento, Eugénio Costa Almeida defende que Angola é uma região centro-austral mas falta-lhe a capacidade industrial e o desenvolvimento tecnológico para se afirmar como potência efetiva (AngoNotícias, 2011). Por sua vez, a Ministra da Indústria, Bernardina Martins defende que a indústria transformadora já implantada no país cresceu consideravelmente nos últimos anos, apesar de algumas demonstrarem baixa capacidade de produção e de funcionalidade (Angop,2017). O certo, é que ainda há muito a fazer para implementar uma capacidade industrial digna de competir internacionalmente.

A fim de remediar a esta debilidade, o Governo tem implementado leis para enquadrar o investimento industrial e tem criado projetos para impulsionar e facilitar o investimento no sector industrial. Podemos assim citar a Lei nº3/92 de 28 de Fevereiro de 1992, dita, Lei da Propriedade Industrial que permitiu a instituição de um regime jurídico e administrativo de defesa da propriedade industrial (Lei nº3/92 de 28 de Fevereiro de 1992). Outra lei importante é a Lei das Atividades Industriais (Lei nº5/04 de 07 de Setembro de 2004) cujo artigo 2º garante a liberdade e o exercício da atividade industrial, aumentando a competitividade, a segurança e qualidade industriais e reduzindo os riscos (Lei nº5/04 de 07 de Setembro de 2004). Em 2013 criou-se o PROFIR, uma das componentes do Programa de Industrialização de Angola 2013-2017

que encoraja a fomentação de pequenas indústrias rurais com o objectivo de melhorar a sua qualidade de vida (Revista Ministério da Indústria, 2014,p.1).Este aumento de investimento na produção industrial contribuiu para dinamizar o sector e encorajar o Ministério da Indústria a ajudar os industriais na obtenção de divisas para importação das matérias-primas que necessitam e a atribui-los incentivos fiscais como a redução no pagamento de impostos (Angop,2018; Diário de Notícias, 2017).

3.4 A projeção das Forças Armadas Angolanas a nível regional

Segundo Morgenthau, o grau de preparação militar é que confere verdadeiramente importância aos factores pré-citados (2003,p.237). As Forças Armadas Angolanas (FAA) são compostas por três ramos, nomeadamente, o Exército Nacional, a Força Aérea Nacional Angolana (FANA) e a Marinha de Guerra Angolana (MGA). Após a independência de Angola em 1975, iniciou-se uma guerra civil que só teve fim em 2002. Entretanto, houve acordos falhados que tentaram reconciliar os três principais movimentos de libertação: MPLA, UNITA e FNLA. Um destes acordos foram os Acordos de Paz de Bicesse de 1991, que deram lugar à fusão dos três exércitos, criando um exército único e apatidário (Pegado,2014,p.163). As FAA de Angola, foram consideradas em 2016, como o 6º maior poder conjugado do continente africano. Em 2014, Angola contava com 100.000 efetivos no Exército, 6.000 na Força Aérea, 1.000 na Marinha e 10.000 paramilitares, dando um total de 117.000 efetivos (Almeida e Bernardino, 2014). As forças armadas têm como missão principal preservar a soberania do Estado e para isso, têm que controlar as fronteiras terrestres angolanas, defender o espaço aéreo da República de Angola, o seu espaço marítimo e a sua Zona Económica Exclusiva (ZEE). Segundo o Instituto de Investigação sobre a Paz de Estocolmo (SIPRI), nos últimos 5 anos, Angola tem feito parte dos países da África Subsaariana responsáveis por 32% das importações de armas do continente (Novo Jornal,2018). Esta preocupação da FAA de investir em armas de guerra testemunha a sua “prontidão na defesa da pátria” como foi auferido pelo Chefe de Estado-Maior Adjunto das Forças Armadas Angolanas para Educação Patriótica, General Egídio Sousa e Santos (Angop, 2018).

Entretanto, a quantidade de efetivos e de armas que as FAA dispõe não é sinónimo de qualidade pois é necessário haver um ensino de qualidade para todas as forças militares. O General Geraldo Sachipengo Nunda, ex-Chefe de Estado-Maior das FAA, considera que “Todos os comandantes, chefes e oficiais das unidades, armas e serviços,

instituições de ensino e centros de instrução militar devem encarar a educação dos militares sobre os quais assenta a reedificação das FAA” (Governo Angolano, 2012). A República de Angola investe na formação de quadros no exterior (Portugal, Rússia, Brasil), em cooperações diretas com outros países como os EUA, um dos principais parceiros de Angola, como foi reiterado pelo Presidente da República, João Lourenço, na sua tomada de posse em Setembro de 2017. Em Outubro de 2017 Helen Lalime, Embaixadora dos EUA acreditada em Angola e o Ministro da Defesa Nacional, Salviano Sequeira começaram a estudar a possibilidade de militares nacionais serem formados nos EUA em algumas áreas específicas de cooperação no domínio militar (Jornal de Angola, 2017). Esta cooperação para formação de militares angolanos pelos EUA será uma mais-valia para a República de Angola, sobretudo se incluir, como previsto, a formação nos domínios da segurança marítima uma vez que se trata do “Calcanhar de Aquiles” das FAA (Angop, 2016).

Na sua tese “A União Africana e a Emergência de Estados-Diretores em África: O caso de Angola”, Eugénio Costa Almeida aponta a fragilidade da Marinha de Guerra Angolana (Misoso África, 2012). A Marinha de Guerra Angolana foi fundada em 1976, porém, após a independência e com a conjuntura interna de guerra civil, deu-se prioridade ao desenvolvimento do Exército angolano e da Força Aérea em detrimento da MGA. A MGA representa apenas 1% das FAA e tem meios insuficientes para defender o seu espaço marítimo. Consciente desta debilidade, o Estado angolano criou o “Programa de Reedificação e Modernização da Marinha com a duração de dez anos (2012-2022) que inclui a formação de quadros e o reequipamento de meios técnicos e científicos. Em 2008, a MGA contava com 3 navios e 18 embarcações avulsas. Mais recentemente, o Governo angolano investiu na compra de dezassete navios militares (LeMonde, 2016). O fortalecimento da MGA é indispensável para fiscalizar os mais de 162 mil quilómetros quadrados das águas territoriais sobretudo para prevenir a pirataria e proteger a exploração e transporte do petróleo angolano donde provém maioritariamente o PIB angolano (Pegado, 2012, p. 169).

Este fortalecimento é também necessário para uma maior projeção das FAA a nível regional. A vitória das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), com o apoio de Cuba e da URSS, na Batalha do Cuito Cuanavale, ocorrida desde 15 de Novembro de 1987 a 23 de Março de 1988 contra o exército da África do Sul, projetou regionalmente o país, visto como uma potência militar na África Subsariana (Pegado, 2014, p. 175). Com o fim da Guerra Civil e a internacionalização do seu poder,

Angola vem assumindo uma postura de afirmação nacional, reflexo de uma intervenção crescente no plano geopolítico e geoestratégico africano, em particular, na Região dos Grandes Lagos, onde as FAA são reconhecidas como bem sucedidas pelos seus vizinhos, preenchendo assim uma das condições *sine qua non* para beneficiar da classificação de potência regional (Bernardino, 2013, p.45; Pegado, 2014,p192).

3.5 A dimensão sociocultural e científica

Segundo Morgenthau “uma nação não pode ascender à primeira classe sem contar com uma população suficientemente grande para criar e aplicar os implementos materiais do poder nacional” (2003,p.248). Angola tem uma população com uma grande diversidade étnica e mestiçada, fruto do colonialismo. As principais etnias são o povo Bakongo, Ambundu e Ovimbundu (Umbundos). A etnia mais influente, é a Ambundu, representando 25% da população, incluindo a população luandense. Durante décadas, não se sabia com exatidão o número da população angolana. A primeira tentativa para conhecer a população angolana ocorreu de 1772 a 1779. A partir de 1940, o recenseamento geral da população angolana passou a ser efetuado de dez em dez anos, isso, até 1970. Após a independência e com o início da Guerra Civil, tentou-se realizar um recenseamento geral em 1980 mas só foi possível recensear 50% da população de 1983 a 1987 (unstats.un.org, 2009). Apenas em 2014 é que voltou a ser realizado um recenseamento geral da população angolana. Atualmente, Angola conta com 29.250.009 de habitantes. Como podemos ver na Tabela 2 e segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), a população angolana é maioritariamente urbana e tem uma idade média de 16,5 anos (INE,2018).

Tabela 2: População projetada por grupos etários, segundo a área de residência e sexo, Angola 2018

	População Nacional			População Urbana			População Rural		
Angola	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
	29.250.009	14.228.926	15.021.083	18.473.609	9.027.566	9.446.043	10.776.400	5.201.360	5.575.040
Idade Média	16,5	16,1	17,0	17,2	16,9	17,4	15,4	14,8	16,1

Fonte: INE (adaptação), 2018

Outros dados do INE indicam que apenas 1,5% dos habitantes têm mais de 65 anos. Por outro lado, apenas 25% da população com 18 a 24 anos completou o segundo ciclo de ensino secundário e 5% da população acima dos 24 anos terminou o ensino superior, o que é uma percentagem muito fraca (Observador,2016). O fraco nível académico dos jovens angolanos, juntando-se à falta de experiência profissional fazem com que a taxa de desemprego seja mais elevada entre os jovens dos 15 aos 24 anos (37,9% de desemprego) (INE,2016). Em 188 países, Angola encontra-se no 150º lugar do Índice de Desenvolvimento Humano(IDH) (AngoNoticias,2017). Esta péssima posição de Angola é testemunha das baixas condições de vida da principal camada da população angolana. A esperança média de vida de um angolano, embora tenha subido para os 52,7 anos em relação a 2015 anos (52,3 anos), é baixa. A média do nível de escolaridade em Angola, considerada baixa, é de 5 anos. A sua renda *per capita* em média é de 6.219 dólares norte americanos anuais. No entanto, a sua taxa de mortalidade infantil é elevada pois em cada 1.000 crianças, 96 morrem antes de completarem 5 anos (Angop,2017).

O fraco investimento na educação reflete a qualidade do sistema de ensino angolano. O ensino superior foi implantado em Angola em 1962 com a criação dos Estudos Gerais Universitários de Angola embora em 1958, a Igreja Católica já tivesse criado o seu Seminário com estudos superiores em Luanda e no Huambo. Em 1976, foi criada a Universidade Agostinho Neto, única instituição de ensino superior de âmbito

nacional cujo monopólio como única universidade estatal durou até 2009. O fim da Guerra Civil em 2002 e a liberalização do ensino superior, permitiram um novo dinamismo do ensino superior angolano. De 2002 a 2011 o número de discentes em instituições de ensino angolano aumentou para 14.016, o que representa um acréscimo de 30,7% (Paulo de Carvalho, 2012). Em 2010, o Ministério da Educação registava 28 faculdades, 10 institutos superiores e 13 escolas superiores (Ministério da Educação, 2010, p.43). Outrossim, a 19 de Junho de 2017, o então Presidente da República, José Eduardo dos Santos, aprovou o Acordo de Financiamento do Projeto de Revitalização do Ensino Técnico e de Formação Profissional (RETFOP) e a criação de nove instituições do ensino superior, de natureza privada em Luanda e noutras províncias (Diário da República, 2017). O problema é que o aumento de instituições de ensino superior não está a ser acompanhada pelo aumento da qualidade do ensino, indispensável para “competir a nível interno com os expatriados” (Pegado, 2014, p.133). De facto, a qualidade do ensino superior em Angola deixa a desejar.

3.6 A qualidade do Governo angolano em mudança

O artigo 16º da Declaração dos Direitos Humanos e do Cidadão de 26 de Agosto de 1789, que inspirou a maior parte dos Estados democráticos, dispõe que *“Toute société dans laquelle la garantie des droits n’est pas assurée, ni la séparation des pouvoirs déterminée, n’a point de Constitution”* (Déclaration des Droits de l’Homme et du Citoyen, 1789). Angola, consciente da necessidade de ser um Estado democrático, inscreveu este princípio, primeiro na sua Lei Fundamental de 1992 e o consagrou na sua nova Constituição de 05 de Fevereiro de 2010 cujo artigo 2º, nº1 dispõe que Angola é um “Estado democrático de direito que tem como fundamentos a soberania popular, a separação de poderes e interdependência de funções (...), o pluralismo de expressão e de organização política e a democracia representativa e participativa” (Bembe, 2014, p.97).

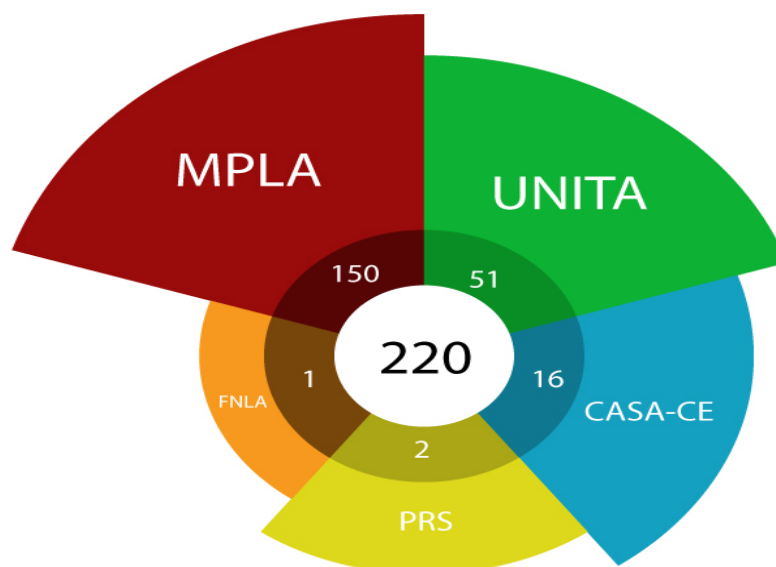
A separação de poderes, inscrita na Constituição da República de Angola (CRA), é caracterizada pela visão tridimensional do poder. Este conceito permite analisar as sociedades políticas segundo a sua forma, sede do poder e ideologia (Pegado, 2014, p.156). O artigo 105º, nº1 da atual Constituição separa o poder entre o Presidente da República, a Assembleia Nacional e os Tribunais (Bembe, 2014, p.99). Optámos por frisar em especial o poder do Presidente da República e o seu modo de eleição mas convém salientar que a Assembleia nacional tem por papel, exprimir a vontade soberana do povo angolano e exercer o poder legislativo enquanto que os

Tribunais administram a justiça em nome do povo e fazem respeitar a lei (Bembe, 2014, pp.105-107).

Após a independência, Angola tinha um sistema mono-partidário, reconhecendo apenas juridicamente o MPLA como partido político. Angola teve de esperar os Acordos de paz de Bicesse de 1991, entre o Governo Angolano e a UNITA, para ser consagrado constitucionalmente o princípio da democracia pluripartidária. Esta consagração permitiu que fossem organizadas as primeiras eleições gerais do país, em Setembro de 1992 (Bembe, 2014, pp. 114-115). Em Agosto de 2012, o país contabilizava mais de 78 partidos políticos. Porém, a maioria dos partidos políticos não tem uma atividade política relevante e poucos têm uma ideologia explícita. Na maior parte do tempo, “conflitos pessoais e visões ou ambições políticas estão na base da sua formação (...). Lealdades políticas são muitas vezes extensões de lealdades entre amigos ou familiares” como acontece noutros países africanos (Bembe, 2014, p.116). Porém, podemos considerar que o MPLA e a Convergência Ampla de Salvação de Angola-Coligação Eleitoral (CASA-CE) se distinguem dos outros partidos por serem mais transversais a toda a sociedade enquanto que partidos como a UNITA, o PRS ou a FNLA preconizam o etnicismo (Maria, 2015, p.181).

Com a nova Constituição de 2010, torna-se automaticamente Presidente da República, o chefe do Executivo “o cabeça de lista, pelo círculo nacional, do partido político ou coligação de partidos políticos mais votado no quadro das eleições gerais”. Este último é auxiliado pelo Vice-presidente, segundo candidato eleito da lista (Pegado, 2014, p.156-160). Em 2012, o MPLA, vencedor das eleições, ficou com 175 assentos na Assembleia Nacional, a UNITA que ficou em segundo lugar, ficou com 32 assentos, a coligação CASA-CE, recentemente fundada, ficou com 8 assentos, o Partido de Renovação Social (PRS) ficou com 3 assentos, e a FNLA ficou com apenas 2 assentos.

Figura 3: Composição da Assembleia Nacional Angolana após Eleições Gerais de 2017



Fonte: A Autora, segundo dados do Diário de Notícias, 2017

Em Setembro de 2017, o MPLA venceu as eleições gerais angolanas com 61,70% dos votos, permanecendo assim maioritário na Assembleia Nacional, embora tenha perdido 25 deputados, como podemos ver na figura 3, a favor da UNITA e da CASA-CE cuja representação aumentou consideravelmente (www.dn.pt, 2017). A CRA atribuiu muitos poderes ao Presidente da República. O Chefe de Estado tem por exemplo a competência exclusiva na área das relações internacionais, é Comandante das Forças Armadas, deve defender a Constituição e assegurar o cumprimento das leis e dos acordos internacionais e tem poder de superintendência sobre a administração indireta do Estado (Bembe, 2014,p.95). Destas eleições de 2017, o Presidente João Lourenço é quem saiu vencedor. Pela primeira vez desde 1979, Angola teve um novo Presidente da República. Esta mudança ofereceu um novo dinamismo à política angolana e na sua política externa. Desde a sua tomada de posse a 26 de Setembro de 2017, João Lourenço, tem vindo a tomar medidas que contrastam com a presidência de José Eduardo dos Santos. O Presidente da República exonerou por exemplo membros do Governo e de instituições nacionais que se julgavam intocáveis pois estavam sob a proteção do antigo Presidente da República. Esta “política de símbolos” (Novo Jornal, 2018) efetuada por João Lourenço deu-lhe muita popularidade, aumentou o moral nacional o que é fundamental para receber o apoio do povo na implementação da sua

política externa. Jon Schubert, investigador da Universidade de Genebra, destacou que há mais liberdade de expressão e “uma vontade de mudar o estilo de fazer política” (Novo Jornal, 2018). O combate à corrupção e a moratória sobre repatriamento de capitais também têm contribuído para tornar Angola mais atrativa e ganhar novamente a confiança dos investidores (Novo Jornal, 2018). Porém, é preciso dar tempo ao tempo e esperar o fim do mandato de João Lourenço para analisarmos se estas políticas têm um impacto transformador a longo prazo ou se trata mais de uma política cosmética.

3.7 A afirmação regional da diplomacia angolana

Embora de natureza instável, a Diplomacia é um dos factores mais importantes na análise dos elementos do poder pois ela “representa o cérebro do poder nacional, do mesmo modo que o moral nacional constitui a sua alma” (Morgenthau, 2003,p.274). A política externa angolana caracteriza-se pelo seu carácter de *Realpolitik* e pela sua diversificação nas relações internacionais, o que lhe preserva de uma dependência excessiva do Ocidente (Oliveira, 2015,pp.239-248). De acordo com muitos autores como Oliveira e Pegado, Angola tem elaborado estratégias para melhorar a sua reputação a fim de diversificar as suas parcerias para um mais rápido desenvolvimento do país (Oliveira,2015,p.248; Pegado, 2014,p.193).

A nível regional, Angola opta por uma política de integração. Deste modo, ela pertence a vários grupos regionais, entre os quais, a Conferência da Região do Grandes Lagos (CIRGL). José Eduardo dos Santos, antigo Presidente da República angolano, considera que a condução da política externa angolana continuou a pautar-se por uma atuação objetiva em atos e eventos conducentes à consolidação do entendimento e cooperação entre as nações e à preservação da paz, da estabilidade e da segurança internacionais (Kissaca,2017,pp.21-22). Esta reflexão efetuada em 2011 continua vigente na política externa angolana assim como a defesa da soberania do Estado. Alguns autores consideram que o futuro da segurança e do desenvolvimento sustentado no continente africano reside nas organizações africanas e Angola tem sido dos principais defensores desta tese e um importante ator na resolução dos conflitos regionais (José,2015,p.85). Embora a política externa de Angola não esteja confinada a uma única região, nem seja restrita a uma única dimensão, ela tem por prioridade a África Austral e Central e dá maior atenção aos seus vizinhos (José, 2015,p.85; Kissaca,2017,p.21).

Angola tem apostado numa política de melhoria da sua imagem a nível internacional. Esses últimos anos, a diplomacia Angolana tem-se destacado e tem projetado Angola internacionalmente. Esta projeção de Angola está relacionada com o seu empenho nas resoluções dos conflitos e com o papel que desempenhou ao longo da sua presidência na CIRGL. Todas essas ações efetuadas por Angola fizeram com que Angola obtivesse um grande apoio da maioria esmagadora (190 vozes dos 193 votantes) dos Estados-membros da ONU para ser, pela segunda vez, membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas a 01 de Outubro de 2014 por um período de dois anos. Estas duas nomeações, em simultâneo, de Angola no Conselho de Segurança das Nações Unidas e na CIRGL, puseram o país nos holofotes das Relações Internacionais e consagraram o papel fulcral de Angola na região subsaariana.

3.8 Os interesses de Angola na Região dos Grandes Lagos: o caso da RDC

Juntando-nos ao pensamento de Adriano Moreira, acreditamos que “em política não há amigos nem fronteiras, mas sim, jogos de interesses de Estados e para Angola a geometria transfronteiriça a norte é complexa e potencialmente perigosa para a segurança de Angola” (Moreira, 2011, citado por Bernardino, 2013,p.401). Por este motivo, Angola tem desempenhado todos os seus esforços no sentido de proteger os seus interesses dos perigos que pode enfrentar por causa da sua partilha, ao norte, de uma vasta fronteira com a RDC, atual epicentro dos conflitos na região dos Grandes Lagos. O artigo 11º, n.1 da CRA dispõe que Angola é uma “Nação de vocação para a paz e o progresso”. Este princípio materializa-se na seguinte trilogia: Defesa, Desenvolvimento, Diplomacia (Bernardino,2013,p.11).

Numa entrevista efetuada pela Autora ao Diretor do Gabinete de Intercâmbio e Cooperação Internacional do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas, o Tenente General Carlos F. De Sousa Couceiro, a 25 de Abril de 2018, revelou que é necessário buscar pelos canais da História para saber porquê que Angola terá ligação com os Grandes Lagos. Segundo Carlos Couceiro, a posição geoestratégica de Angola, obriga o país a estar dentro de um processo integrado. A questão da segurança na Região dos Grandes Lagos é fundamental uma vez que a estabilidade desta região permitirá explorar devidamente as potencialidades dos países membros em benefício do seu povo. Angola é um país que se pacificou mas cuja estabilidade depende muito da vizinhança próxima e imediata e da vizinhança afastada (Entrevista, 25 de Abril, 2018).

Além de zelar pela sua segurança, Angola está também interessada em aumentar a sua influência na Região dos Grandes Lagos e consequentemente, na RDC. Durante a guerra de 1996-1997, na RDC, que opôs Mobutu Sese Seko à Laurent Kabila, Angola, o Ruanda e o Uganda foram dos países que apoiaram Laurent Kabila. Quando estes dois últimos países se viraram contra Kabila em 1998, Angola continuou a apoiá-lo, o que criou uma certa rivalidade entre Angola e o Ruanda. Com a sua presidência na CIRGL, Angola aproveitou para corroborar a sua influência nas tomadas de decisões políticas da região. Acredita-se que para ambos os países, os próximos acontecimentos políticos na RDC terão um papel fulcral para a Região dos Grandes Lagos e por isso não querem ficar de fora das mudanças vindouras e dos eventuais benefícios que estas possam trazer (Dailymaverick.co.za, 2018).

CAPÍTULO 4: O PAPEL DESEMPENHADO POR ANGOLA NA RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS NA REGIÃO DOS GRANDES LAGOS

4.1 A gênese da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos

O Genocídio do Ruanda de 1994 que fez mais de 800.000 vítimas e a instabilidade tremenda na RDC causada pelo regime de Mobutu, fizeram com que a sociedade internacional se apercebesse da verdadeira dimensão dos conflitos na Região dos Grandes Lagos. Após a queda de Mobutu, os países que outrora apoiavam Laurent Kabila como por exemplo o Ruanda e o Uganda, viraram-se contra o seu antigo aliado. A aliança entre eles foi quebrada por diversos motivos mas sobretudo por Kabila não ter cumprido com a sua palavra. O Ruanda e o Uganda começaram então a atacar o regime de Kabila e como represália, a RDC começou a apoiar a FDLR que inicialmente era uma milícia ruandesa mas a RDC perdeu o controle e a FDLR se tornou numa das principais forças negativas que as FARDC pretendem neutralizar com a ajuda da CIRGL (Entrevista, 25 de Abril de 2018). A Organização das Nações Unidas decidiu então intervir de forma diplomática para tentar reconciliar os protagonistas e optaram por organizar uma conferência internacional (Ollandet, 2015, p.59). Inicialmente, a RDC discordou com a organização de uma conferência e acusou Kigali e Kampala de serem os líderes dos movimentos insurretos nas províncias de Kivu. Por sua vez, o Ruanda e o Uganda não viam utilidade na conferência internacional uma vez que para eles, o que estava a acontecer na RDC era um problema de dimensão interna. Diante de tanta discórdia, Kofi Annan, então Secretário Geral das Nações Unidas preferiu falar de uma

conferência que debateria os diferentes problemas podendo encontrar um consenso entre os Estados-membros (Ollandet,2015,p.59).

As primeiras iniciativas começaram com a realização de relatórios sobre a situação na Região dos Grandes Lagos a partir de 1997. A seguir, com a resolução 1291 de 24 de Fevereiro de 2000 e a resolução 1304 de 16 de Junho de 2000, o Conselho de Segurança das Nações Unidas chegou a conclusão que a situação política e de segurança na RDC constituía uma verdadeira ameaça para a paz e segurança de toda a região da África central. A União Africana e a ONU decidiram trabalhar em colaboração para preparar esta conferência. De 2001 a 2003 foram organizadas missões de exploração na região lideradas por Ibrahima Fall, nomeado representante especial de Kofi Annan na Região e reuniões para preparar a primeira cimeira (Ollandet,2015,p.61-64). No processo preparatório, houve uma certa dificuldade em fixar os participantes da conferência. Em Novembro de 2004, em Kigali, os ministros tinham estipulado que a conferência teria quatro tipos de participantes: o grupo do *champ* ou *core group*, o grupo dos *cooptés*, o grupo dos Amigos da região e as diferentes organizações internacionais. Países como Angola, a RCA e República do Congo, a quem lhes tinha sido proposto pertencerem ao de observadores (*cooptés*) manifestaram o seu interesse em fazer parte do *core group* pois teriam mais peso. De facto, os países do *champ* e os países observadores teriam o direito ao debate, porém, apenas o primeiro grupo poderia tomar decisões (Ollandet,2015,p.75). Os três países que tinham sido atingidos diretamente pelos efeitos da crise no leste da RDC e pelos efeitos do genocídio do Ruanda tornaram-se então membros plenipotenciários da CIRGL (Ollandet,2015,p.76). A primeira cimeira dos chefes de Estado decorreu no *Golden Tulipes' Hotel* de Dar-es-Salaam, na Tanzânia, aos 19 e 20 de Novembro de 2004 onde foi assinada a Declaração de Dar-es-Salaam que permitiu o enquadramento diplomático, político e técnico da conferência (Ollandet,2015,p.97-98). No seu preâmbulo, os onze Estados-membros ³(Angola, Burundi, Quênia, República Centro-Africana, República do Congo, República Democrática do Congo, Ruanda, Sudão, Tanzânia, Uganda, Zâmbia) comprometeram-se a lutar contra o genocídio na Região dos Grandes Lagos, a neutralizar, desarmar, encarcerar e julgar os autores de crimes contra a humanidade diante dos tribunais

³ Apenas mais tarde é que a CIRGL passou a ser composta por doze Estados com a independência do Sudão do Sul em 2011.

internacionais (Declaração de Dar-es-Salaam, 2004).

Dois anos depois, a 15 de Dezembro de 2006 foi organizada a segunda cimeira da CIRGL em Nairobi (Quénia), que se concluiu como previsto pela Declaração de Dar-es-salaam, com a adoção do Pacto de Nairobi pelos onze estados-membros da CIRGL (Ollandet,2015,p.157-8).Este pacto tem por objetivo auferir um enquadramento jurídico às relações entre os Estados-membros (CIRGL,2006,p.8). O Pacto de Nairobi é constituído por dez protocolos que compreendem quatro domínios que são a paz e segurança, a democracia e boa governança, o desenvolvimento económico e integração regional e por fim, as questões sociais e humanitárias (Ministério das Relações Exteriores, 2017). Os objetivos deste pacto servem também como objetivos da própria CIRGL. A fim de alcançar estes objectivos, foi criado um fundo especial para a reconstrução e o desenvolvimento (Jeune Afrique,2006).O pacto também reitera a necessidade de respeitar os princípios fundamentais consagrados pela Carta das Nações Unidas e pelo Ato Constitutivo da União Africana, a integridade territorial, a soberania nacional, a não-ingerência, a não-agressão e a proibição para todos os Estados-membros de permitir a utilização do seu território como base para a agressão ou para a subversão contra um outro Estado-membro. Outrossim, o pacto de Nairobi preconiza a busca conjunta de soluções pacíficas para os diferendos, a confiança mútua e reafirma os princípios diretores da Declaração de Dar-es-Salaam (Pacte de Nairobi, 2006).A Declaração de Dar-es-Salaam e o Pacto de Nairobi foram complementadas pelo Acordo-Quadro assinado em Adis-Abeba em Fevereiro de 2013 pelos Estados-membros da CIRGL e contou com o apoio da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC),da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), da UA e da ONU (Dias, 2018).Todos estes acordos permitiram estabelecer os objetivos da CIRGL que hoje preconiza uma resolução pacífica dos conflitos, transformar a Região dos Grandes Lagos num “espaço de paz e segurança sustentável”(CIRGL,2018).

4.2 A estrutura organizacional da CIRGL

A fim de levar a cabo os seus objetivos, a CIRGL tem à sua disposição, alguns órgãos que executam as tarefas necessárias ao seu bom funcionamento. Na segunda cimeira da CIRGL foi instituído um Mecanismo Regional de Acompanhamento (MRA).Este mecanismo está encarregado de pôr em prática o comprometimento dos chefes de Estado e de Governo pela paz, segurança, democracia e desenvolvimento (Ollandet,2015,p.165).O Mecanismo Regional de Acompanhamento previu inicialmente quatro órgãos de funcionamento que são: a Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo

da CIRGL (a), presidida por um dos chefes de Estado (b), o Comité Interministerial (c), o Secretariado Executivo (d) e o Mecanismo Nacional de Coordenação (e). Em 2012 foi criado o Mecanismo Conjunto de Verificação Alargada (f).

(a) **Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da CIRGL:** é o órgão supremo da CIRGL. Estas cimeiras servem para fazer o balanço do último mandato, tomar novas resoluções e nomear oficialmente o novo presidente da CIRGL. Apesar da cimeira se reunir em sessão ordinária apenas de dois em dois anos, existe a possibilidade de organizar uma sessão extraordinária se os chefes de Estado o julgarem necessário, sobretudo quando a região se encontra diante de uma crise podendo ameaçar a sua paz e segurança. Esta sessão extraordinária pode ser convocada pelo presidente da CIRGL, após pedido de um dos Estados-membros e com o consentimento da maioria qualificada de 8/12 dos Estados-membros. Podemos mencionar de igual modo, a possibilidade de organizar mini-cimeiras de chefes de Estados da CIRGL. Normalmente, nestas mini-cimeiras, não estão presentes todos os Estados-membros. Nestas reuniões restritas, organizadas duas vezes por ano, é analisada a situação da região e são tomadas decisões de acordo com as necessidades do momento.

(b) **Presidência da CIRGL:** é assegurada rotativamente por um dos chefes de Estado dum dos doze Estados-membros num período de dois anos (Ollandet,2015,p.168).A rotatividade da presidência na CIRGL efetua-se com base na concertação entre os Estados e na lei dos países mais fortes, tendo em conta a sua maior capacidade financeira. Angola cumpriu com dois mandatos consecutivos, de 2014 a 2017. O atual presidente da CIRGL é o chefe de Estado do Congo-Brazzaville, Denis Sassou Nguesso. O presidente da CIRGL desempenha um papel muito importante pois organiza as atividades de prevenção de conflitos e de gestão das crises. É também o presidente quem garante as relações da CIRGL com as organizações internacionais, com os Estados não membros e com todos os outros parceiros da região em nome de todos os Estados-membros da CIRGL. O presidente em exercício, o seu antecessor e o seu eventual sucessor constituem uma *Troika* que tem por objetivo aconselhar e apoiar o presidente em exercício (Ollandet,2015,p.168).

(c) **Comité Interministerial:** é o órgão executivo da CIRGL. Este comité reúne os Ministros dos Negócios Estrangeiros da CIRGL em sessão ordinária duas vezes por ano havendo a possibilidade de convocar uma sessão extraordinária à

pedido de um Estado-membro com o consentimento da maioria absoluta dos Estados-membros. Durante as suas sessões ordinárias, os Ministros dos Negócios Estrangeiros avaliam as situações políticas, analisam os progressos e as ações efetuadas na região e empreendem ações militares (ICGLR.org, 2018). As decisões tomadas pela cimeira e o Comité Interministerial são implementados nos Estados-membros e por um Mecanismo Nacional de Coordenação (MNC) compostas por representantes da sociedade civil (Operationspaix.net,2012). Cada reunião do comité dos ministros deve ser precedida por uma reunião dos coordenadores nacionais (Ollandet,2015,p.170). Os Ministros dos Negócios Estrangeiros da CIRGL formulam estratégias de implementação das medidas tomadas e garantem o acompanhamento regular do procedimento de implementação dos projetos e dos protocolos a nível nacional (Ollandet,2015,p.169).O Comité Interministerial é também quem aprova as nomeações dos altos funcionários do secretariado da conferência, sob recomendação do Secretário Executivo, aprova o orçamento do Secretariado Executivo e aprova os planos de trabalho anuais do Secretariado Executivo e das suas instituições afiliadas tal como o Centro Léon Mwanawassa de Lusaka (Ollandet,2015,p.170).

- (d) **Secretariado Executivo:** considerado como o órgão técnico e de coordenação da CIRGL cuja sede situa-se em Bujumbura, no Burundi desde a sua criação pelo Pacto de Nairobi em 2006 (CIRGL,2018). A missão deste órgão é de “ser uma instituição eficaz e dinâmica que coordena, facilita e assegura a promoção e o acompanhamento da implementação do Pacto e de outras iniciativas em prol da paz, segurança, estabilidade e do desenvolvimento na Região dos Grandes Lagos”(ICGLR.org,2018).Este órgão é dirigido por um Secretário Executivo nomeado durante a cimeira dos chefes de Estado da CIRGL e sob recomendação do Comité Interministerial regional (Ollandet,2015,p.169). O mandato do Secretário Executivo é de cinco anos, não renovável e baseia-se no princípio de rotatividade (Ollandet,2015,p.171). Durante a presidência de Angola, houve dois secretários executivos. O primeiro, Alphonse Ntumba Luaba, da RDC, foi Secretário Executivo da CIRGL de 2011 a 2016, ano em que foi substituído pelo queniano, Muburi Muita. O Secretário Executivo ajuda a Conferência a atingir os seus objetivos de paz e desenvolvimento, organiza as suas relações exteriores, prepara as reuniões e a implementação das decisões

apresentando relatórios a cada sessão dos coordenadores nacionais e do Comité dos ministros. O Secretário Executivo controla também as atividades das instituições descentralizadas e afiliadas e tem a plena capacidade para solicitar uma assistência técnica ou financeira ao pé das organizações parceiras, do Grupo dos Amigos, das Nações Unidas e da União Africana (Ollandet,2015,p.171). Este último propõe ao Comité interministerial a lista dos seus colaboradores que são os chefes de departamentos correspondentes aos quatro temas da conferência (Ollandet,2015,p.168). Além destes quatro colaboradores, são também nomeados três outros funcionários para as questões transversais, para a comunicação e para a administração (Ollandet,2015,p.170). Os *dossiers* são enviados ao Secretariado pelos Estados-membros através das coordenações nacionais e os funcionários são selecionados pelas suas experiências e conhecimento nas questões-chave da CIRGL (Ollandet,2015,p.171).

- (e) **Mecanismo Nacional de Coordenação da CIRGL:** trata-se do órgão que mantém o contacto permanente com o Secretariado Executivo e garante a participação dos diversos atores sociais na implementação do Plano de Ação em cada país da CIRGL. As relações entre os mecanismos nacionais de coordenação dos doze Estados-membros são de cooperação e não de hierarquia (Ollandet,2015,p.172). Além dos órgãos supracitados, os Estados-membros da CIRGL organizam também reuniões extraordinárias dos Ministros da Defesa da CIRGL e reuniões de chefes dos Estados-Maiores das Forças Armadas dos Estados-membros da CIRGL e Ministros da Defesa (GICI, 2017).
- (f) **Mecanismo Conjunto de Verificação Alargada (MCVA):** este mecanismo exerce as funções primordiais de vigiar e informar sobre a situação de segurança nas fronteiras comuns entre a RDC, o Burundi, o Ruanda e noutras zonas e vigiar os passos dados pelas forças negativas como as FDLR e o M23, fazendo patrulhas fronteiriças. O comandante do MCVA tem de ser proveniente do país que ocupa a presidência da CIRGL, tem que ter a patente de general da brigada e ser altamente qualificado. Como se trata dum órgão essencialmente focado nas questões da RDC e do Ruanda, os especialistas eram apenas oriundos destes dois países. No entanto, foi constatado um *deficit* de especialistas, o que levou à Decisão 8, na mini-cimeira de 15 de Julho de 2012 dos chefes de Estado e de Governo da CIRGL que permitiu complementar o

MCVA com a abertura aos outros Estados-membros (CIRGL,2017). O comandante substituto do MCVA tem de ser sempre da RDC e as suas equipas Conjuntas devem ser compostas por pelo menos um membro da RDC, um do Ruanda, por um representante da MONUSCO ⁴e por um membro de qualquer outro Estado-membro (CIRGL, 2017).A seleção dos membros deste órgão sediado em Goma (Leste da RDC) deve passar pela aprovação do Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas do país que assume a presidência da CIRGL que por sua vez informa o subcomité dos ministros da Defesa que devem assinar a decisão (CIRGL, 2017). Tem de haver rigor na seleção da equipa que compõe o MCVA porque os ministros da Defesa e os Chefes de Estados-Maiores dos Estados-membros da CIRGL tomam as suas decisões político-militares com base nos seus relatórios. Porém, é de se lamentar as dificuldades financeiras enfrentadas pelo MCVA e a sua equipa. De facto, desde a sua criação até 2016, Angola, a RDC e o Uganda foram os únicos Estados-membros que haviam contribuído nas despesas do MCVA (CIRGL, 2017,p.13).Embora até outubro de 2017, Angola estivesse em dívida para com o MCVA, foi o país que mais contribuiu nas despesas do órgão e em 2014 pagou a parte da República Centro-Africana, isso, apesar da crise que atualmente enfrenta, o que só corrobora o seu empenho na resolução dos conflitos da RDC. Esta irregularidade do financiamento das atividades do MCVA e dos seus especialistas afeta diretamente o moral das equipas e o seu trabalho, tendo por exemplo afetado a missão de avaliação da situação de segurança e humanitária nas províncias do Kasai e na Lunda Norte devido aos problemas financeiros (CIRGL, 2017,p.8).

4.3 A dupla presidência de Angola na CIRGL (2014- 2017)

Angola tornou-se presidente da CIRGL em janeiro de 2014, por um período bianual, na Vª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da CIRGL cujo tema foi “Promovamos a paz, Segurança, estabilidade e desenvolvimento da Região dos Grandes Lagos” (Novo Jornal,2014). Este primeiro mandato coincidiu com a sua eleição como membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com um

⁴ Decisão 6 de 5 de setembro de 2013 que permite a representação permanente da MOMUSCO no seio do MCVA

resultado histórico, marca dos seus esforços exercidos pela promoção da Paz e Segurança no continente africano e pela sua experiência na área, o que, segundo o político e académico angolano, António Luvualu de Carvalho, capacitou Angola para realização de tarefas de paz e liderança mundiais (Carvalho, 2014).

No seu primeiro mandato na presidência da CIRGL, Angola aceitou acarretar muitos desafios, entre os quais a neutralização das forças negativas no leste da RDC. Ao longo deste mandato, Angola acompanhou o processo de Desarmamento, Desmobilização, Repatriação, Reintegração e Reassentamento (DDRRR) do ex-M23 e de tentativa de neutralização da FDLR e da ADF. Neste sentido, na segunda reunião conjunta de Ministros das Relações Exteriores e da Defesa da CIRGL/SADC de 01 e 02 de Julho de 2014, foi implementado um ultimato às forças das FDLR e ADF para se renderem voluntariamente, caso contrário, seriam tomadas medidas militares contra os refractários. Findo o prazo de seis meses previstos pelo ultimato, a 02 de Janeiro de 2015, a ADF e a FDLR continuavam a semear terror embora esta última tivesse começado a render-se voluntariamente em troca de negociações com a CIRGL e a SADC. Em ofensiva, as FARDC com o apoio da MONUSCO, lançaram as operações SOKOLA1 e SOKOLA2 para neutralizar as duas forças negativas. Todas estas ações, efetuadas com apoio de Angola na qualidade de presidente da CIRGL contribuíram para acalmar a situação no Leste da RDC embora ainda houvesse muito a ser feito como por exemplo a aceleração do DRRR para ex-combatentes M23 que apesar de desmantelados, de vez em quando ainda havia ocorrências de tentativas de ataques.

Depois do resultado do primeiro mandato e com a indisponibilidade do Quénia para suceder a Angola na presidência da CIRGL, Angola assumiu um segundo mandato de praticamente dois anos a 14 de Junho de 2016, durante a VIª Cimeira de chefes de Estado da CIRGL (www.ojogo.pt, 2017). No âmbito do sistema rotativo da CIRGL, Angola devia ter sido substituída pelo Quénia no entanto, como o interpretou Joaquim do Espírito Santo, diplomata angolano “talvez não estivesse ainda em condições e juntamente com a maioria dos países pediu para Angola continuar” (Redeangola.info, 2016). No seu segundo mandato, Angola deu maior ênfase às questões políticas da RDC mas também deu continuidade aos seus esforços para a neutralização das forças negativas do país vizinho. Na reunião ordinária dos chefes do Estado-Maior General da CIRGL ocorrida a 23 de Maio de 2017, cujo objetivo era “analisar a situação de segurança e humanitária na Região dos Grandes Lagos em particular no Leste da RDC”, o Presidente do Comité dos Chefes de Estado-Maior General, Geraldo

Sachipengo Nunda, apelou para uma particular atenção ao ressurgimento do M23 na parte Leste da RDC (CIRGL,2017,p.2-3). Segundo relatório da CIRGL, mais de 800 ex-M23 desapareceram do Campo de Bihanga, Uganda, onde estavam refugiados. A FDLR, apesar de se ter rendido, uma coligação FDRL-FOCA e Mai-Mai atacou as FARDC em Kitshanga a 8 de Maio de 2017, tendo causado a morte de dois oficiais e quatro civis (CIRGL, 2017, p.4). A probabilidade que estas milícias ressurgam é elevada, sobretudo enquanto não for posto em prática o processo de Desarmamento, Desmobilização, Repatriação, Reintegração e Reassentamento (DDRRR) e não se alterem as circunstâncias que potenciaram o seu surgimento, nomeadamente a grande fragilidade da RDC. Na VIª Cimeira ordinária de Chefes de Estado e de Governo da Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos a 14 de Junho de 2016, José Eduardo dos Santos instou as Nações Unidas e outras partes afins para acelerarem o repatriamento dos ex-combatentes desarmados das FDLR que se encontram nos campos de acantonamento no Ruanda ou enviá-los num terceiro Estado fora da região (CIRGL,2016, p.4). Se a situação no Leste da RDC aparenta ter-se acalmado, as atenções dos membros da CIRGL e de Angola em particular, estão viradas para a província do Kasai, no centro da RDC. Desde Outubro de 2016, as FARDC enfrentam as revoltas de combatentes da milícia Kamwina Nsapu em quatro províncias do centro da RDC (Kasai-Central, Kasai, Kasai-Oriental e Lomami).

Estas violências iniciaram-se após a morte em Agosto, durante uma operação militar contra um chefe tradicional local, Kamwina Nsapu que tinha entrado em conflito com o poder central(www.radiookapi.net,2017).As atividades destas milícias aumentaram a situação de insegurança na RDC e nos países vizinhos, nomeadamente em Angola porque a província do Kasai faz fronteira com a província angolana da Lunda Norte (CIRGL,2017,p.2-3). Esta situação de instabilidade na fronteira entre ambos os países aumentou drasticamente o número de refugiados em Angola provenientes da RDC. Assim, de Abril a 23 de Maio de 2017,Angola acolheu cerca de 30.000 refugiados da RDC (Diário de Notícias,2017).Esta situação é muito preocupante para a segurança de Angola sobretudo diante da conjuntura de crise em que o país se encontra o que torna mais difícil acolher condignamente tantos refugiados apesar dos 3 milhões de dólares disponibilizados por Joseph Kabila para os apoiar (Ivairs.wordpress.com, 2017).

Outra questão importante ao longo do segundo mandato de Angola foi a

organização de eleições gerais na RDC. Como vimos no Capítulo 2 desta Dissertação, o atual Presidente da República da RDC recusou-se a abandonar o poder depois de ter cumprido dois mandatos consecutivos, situação esta que também tem contribuído para a instabilidade do país. O novo Presidente de Angola, João Lourenço e o seu homólogo do Congo Brazzaville, Denis Sassou Nguesso, participaram num debate sobre os Grandes Lagos com Joseph Kabila e aproveitaram a oportunidade para discutirem sobre o futuro político de Kabila por este ser considerado “fundamental na definição do futuro da região” (Novo Jornal, 2018). Depois desta reunião tripartida, a nova data para as próximas eleições ficou marcada para o dia 23 de Dezembro de 2018 (Novo Jornal, 2017). O atual ministro das Relações Exteriores, Manuel Augusto, considerou este novo calendário como um “passo importante para a resolução do problema eleitoral na RDC” (Novo Jornal, 2017). João Lourenço apelou ao diálogo nacional entre o Governo, os partidos da oposição e outras forças da sociedade civil para organização destas eleições. A oposição continua porém descrente que este novo calendário será respeitado e que Joseph Kabila vai abster-se de candidatar-se para um terceiro mandato (Novo Jornal, 2018).

4.4 O balanço positivo dos dois mandatos

Pode-se fazer um balanço relativamente positivo do primeiro mandato de Angola na presidência da CIRGL por ter contribuído para dinamizar a Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos. Angola propôs no quadro da CIRGL, o estabelecimento de parcerias com vista à acomodação dos interesses económicos da RDC (Novo Jornal, 2014). Foi por exemplo feito um acordo em Luanda para a construção da barragem do Inga na RDC, para a construção do Porto do Lobito, e para a reconstrução do caminho de ferro de Benguela que seria uma das principais rotas comerciais da região (Carvalho, 2014). Este movimento de dinamização impulsionado por Angola aumentou a vontade de inverter a situação na região. A experiência pessoal do antigo Presidente da República angolano, José Eduardo dos Santos, na resolução dos conflitos levaram à realização de várias cimeiras, audiências e consultas de enviados especiais em Luanda onde todos os assuntos eram analisados minuciosamente para encontrar soluções concretas (Ivairs.wordpress.com, 2016). José Eduardo dos Santos teve a vantagem de ter sido um mediador com capacidade de influência sobre as partes (Sebastião, 2017). A Presidência angolana na CIRGL contribuiu para o estreitamento das relações bilaterais e multilaterais com os países da região.

Todas essas ações permitiram dar maior visibilidade à CIRGL que em 2014, estava em declínio, isso porque Angola implementou uma verdadeira diplomacia para a paz na Região dos Grandes Lagos e por ser dos poucos Estados-membros da CIRGL que “chamou a si a bandeira da paz” (Sebastião, 2017). Como vimos anteriormente, a política externa angolana caracteriza-se por desempenhar um papel central para a Paz e Segurança em África, o que “fez com que os líderes da região comesçassem a ver Angola com uma perspectiva de liderança responsável e guardiã da estabilidade na região” (Sebastião, 2017). A consolidação da imagem de Angola permitiu atrair maior atenção por parte da comunidade internacional embora os esforços não tenham sido suficientes para neutralizar totalmente e definitivamente os grupos insurretos. O palácio presidencial da Cidade Alta foi palco de grandes movimentos diplomáticos, tendo recebido o Enviado Especial do Secretário Geral das Nações Unidas para a região dos Grandes Lagos, Said Djinnit, altas entidades representantes dos Estados-Unidos, da União Europeia e a Presidente da Comissão da União Africana, Nkosazana Dlamini Zuma, além de ter levado o debate sobre a procura da paz na Região dos Grandes Lagos para a cimeira União Europeia e África, realizada em Abril de 2014, em Bruxelas (Secretariado da Comissão Nacional S/A Região dos Grandes Lagos, 2017, p.7). Graças a esses factores, Angola granjeou o reconhecimento dos seus pares e das organizações internacionais. Angola foi felicitada pelos Estados-membros da CIRGL e pela imprensa internacional pelos esforços empreendidos na busca de soluções para os conflitos da região (Estado-Maior General, 2014). O Embaixador da RDC em Angola, Mayele Ebo Kwol Ghyor Bernardin admitiu, por exemplo, que o seu país considerava a presidência de Angola na CIRGL uma mais valia para toda a região (Leblogdensaala.over-blog, 2014).

Apesar disto tudo, o Secretário para as Relações Exteriores da UNITA, Alcides Sakala fez um balanço negativo dos quatro anos da presidência de Angola na CIRGL. O político considerou que apesar do apoio da União Europeia e da ONU, Angola não conseguiu acalmar o conflito na região e que o seu papel “ficou muito mais aquém das expectativas” o que fez perder a credibilidade de Angola (Bento, 2017). Do nosso ponto de vista, e de forma apartidária, consideramos este balanço pouco fundamentado uma vez que como vimos até aqui, Angola empenhou-se bastante na resolução dos conflitos da RDC e na dinamização da CIRGL que estava moribunda. No entanto, quatro anos não são suficientes para resolver problemas endémicos e que existem há dezenas de anos. Além do mais, Angola respeitou a soberania dos países membros da CIRGL, não

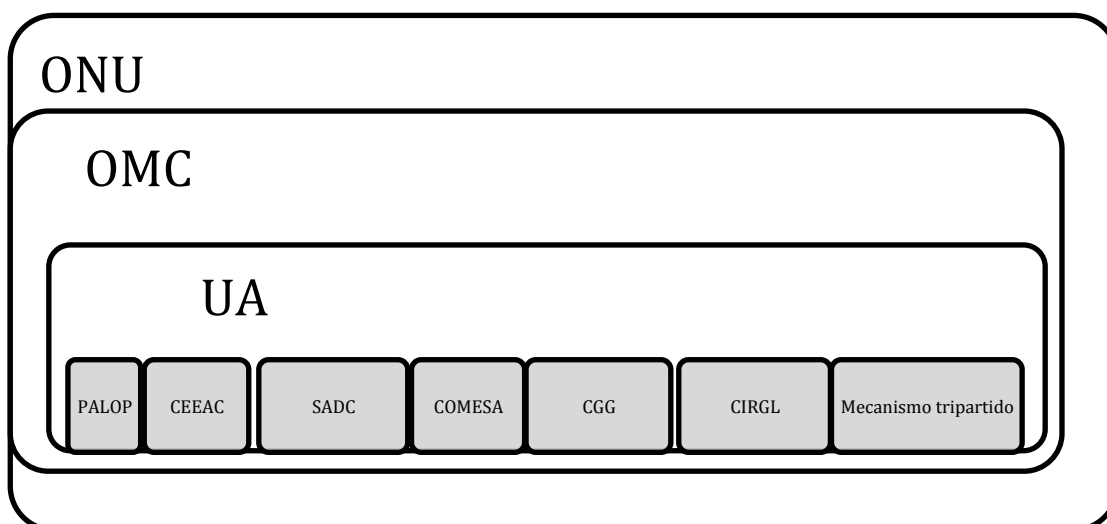
se imiscuiu nos assuntos internos da RDC e não interveio sem que lhe fosse permitido, respeitando os limites das prerrogativas que a RDC delegou à CIRGL quando se tornou membro desta organização. A resolução dos conflitos na RDC depende muito da boa fé dos seus governantes e duma melhor gestão do seu território, só assim é que o apoio da CIRGL e das outras organizações terá maior eficácia.

4.5 A influência exercida por Angola na mediação dos conflitos na RDC

4.5.1 A forte cooperação entre a CIRGL e outras organizações regionais

Em África existe cada vez mais uma multiplicação de organizações intergovernamentais (OIG), o que demonstra o desejo de integração dos Estados mas que por outro lado, dificulta em parte a eficácia e a eficiência das mesmas (Instituto de Defesa Nacional, 2010, p.1). Assim sendo, há casos em que um mesmo país pertence a mais de duas organizações intergovernamentais com praticamente os mesmos objectivos, este é por exemplo o caso de Angola e de muitos dos Estados-membros da CIRGL. Angola é membro de OIGs como por exemplo a ONU, a UA, a Comunidade de Desenvolvimento para a África Austral (SADC), a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), a UA, a CIRGL, os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), e a Comissão do Golfo da Guiné (CGG). O país destaca-se sobretudo na SADC, na CEEAC, na CGG e na CIRGL onde desempenha um papel importante nas tomadas de decisões (Kivuna, 2016, p.47).

Figura 4: A participação de Angola nas Organizações regionais e internacionais



Fonte: A Autora, adaptação de Veríssimo, 2016

A fim de resolver os conflitos da RDC, Angola apostou numa forte cooperação com a SADC e com a CEEAC. A SADC, por exemplo, foi criada em 1992 e tem como

objetivo “alcançar o desenvolvimento económico, a paz e a segurança e o crescimento, aliviar a pobreza, melhorar o padrão e a qualidade de vida dos povos da África Austral e apoiar os socialmente desfavorecidos por meio da integração regional” (SADC,2018). Após constatação de que a situação no leste da RDC se tinha agravado, o Mecanismo Regional de Acompanhamento solicitou o apoio da ONU e da UA e uma cooperação ativa entre a CIRGL e a SADC para combater a milícia M23. Foi assim que, a 04 de Novembro de 2013 ocorreu a primeira cimeira conjunta dos chefes de Estado da SADC e da CIRGL em Pretória, no Ministério dos Negócios Estrangeiros da África do Sul. Esta cimeira tinha sido antecedida pela reunião dos ministros dos negócios estrangeiros e de Defesa que por sua vez, tinha sido preparada pela reunião dos Chefes de Estado-Maior das forças armadas dos países convidados em Windhoek, Namíbia a 01 de Novembro de 2013(Ollandet,2015,p.252).Esta cimeira teve um aporte determinante na nova evolução da situação militar no Kivu-Norte e segundo Ollandet, “a SADC demonstrou mais empenho que a CIRGL na luta contra as forças negativas da Região dos Grandes Lagos, em particular, do M23” (Ollandet,2015,p.254). A SADC tornou-se numa aliada preferencial para a CIRGL no processo de neutralização das forças negativas, tendo ganho até a confiança das milícias. De facto, num discurso feito a 30 de Dezembro de 2013, o Presidente da FDLR, General Byiringiro Victor, anunciou a intenção de renunciar unilateralmente à sua luta armada e transformar-se num partido político para promover a mudança no Ruanda. Nesta declaração, a FDLR exigiu porém que a SADC testemunhasse e facilitasse este processo de desarmamento voluntário (SADC, 2014). Este requerimento foi aceite pela CIRGL e foi organizada uma reunião entre as FDLR, a delegação da SADC e o Governo congolês (Victor, 2014). Em 2014 foi organizada outra Cimeira Conjunta dos Chefes de Estado da SADC e da CIRGL para avaliar a situação política e de segurança no Leste da RDC relativamente à continuação do repatriamento para o Ruanda dos elementos das FDLR dispostos a desarmar e a enviá-los voluntariamente (EMG FAA, 2014).

Tendo achado curioso que estas organizações que têm praticamente os mesmo Estados-membros e que partilham objetivos semelhantes aos da CIRGL tal como a busca de estabilidade, Paz e Segurança nas suas regiões respectivas cooperem com a CIRGL, perguntamos ao Tenente-General Carlos Couceiro, qual era o aporte destas organizações para a resolução dos conflitos na Região dos Grandes Lagos. O Tenente-General Couceiro considerou indispensável a utilização de todos os bens que os Estados têm à sua disposição para a estabilidade e segurança da região. Para ele, “os

factores que levam os Estados-membros a pertencerem a uma organização e a outra são factores de ligação entre uma e a outra e neste caso concreto, o que conta muito é a capacidade do Estado de estar integrado em todas as regiões” (Entrevista, 25 de Abril de 2018). Deste modo, é importante que as organizações africanas trabalhem em simbiose para um objetivo comum. Sendo a estabilidade da região um objetivo partilhado por todos os países africanos, quanto mais os interesses locais forem conjugados com os interesses gerais, maior será a integração a nível da Segurança. A seu ver, a ajuda da SADC foi solicitada pela CIRGL por se tratar de uma organização mais estável e mais coesa para neutralizar as forças negativas do Leste da RDC (Entrevista, 25 de Abril de 2018).

Além de ter solicitado o apoio da SADC, Angola que é um dos pilares desta organização, por iniciativa diplomática, propôs à África do Sul e à RDC, outra estratégia para consolidar a paz na Região dos Grandes Lagos (RTP,2013). Este órgão passou a chamar-se Mecanismo Tripartido. Georges Chikoti, ex-Ministro das Relações Exteriores angolano e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da RDC, Raymond Tshibanda definiram o Mecanismo Tripartido como um órgão de diálogo e cooperação entre a África do Sul, Angola e a RDC, criado com o objetivo de trabalhar para a paz e estabilização no Congo e o incremento da cooperação no domínio político e diplomático, de defesa e segurança, no domínio económico, no domínio das infraestruturas e no domínio social e humanitário (Angop,2016). Uma vez que a África do Sul e a RDC também são membros da SADC, perguntámo-nos qual era a utilidade deste mecanismo. Entendemos então que Angola e a África do Sul, além dos objetivos supracitados, também apoiam as Forças Armadas da RDC (Entrevista, 25 de Abril de 2018). A 07 de Outubro de 2015, foi assinado o Entendimento de Cabinda que alargou a cooperação entre Angola e a RDC para o domínio de formação militar bilateral (Mecanismo Tripartido,2015, p.4-9). No dia 24 de Fevereiro de 2016, as FAA enviaram ao Centro de Instrução de Kitona, RDC, 114 formadores para formarem 3.914 recrutados congolezes (EMG FAA,2016,p.2). Este órgão reverte-se de importância porque Angola e a África do Sul são os dois Estados diretores da SADC e cada um deles tem a sua especialidade. A África do Sul por exemplo, tem grandes capacidades a nível administrativo, o que é fundamental para ajudar a RDC a administrar melhor o seu território e evitar o falhanço total do Estado. Angola, por sua vez, detém a influência política na região, o que facilitará a implementação dos compromissos assumidos pelos três Estados-membros (Van-Dúnem,2013).

4.5.2 As vantagens de Angola em relação aos outros Estados-membros da CIRGL para apaziguar os conflitos na RDC

“ Para que um país seja reconhecido como líder, deverá ter ações públicas a nível regional e internacional que lhe vão granjear prestígio. As práticas internas deverão ser de molde a que os demais países as possam seguir e o Presidente deverá demonstrar que a nível internacional, consegue defender os interesses dos seus homólogos”(Pegado, 2014,p.193).

Esta citação descreve perfeitamente o papel de liderança desempenhado por Angola durante os seus dois mandatos na CIRGL. Angola soube levar o nome da CIRGL além fronteiras, maximizou os seus esforços para neutralizar os insurretos da região e sobretudo, iniciou um processo de consolidação da sua própria democracia. Parte dos conflitos da RDC está mais ou menos relacionada com os problemas internos do seu vizinho Ruanda, porém, não constatamos grande esforço deste país que também pertence à CIRGL para ajudar a RDC a pôr fim aos seus conflitos intraestatais. Questionámo-nos então, porque o Ruanda não desempenhava um papel mais importante na resolução dos conflitos do Leste da RDC. Na entrevista feita ao Tenente-General Couceiro, este último explicou-nos o quanto era difícil entrar nestes detalhes. Segundo ele, “não é que o Ruanda não participe, o Ruanda participa mas quando ele vê que os seus interesses estão afetados, ele abandona. Faz o jogo da presença e o jogo da ausência”(Entrevista, 25 de Abril de 2018).O que o Ruanda quer é estar presente nas organizações regionais como a CIRGL mas não aceita abdicar de uma parte do seu poder (Entrevista, 25 de Abril de 2018). O Leste da RDC é rico em recursos minerais que são explorados ilegalmente para alimentar as forças negativas mas também para alimentar o mercado estrangeiro e segundo o Tenente-General, isso faz com que o Ruanda tenha interesse em deixar perdurar a instabilidade. Portanto, concluímos que o Ruanda quer fazer ouvir a sua voz mas na hora de agir, não se compromete para não ser afetado. Consequentemente, resolver os conflitos no Leste da RDC não faz, de todo, parte dos seus interesses políticos nem económicos.

Angola aparenta então ter grandes vantagens para ajudar a apaziguar os conflitos na RDC, como por exemplo a sua maior estabilidade interna, a sua perícia nas questões de paz e segurança e o seu peso político a nível regional, ao que acresce as relações de maior proximidade que vem mantendo com a França e os EUA. Angola foi o único país africano convidado para a reunião estratégica sobre os Grandes Lagos cujo tema foi a

posição que a comunidade internacional deveria tomar para trabalhar com o Governo pós-eleitoral da RDC quando nem mesmo a RDC, principal interessada, tinha sido convidada. Esta reunião contou também com a presença do Reino-Unido, da França, da Alemanha, da Bélgica, dos Países-Baixos, da Dinamarca e da Suécia (Lepotential,2017).O então Ministro da Defesa, João Lourenço e o Secretário de Estado dos Estados-Unidos, James Mattis aproveitaram a ocasião para assinarem um acordo sobre a cooperação militar bilateral, reconhecendo assim o papel fulcral desempenhado por Angola na CIRGL (Politico.cd,2017). Com esta nova parceria, os Estados-Unidos comprometem-se a apoiar Angola a pôr ordem na Região dos Grandes Lagos, tendo em conta o seu peso militar e económico nesta região. Consciente da importância do reconhecimento de Angola pela principal potência mundial, João Lourenço acredita que “com a parceria com os Estados-Unidos, seremos mais capazes de tentar encontrar uma paz sustentável na região dos Grandes Lagos e na região da África Central” (Lepotential, 2017).

CONCLUSÃO

Os conflitos recentes na Região dos Grandes Lagos são algumas vezes ideológicos mas são maioritariamente conflitos de interesses. Muitos lutam para conquistar ou preservar um território estratégico, outros lutam para manter ou obter o poder. Se usarmos a escala de duração dos conflitos proposta por Marina Pignatelli, podemos considerar que os conflitos na RDC têm uma duração de longa data⁵, o que o podemos definir como grave uma vez que se trata da última fase embora possa se tratar de uma situação reversível. A sub-regionalização da resolução dos conflitos parece mostrar cada vez mais os seus frutos o que encoraja os países africanos a buscarem “soluções africanas para problemas africanos” (Patriota et al., 2011). A vantagem é que os países africanos conhecem melhor a sua realidade e podem adaptar os seus métodos. Diante de tudo aquilo que vimos ao longo do trabalho, podemos afirmar sem dúvida que a RDC tornou-se num Estado falhado como a Somália e outros países com as mesmas características. Para corroborar esta afirmação, podemos citar Rotberg que diz existir uma hierarquia entre os factores que podem contribuir para a condição de Estado falhado. O primeiro factor é a segurança (o que melhor reflete a saúde do Estado), o

⁵ A duração do conflito pode ser nula, curta, média, ou de longa duração (Pignatelli, 2010, p.172).

segundo factor é a deterioração das infraestruturas, o terceiro factor é a não concretização de políticas, o quarto, consiste na ilegitimidade do governo e o último é a baixa atividade económica (Rotberg,2003,2-4). Como é possível constatar, todos esses factores correspondem à situação atual da RDC. Nos quatro últimos anos, Angola, enquanto presidente da CIRGL, tem apostado na resolução pacífica dos conflitos no Leste da RDC e no respeito dos princípios democráticos do seu país limítrofe. Desde que foram tomadas as primeiras iniciativas para criar a CIRGL, Angola mostrou logo predisposição para assumir um cargo que lhe permitisse participar das tomadas de decisões e por isso solicitou a sua presença no *core group*. Percebe-se perfeitamente a posição de Angola uma vez que os conflitos da RDC têm impacto para a segurança das fronteiras que partilha com Angola e consequentemente, fragiliza a paz tão duramente ganha por Angola. Por outro lado, não podemos nos esquecer que durante a guerra civil angolana, a RDC também foi o palco da guerra entre Angola e a UNITA uma vez que esta última era apoiada pelo regime de Mobutu, o que justifica, parcialmente, porque Angola ajudou Laurent Kabila a derrubar o Mobutu.

Em resposta ao problema de investigação, chegamos a conclusão que Angola desempenha um papel fulcral no processo de neutralização das forças negativas da RDC e tira proveito da sua influência política na região para garantir que sejam realizadas eleições gerais a curto prazo na RDC. Angola, ao longo dos seus dois mandatos na CIRGL, contribuiu para a neutralização do M23, para o enfraquecimento da ADF e para que a FDLR entregasse as armas voluntariamente. Dum ponto de vista mais amplo, Angola trouxe dinamização e visibilidade à CIRGL e fez com que a questão da resolução dos conflitos na Região dos Grandes Lagos ocupasse um espaço importante nas agendas para Paz e Segurança internacionais.

Apesar de Angola ter-se afirmado como líder nesta região, não nos foi possível confirmar que o país pretende tornar-se numa potência na Região dos Grandes Lagos. Refutamos a nossa primeira hipótese porque como disse o Tenente-General Carlos Couceiro,“ o objectivo é de promover a sua influência na tentativa de estabilizar essa região muito perturbada” a fim de preservar a sua integridade territorial (Entrevista, 25 de Abril de 2018). Para este efeito, Angola precisa saber como pensam os seus vizinhos e por este motivo, conjuga todos os seus esforços em prol da resolução dos conflitos na Região dos Grandes Lagos. O território angolano é muito cobiçado. Temos o exemplo do Bundu Dia Kongo que pretende restabelecer o Reino do Kongo cuja capital seria em Mbanza Congo, no norte de Angola. O enclave de Cabinda é também um dos motivos

do envolvimento de Angola porque no tempo de Mobutu, Angola teve que apoiar Laurent Kabila a derrubar o antigo presidente porque durante o caos, o Ruanda e o Burundi se tinham instalado perto de Cabinda. Angola receia a repetição deste cenário por causa da instabilidade nas províncias do Kivu. Outro ponto importante é a proliferação do terrorismo internacional. No caso da RDC, existem milícias oriundas dos países vizinhos mas que atuam no território congolês e recrutam terroristas de vários países da região o que pode vir a ser uma ameaça direta para Angola. Angola tenta também ter uma visão estratégica a longo prazo com as previsões de futuras catástrofes geológicas na zona da Região dos Grandes Lagos. Os cientistas têm observado acontecimentos geológicos como a divisão da terra na Tanzânia, a presença de três vulcões em atividade naquela região, entre os quais, um na RDC e a fuga dos gados que fogem do Ruanda até a província do Kasai (que faz fronteira com Angola), o que augura possíveis catástrofes geológicas vindouras.

Todavia, foi possível confirmar a segunda hipótese que consiste em afirmar que Angola é o país da Região dos Grandes Lagos com mais capacidade para contribuir para pacificar esta região. Como vimos, as FAA são das maiores forças armadas desta região e as sextas maiores forças armadas de todo o continente africano, tendo muita experiência nas questões de Paz e Segurança. Esta experiência lhe valeu o voto de confiança dos seus vizinhos africanos mas também de outras OIGs, da ONU, da UE e dos Estados-Unidos que lhe propôs uma parceria. Além do mais, Angola tem demonstrado a sua liderança apostando primeiramente na consolidação da sua própria democracia e tem conseguido defender os interesses da CIRGL a nível internacional, em nome dos seus pares. Outrossim, as informações supracitadas permitem-nos também confirmar a nossa terceira hipótese dizendo que existe uma correlação entre a política externa angolana de manutenção e consolidação da paz na região dos Grandes Lagos e a melhoria das suas relações diplomáticas.

BIBLIOGRAFIA

Andrade, Justino Pinto de (2014). “ Os Grandes Lagos Africanos”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em: <http://jpintodeandrade.blogspot.com/2014/01/os-grandes-lagos-africanos.html>

AfricaNews (2017). “RDC: L’ambassadrice américaine à l’ONU exige des élections en 2018”. Acedido em 27 de Outubro de 2017. Disponível em:

<http://fr.africanews.com/2017/10/27/rdc-l-ambassadrice-americaine-a-l-onu-exige-des-elections-en-2018//>

Africa21 (2015). “Angola pretende contribuir para a prevenção e resolução de conflitos no mundo”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em: <http://africa21online.com/artigo.php?a=18023&e=pol%C3%ADtica>

Agência Angola Press (2016). “ Angola: CIRGL busca soluções para repatriar forças negativas do conflito da RDC”. Acedido em 1 de Maio de 2017. Disponível em: http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2016/1/6/Angola-CIRGL-busca-solucoes-para-repatriar-forcas-negativas-conflito-RDC,cbd40880-52c6-4646-afc5-3995a0c8d88c.html

Agência EFE (2016). “Mais de 1.100 pessoas morreram no conflito da República Democrática do Congo”. Acedido a 1 de Maio de 2017. Disponível em: <http://www.efe.com/efe/brasil/mundo/mais-de-1-100-pessoas-morreram-no-conflito-da-republica-democratica-do-congo/50000243-2928154>

Almeida, Eugénio Costa (2009). “ A União Africana e a emergência de Estados-Diretores no Continente Africano: O Caso de Angola”. ISCSP. Pp. 4-16

Almeida, Eugénio Costa (2014). “ Impacto de Angola como vértice do eixo centro-austral de África: contributos para segurança regional”. Congresso Ibérico de Estudos africanos (pp 1-17)

Almeida, E.C. & Bernardino, L. M. B. (2016). “Uma reflexão estratégica sobre a segurança e defesa em Angola e a intervenção no contexto regional subsaariano”. Revista Sol Nascente, pp45-53

Almeida, Políbio Valente de (2012). Do Poder do Pequeno Estado: Enquadramento geopolítico da hierarquia das potências. ISCSP, 2ª Edição

AngoNotícias (2011). “Tecnologia é o que falta a Angola para passar de potência emergente a efectiva”. Acedido a 5 de Maio de 2018. Disponível em:

<http://www.angonoticias.com/Artigos/item/32283/tecnologia-e-o-que-falta-a-angola-para-passar-de-potencia-emergente-a-efectiva>

Angop (2016)a. “Angola busca auto-suficiência alimentar”. Acedido a 17 de Abril de 2018. Disponível em:

http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/economia/2016/6/28/Angola-busca-auto-suficiencia-alimentar,c066d722-25a2-4523-a4f0-69f4ed59d26f.html

Angop(2016)b. “ Angola: taxa de desemprego é de 24% a nível nacional”. Acedido em 10 de Dezembro de 2016. Disponível em:

http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2016/4/19/Angola-Taxa-desemprego-porcento-nivel-nacional,d13ddfcf-d854-4a22-ac80-ff437dad1826.html

Angop (2016c). “Le general Nunda réaffirme l’engagement dans la paix et le progrès des Grands Lacs”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em:

http://www.angop.ao/angola/fr_fr/noticias/politica/2016/5/23/general-Nunda-reaffirme-engagement-dans-paix-progres-des-Grands-Lacs,139b5472-08d4-4723-8666-6f02444b2181.html

Aon Risk Solution (2015) “ Mapa de risco 2015”. Acedido a 03 de 13 de Dezembro de 2016. Disponível em:

http://www.aon.com/brasil/attachments/Folder_MapadeRisco.pdf

AngoNotícias (2011). “Tecnologia é o que falta à Angola para passar de potência emergente a efetiva”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em:

<http://www.angonoticias.com/Artigos/item/32283/tecnologia-e-o-que-falta-a-angola-para-passar-de-potencia-emergente-a-efectiva>

AngoNoticias (2017). “Índice de Desenvolvimento Humano: Angola cai um lugar”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em:

<http://www.angonoticias.com/Artigos/item/54028/indice-de-desenvolvimento-humano-angola-cai-um-lugar>

Angop (2014). “La présidence de la CIRGL et l’élection au Conseil de l’ONU défis de la diplomatie angolaise”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em:

http://m.portalangop.co.ao/angola/fr_fr/noticias/politica/2014/11/52/presidence-CIRGL-election-Conseil-Securite-ONU-defis-diplomatie-angolaise,fef1bc19-aa69-4787-b81b-a9d0c0183be8.html

Angop (2016). “Angola: Realça importância do sector logístico nas Forças Armadas Angolanas”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em:

http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/mobile/noticias/politica/2016/2/13/Angola-Realcada-importancia-sector-logistico-nas-Forcas-Armadas-Angolanas,ac5303f7-1187-44c0-ad5e-9e333037dd57.html?version=mobile

Angop (2016). “Angola termina mandato no Conselho de Segurança da ONU”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em:

http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2016/11/52/Angola-termina-mandato-Conselho-Seguranca-ONU,65950bf2-0b60-46e4-a112-fb8904c1d73b.html

Angop,(2016). “Industriais terão matérias-primas para apoiar governo de Luanda”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em:

http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/economia/2018/0/5/Industriais-terao-materias-primas-para-apoiar-governo-Luanda,2329375f-46b4-4a15-84ac-145875e4c7f1.html

Angop (2016). “L’Angola veut des solutions stables pour les Grands Lacs”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em:

http://m.portalangop.co.ao/angola/fr_fr/noticias/politica/2016/5/24/Angola-veut-des-solutions-stables-pour-les-Grands-Lacs,6db87606-711f-4795-bca1-1d4841fb28d9.html

Angop (2017). “Indústria cresce, mas capacidade de produção é baixa”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em:

http://cdn1.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/economia/2017/9/42/Industria-cresce-mas-capacidade-producao-baixa,877f94b8-25da-488d-b17f-7a70eca200e1.html

Angop(2017). “Angola: Ministra da Educação reafirma aposta na formação de professores”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em:

http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/educacao/2017/9/40/Angola-Ministra-Educacao-reafirma-aposta-formacao-professores,578e6aae-2f89-454c-8c56-b29ec7f62ca8.html

Angop (2017). “Angola mantém posição no Índice de Desenvolvimento Humano-Relatório”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em:

http://cdn1.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2017/5/24/Angola-mantem-posicao-Indice-Desenvolvimento-Humano-Relatorio,ccab81f6-2b7c-4881-82f3-7a8a17344bed.html

Angop (2017). “L’Angola réaffirme son engagement dans le maintien de la paix et la sécurité en Afrique”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em:

http://www.angop.ao/angola/fr_fr/noticias/politica/2017/8/39/Angola-reaffirme-son-engagement-dans-maintien-paix-securite-Afrique,3fa5b1bb-c83c-476c-a861-f154186fe7a5.html

Angop (2017). “Presidente destaca empenho para pacificar Grandes Lagos”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em:

http://cdn1.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2017/9/42/Presidente-destaca-empenho-para-pacificar-Grandes-Lagos,4615ceb8-e72b-4641-bd70-bdb950ccf1ef.html

Angop (2018). “FAA devem ser auto-suficientes- Pedro Sebastião”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em:

http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2018/1/6/FAA-devem-ser-auto-suficientes-Pedro-Sebastiao,00b91f9c-9fc6-409d-b8f0-8e79bf7591ba.html

Angop (2018). “Angola: General Egídio Sousa reafirma prontidão das FAA”

Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em:

http://cdn2.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2018/1/5/Angola-General-Egidio-Sousa-reafirma-prontidao-das-FAA,4fef6f27-259d-4db8-9bab-693f7b9f3671.html

Arquilliere et al. (2015). “L’instabilité en République Démocratique du Congo: entre conflit ouvert, corruption et ingérence économique”. Acedido em 02 de Novembro de 2017. Disponível em: http://www.irenees.net/bdf_fiche-analyse-1036_fr.html

Bembe, Miguel Domingos (2010). “Análise do Processo de Paz no Enclave de Cabinda”. Caderno de Estudos africanos, pp.27-54

Bembe, Miguel César Domingos (2014). “ Partilha do Poder no enclave Angolano de Cabinda: Modelo e Processo”. ISCSP. Pp 1-24

Bento, Lourenço (2017). “ Papel de Angola na Liderança dos Grandes Lagos foi negativo”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em:

<https://kwachaunitapress.com/2017/10/20/papel-de-angola-na-lideranca-dos-grandes-lagos-foi-negativo/>

Berlarmino Van-Dúnem, Berlarmino (2013). “Angola-África do Sul e RDC: criam Mecanismo Tripartido”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em: <http://berlarminovandunem.blogspot.com/2013/03/angola-africa-do-sul-e-rdccriam.html>

Bernardino, Luís Manuel Brás (2007). “A Prevenção e Resolução de Conflitos em África: O papel da CPLP no âmbito das Organizações Regionais Africanas”. Instituto de Estudos Superiores Militares

Bernardino, Luís Manuel Brás (2011)- “Contributos de Angola para a arquitetura de paz e segurança africana: a cooperação militar no quadro da comunidade dos países de Língua Portuguesa, uma Estratégia de afirmação regional” em Pavia, José Francisco (coord.) – *A Política Externa de Angola no novo contexto internacional*. Livraria Almedina Coimbra, pp. 107-124

Bernardino, Luís Manuel Brás (2013). A Posição de Angola na Arquitetura de Paz e Segurança Africana: Análise da função estratégica das Forças Armadas Angolanas. Edição Almedina

Bernardino, Luís Manuel Brás (2015). “ O Novo Paradigma da Segurança na África: a Estratégia Securitária Regional Angolana”. Revista Brasileira de Estratégia e Defesa, Vol 2, pp. 168-184

Bizawu, Sébastien Kiwonghi (2017). “ Internacionalização dos conflitos na Região dos Grandes Lagos”. Acedido em 1 de Maio de 2017. Disponível em: <http://domtotal.com/direito/pagina/detalhe/23672/internacionalizacao-dos-conflitos-na-regiao-dos-grandes-lagos>

Branco, Carlos Martins (2004). “A ONU e o Processo da Resolução de Conflitos: Potencialidades e limitações. Acedido em 29 de Setembro de 2017. Disponível em: http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/r4/RI4_CMB.pdf

Camer.be (2016) “ Afrique: classement 2016 des premières puissances armées”. Acedido em 10 de Dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.camer.be/51912/11:1/afrique-classement-2016-des-premieres-puissances-armees-africa.html>

Carta das Nações Unidas (1945). “Capítulo VI- Soluções Pacíficas de Controvérsias”. Acedido em 01 de Dezembro de 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/11/A-Carta-das-Nações-Unidas.pdf>

Carvalho, Amanda Saches Daltro de (2016). “O conceito de Estado Falhado na Prática discursiva das Organizações Internacionais: Estudo de Caso”. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Pp. 89- 109

Carvalho, António Luvualu de (2014). “Angola dinamiza os Grandes Lagos e a SADC”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em: http://jornaldeangola.sapo.ao/opiniaao/artigos/angola_dinamiza_os_grandes_lagos_e_a_sadc

Carvalho, Paulo de (2012). “Evolução e crescimento do ensino superior em Angola”. Revista Angolana de Sociologia

CIRGL(2004). “ Déclaration de Dar-es-Salaam”. Acedido a 20 de Agosto de 2018. Disponível em: http://www.operationspaix.net/DATA/DOCUMENT/7234~v~Declaration_de_Dar-es-

%20Salam_sur_la_paix_la_securite_la_democratie_et_le_developpement_dans_la_re-%20gion_des_Grands_Lacs.pdf

CIRGL (2006). “Pacte sur la sécurité, la stabilité et le développement dans la région des Grands Lacs”. Acedido a 20 de Agosto de 2018. Disponível em: <https://www.eisa.org.za/pdf/icglr2005protocol1.pdf>

CIRGL(2006). “Programme Régional d’Action: Développement Économique et Intégration Régionale”, pp.2-19

CIRGL (2014). “Anexo 4- Informe sobre atual situação humanitária e de segurança no Leste da RDC”

CIRGL (2014). “Comunicado do Comité restrito dos Ministros da Defesa da conferencia Internacional da Região dos Grandes Lagos (CIRGL) sobre a situação de segurança na República Democrática do Congo (RDC) e na Região dos Grandes Lagos”, pp.1-3

CIRGL(2014). “Intervenção do chefe do Estado-Maior General das FAA na sessão de abertura da segunda reunião restrita dos Chefes de Estado-maior General da CIRGL”

CIRGL/ SADC (2014). “ 2ª Reunião conjunta de Ministros da CIRGL-SADC”

CIRGL (2016). “Reunião de Ministros da Defesa sobre as forças negativas no Leste da RC”

CIRGL (2016). “Relatório da Reunião ordinária dos Chefes da Defesa/ Estado-Maior das Forças de Defesa da CIRGL”,pp.3-6

CIRGL (2016). “Relatório da reunião ordinária dos chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas da CIRGL”, pp.1-8

CIRGL(2016).“Relatório da Reunião dos Ministros da Defesa sobre a implementação da decisão da Cimeira sobre as ADF”, p.2

CIRGL (2017). “Briefing sur la situation sécuritaire et humanitaire dans la région des Grands Lacs pour la réunion du 23 au 24 mai 2017”, pp.1-13

CIRGL (2017). “Intervenção do chefe do EMG das Forças Armadas Angolanas, General de Exército Geraldo Sachipengo Nunda, na Sessão de abertura da reunião do Comité dos Chefes do Estado-Maior” , pp.1-4

CIRGL(2017). “Relatório da Reunião Ordinária dos Chefes do Estado-Maior General da CIRGL”,pp.2-6

CIRGL(2017). “Relatório sobre a situação de Segurança e Humanitária na Região dos Grandes Lagos para a reunião de 09 a 19 de Outubro de 2017”, pp.1-8

CIRGL(2017). “Situation of ICGLR Member States contribution to EJVM up to 2017. Annex to EJVM Brief to ICGLR Brazzaville Meeting of 09 to 19 October 2017”

CIRGL (2017). “7ème Sommet Ordinaire des Chefs d’Etat et de Gouvernement de la CIRGL”, pp.1-2

Chenouard, Mélanie (2016). “Congo: pourquoi Joseph Kabila s’accroche au pouvoir”. Acedido a 02 de Novembro de 2017. Disponível em: <https://info.arte.tv/fr/rdc-pourquoi-joseph-kabila-saccroche-au-pouvoir>

Chouala, Yves Alexandre (2005). “ Puissance, Résolution des Conflits et Sécurité Collective à l’ère de l’Union Africaine: Théorie et Pratique. Acedido em 29 de Setembro de 2017. Disponível em: http://www.diplomatie.gouv.fr/IMG/pdf/19_288-306.pdf

Club-K (2017). “Presidente angolano quer acabar com importações”. Acedido a 17 de Abril de 2018. Disponível em:

http://www.club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=29666:presidente-angolano-quer-acabar-com-importacoes&catid=5&lang=pt&Itemid=1070

Conexão Lusófona (2015). “Entenda a crise angolana: os efeitos da baixa do petróleo na economia do país”. Acedido a 17 de Abril de 2018. Disponível em:

<http://www.conexaolusofona.org/entenda-a-crise-angolana-os-efeitos-da-baixa-do-petroleo-na-economia-do-pais/>

CongoPlanète (2006). “La signature du Pacte de Nairobi, promesse de paix dans la Région des Grands Lacs”. Acedido a 20 de Agosto de 2018. Disponível em: <https://www.congoplanete.com/article.jsp?id=4526662>

Consulado de Angola em Houston (2016). “Angola vai manter presidência dos Grandes Lagos-Embaixador Espírito Santo”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em:

<http://www.angolaconsulate-tx.org/news/angola-vai-manter-presidencia-dos-grandes-lagos-embaixador-espirito-santo>

Consulado de Angola no Canadá (2017). “Angola atinge auto-suficiência na produção de carne em 2016”. Acedido a 17 de Abril de 2018. Disponível em: <http://www.angolaconsulate-ca.org/news/angola-atinge-auto-suficiencia-na-producao-de-carne-em-2026>

Contrera, Flávio (2015). “ O Conceito de Interesse Nacional: Debate Teórico e Metodológico nas Relações Internacionais. Revista de Estudos Internacionais, Vol 6 (2)

Cosset, Charlotte (2012). “ RDC: Dix points clefs pour comprendre la guerre Nord-Kivu”. Acedido em 1 de Maio de 2017. Disponível em: <http://tempsreel.nouvelobs.com/rue89/rue89-afrique/20120822.RUE1989/rdc-dix-points-cles-pour-comprendre-la-guerre-au-nord-kivu.html>

Cosset, Charlotte (2012). “ RDC: Dix points clefs pour comprendre la guerre Nord-Kivu”. Acedido em 1 de Maio de 2017. Disponível em: <http://tempsreel.nouvelobs.com/rue89/rue89-afrique/20120822.RUE1989/rdc-dix-points-cles-pour-comprendre-la-guerre-au-nord-kivu.html>

Coutinho, Luís P. Pereira (2017). A Realidade Internacional: Introdução à Teoria das Relações Internacionais. AAFDL Editora

Escorrega, Luís Carlos Falcão (2010). “Arquitectura de Paz e Segurança 2010”. Acedido em 29 de Setembro de 2017. Disponível em: https://www.ium.pt/cisdi/boletim/Artigos/B8_3%20.pdf

Dailymaverick.co.za (2018). “ ISS Today: DRC’s neighbours jostle for influence”. Acedido a 26 de Setembro de 2018. Disponível em:

<https://www.dailymaverick.co.za/article/2018-06-06-drcs-neighbours-jostle-for-influence/>

David, Charles-Philippe (2001). *A Guerra e a Paz* . Piaget

Déclaration des Droits de l’Homme (1789). Acedido a 20 de Maio de 2018.

Disponível em:

<https://www.legifrance.gouv.fr/Droit-francais/Constitution/Declaration-des-Droits-de-l-Homme-et-du-Citoyen-de-1789>

Dias, Carlos Manuel Mendes (2010)- *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinos*. Prefácio, pp 59-62

Dias, Carlos Manuel Mendes (2010)- *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinos*. Prefácio, pp 59-62

Dias, João (2018). “Grandes Lagos: ONU destaca papel de Angola”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em: <https://www.novafrica.co.ao/politica/onu-destaca-papel-de-angola/>

Diário da República (2017). “ Órgão oficial da República de Angola”, I série-Nº98

Diário de Notícias (2015) “ Mais de cinco milhões de angolanos pertencem à classe média”. Acedido em 12 de Dezembro de 2016. Disponível em:

<http://www.dn.pt/mundo/interior/mais-de-cinco-milhoes-de-angolanos-pertencem-a-classe-media--4892569.html>

Diário de Notícias (2017). “Angola faz balanço positivo da liderança da Região dos Grandes Lagos”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em:

<https://www.dn.pt/lusa/interior/angola-faz-balanco-positivo-da-lideranca-da-regiao-dos-grandes-lagos-8857200.html>

Diário de Notícias (2017). “Luanda discute segurança nos países dos Grandes Lagos”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em:

<https://www.dn.pt/lusa/interior/luanda-discute-seguranca-nos-paises-dos-grandes-lagos-8501135.html>

Diário de Notícias(2017). “MPLA vence com 61,70% dos votos em Angola”. Acedido a 25 de Maio de 2018. Disponível em:

<https://www.dn.pt/mundo/interior/angolaeleicoes-mpla-vence-com-6170-dos-votos---cne-8727330.html>

Diário de Notícias(2017). “O gigante do petróleo ainda é uma promessa por cumprir”. Acedido a 17 de Abril de 2018. Disponível em: <https://www.dn.pt/mundo/interior/o-gigante-do-petroleo-ainda-e-uma-promessa-por-cumprir-8721528.html>

Diário de Notícias (2018). “Angola inicia 2018 com produção petrolífera em queda”. Acedido a 17 de Abril de 2018. Disponível em:

<https://www.dn.pt/mundo/interior/angola-inicia-2018-com-producao-petrolifera-em-queda-9122240.html>

DW Made for Mind (2012). “Resultados finais da CNE confirmam vitória do MPLA nas eleições em Angola”. Acedido em 25 de Maio de 2018. Disponível em:

<http://www.dw.com/pt-002/resultados-finais-da-cne-confirmam-vitória-do-mpla-nas-eleições-em-angola/a-16226955>

DW Made for minds (2013). “ Angola lidera Conferência da Região dos Grandes Lagos”. Acedido em 1 de Maio de 2017, disponível em: <http://www.dw.com/pt-002/angola-lidera-confer%C3%Aancia-da-regi%C3%A3o-dos-grandes-lagos/a-16994312>

DW Made for minds a.(2015). “ Diplomacia angolana preocupa-se com as questões de paz em Angola” . Acedido em 1 de Maio de 2017, disponível em:

<http://www.dw.com/pt-002/diplomacia-angolana-preocupada-com-as-quest%C3%B5es-de-paz-em-%C3%A1frica/a-18486494>

DW Made for minds b.(2015). “ Académicos elogiam contributo de Angola para paz nos Grandes Lagos”. Acedido em 1 de Maio de 2017, disponível em: <http://www.dw.com/pt-002/acad%C3%A9micos-elogiam-contributo-de-angola-para-a-paz-nos-grandes-lagos/a-18448062>

DW Made for minds (2015)c:“ *Diplomacia angolana preocupa-se com as questões de paz em Angola*” . Acedido em 01 de Dezembro de 2016, disponível em:

<http://www.dw.com/pt-002/diplomacia-angolana-preocupada-com-as-quest%C3%B5es-de-paz-em-%C3%A1frica/a-18486494>

DW Made for minds (2016).“ *Antes de terminar, crise em Angola vai piorar*”. Acedido em 10 de Dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.dw.com/pt-002/antes-de-terminar-crise-em-angola-vai-piorar/a-19273836>

DW Made for Minds (2016).“8 causas da queda do preço do petróleo”. Acedido a 17 de Abril de 2018. Disponível em: <http://www.dw.com/pt-002/8-causas-da-queda-livre-do-preço-do-petróleo/a-19027834>

Embaixada da República de Angola em Portugal. “ Angola guia-se num princípio da sua política externa para resolução de conflitos em África”. Acedido em 09 de Dezembro de 2016, disponível em: <http://www.embaixadadeangola.pt/angola-guia-se-num-principio-da-sua-politica-externa-para-resolucao-de-conflitos-em-africa/>

EMG FAA (2014). “Comunicado Final da segunda Mini-Cimeira dos chefes de Estado e de Governo da CIRGL sobre a situação de segurança na República Democrática do Congo e na Região dos Grandes Lagos”

EMG FAA (2014). “Relatório da Reunião Restrita de Chefes de Estado-maior General das Forças Armadas dos Estados-membros da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos”

EMG FAA (2015). “ Relatório dos Assuntos a serem apreciados na reunião CEMG das Forças Armadas do Mecanismo Tripartido de diálogo e cooperação entre as Repúblicas de Angola, África do Sul e Democrática do Congo”, pp.1-6

EMG FAA (2016). “Relatório da Segunda Reunião dos Chefes de Estado-Maior General do Mecanismo Tripartido de Diálogo e Cooperação entre os Governos das Repúblicas de Angola, África do Sul e Democrática do Congo”, pp.1-4

EMG FAA (2016). “Reuniões Ordinárias dos Chefes de Estado-Maior da CIRGL, que teve lugar em Luanda, no dia 10 de Junho de 2016, com objetivo de preparar à 6ª

cimeira ordinária dos chefes de Estado e de Governo da CIRGL, realizada no dia 14 de Junho de 2016”

EMG FAA (2017). “Memorando de Balanço do Mandato da República de Angola na Presidência da CIRGL”

EMG FAA (2017). “Mini-Cimeira da CIRGL, antecedida pelas reuniões restritas de chefes de EMG e de Ministros da Defesa, de 24 e 25 de Março de 2014 em Luanda”

EMG FAA (2017). Reunião Conjunta dos Chefes de EMG da CIRGL e da SADC para analisar a situação de segurança prevalecente na RDC, que teve lugar em Luanda, no dia 08 de Junho de 2017, e antecedida pela reunião de peritos das duas organizações realizadas nos dias 06 e 07 do corrente mês

EMG FAA (2017). “Reunião Extraordinária dos Ministros da Defesa da CIRGL, antecedida por uma reunião de Chefes de EMG da CIRGL, de 19 e 20 de Outubro de 2015, em Luanda”

EMG FAA (2017). “Reunião dos Ministros de Defesa da CIRGL, que teve lugar em Luanda, Angola, no dia 24 de Março de 2017, antecedida pela reunião ordinária dos chefes do EMG da CIRGL”

EMG FAA (2017). “Reunião Ordinária do Comité dos Chefes de Estado-Maior General da CIRGL, que antecedeu a reunião do comité dos Ministros da Defesa, realizada em Luanda, nos dias 08, 09 e 10 de Fevereiro de 2016”

EMG FAA (2017). “Reunião dos Ministros de Defesa da CIRGL, que teve lugar em Luanda, Angola, no dia 24 de Março de 2017, antecedida pela reunião ordinária dos chefes do EMG da CIRGL”

EMG FAA (2017). “Reunião restrita dos Ministros da Defesa da CIRGL, antecedida por reunião restrita de chefes de EMG, de 16 a 18 de Novembro de 2017, em Kinshasa”

EMG FAA (2017). “Reunião restrita dos Ministros da Defesa da CIRGL, antecedida por reunião restrita de chefes de EMG, de 16 a 18 de Novembro de 2017, em Kinshasa”

EMG FAA (2017). “Síntese da Reunião Ordinária dos Chefes de Estado-Maior da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL)”

EMG FAA (2017). “2ª Mini-Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CIRGL, antecedida por reuniões restritas de chefes de EMG e de Ministros da Defesa, de 12 a 14 de Agosto de 2014, em Luanda”

EMG FAA (2017). “2ª Reunião Conjunta de Ministros das Relações Exteriores e da Defesa da CIRGL/SADC, antecedida por uma reunião de chefes de EMG, de 01 e 02 de Julho de 2014”

EMG FAA (2017). “3ª Reunião conjunta de Ministros das Relações Exteriores e da Defesa da CIRGL/SADC, antecedida por uma reunião de Chefes de EMG e chefes de Inteligência de 18 e 20 de Outubro de 2014, em Luanda”

EMG FAA (2017). “9ª Cimeira Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo da CIRGL, que foi antecedida pelas reuniões extraordinárias do Comité Regional Interministerial (CRIM), de Ministros da Defesa de Chefes de EMG e de Chefes de Inteligência da CIRGL, de 11 a 18 de Maio de 2015”

Espírito Santo, Paula (2015). *Introdução à Metodologia em Ciências Sociais-Génese, Fundamentos e problemas*. Lisboa, Sílabo (2015, segunda edição)

Euronews (2016). “ República Democrática do Congo: protesto anti presidente Kabila faz 17 mortos. Acedido em 1 de Maio de 2017. Disponível em: <http://pt.euronews.com/2016/09/19/republica-democratica-do-congo-protesto-anti-presidente-kabila-faz-17-mortos>

Ferreira, Patrícia Magalhães (1998). *O Conflito na Região dos Grandes Lagos*. Instituto Superior de Ciências sociais e Políticas , Universidade Técnica de Lisboa

Flemes, Daniel (2007). *Conceptualizing Regional Power in International Relations: Lessons from the South Africa Case*. Giga Working Papers, 53, Hamberg, German Institute of Global and Area Studies

Franco, João (2014). “África e as guerras pelos recursos no século XXI”. Revista Intellector, 2014, Vol.20. Pp.1-10

Gaulme, François (2011). “ « États faillis », « États fragiles »: concepts jumelés d'une nouvelle réflexion mondiale ». Politique étrangère 2011/, pp. 17-29

- Gerhardt e Silveira (2009).** Métodos de Pesquisa. UFRGS Editora
- GICI (2017).** “Carta dirigida a Sua Excelência General Geraldo Sachipengo Nunda Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas
- Gomes, G. Santa Clara (1990).** “A política externa e a Diplomacia estratégica nacional”. Instituto de Defesa Nacional (pp 55-76)
- Governo de Angola (2008).** “ Reflexões sobre a evolução do sistema de Educação de Angola ao longo dos 35 anos de Independência”, pp.1-58
- Governo de Angola (2010).** “Reflexões sobre a evolução do sistema de Educação de Angola ao longo dos 35 anos de Independência”, pp.1-58
- Governo de Angola (2012).** “FAA devem transformar-se em instituição moderna à altura dos desafios- General Nunda”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em: <http://www.governo.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=15744>
- INE(2016).** “Taxa de desemprego da população com 15-64 anos por características selecionadas, segundo o sexo, IIMS, 2015-2016”
- INE (2014).** “Angola: Inquérito de Indicadores Básicos de Bem-Estar de 2011”, pp.1-8
- INE(2017).** “ Angola- Recenseamento Geral da População e habitação- 2014”, p.1-42
- INE (2018).** “Índice de Preços do Consumidor Nacional”, pp.4-32
- INE (2018) :** “População projetada por grupos etários, segundo a área de residência e sexo, Angola 2018”
- International Conference on the Great Lakes Region .** “ La CIRGL, qui sommes nous?”. Acedido em 27 de Dezembro de 2016, disponível em: <https://www.icglr.org/index.php/fr/historique>
- Instituto de Defesa Nacional (2010).** “ 7º curso de Defesa Nacional para Jovens”, pp.1-11
- IRIN (2013).** “ Les armés dans l’Est de la RDC”. Acedido em 02 de Novembro de 2017. Disponível em: <http://www.irinnews.org/fr/report/99057/briefing-les-groupes-armés-dans-l’est-de-la-rdc>

JeuneAfrique (2006). “ Le Pacte de Nairobi”. Acedido a 20 de Agosto de 2018. Disponível em: <http://www.jeuneafrique.com/93525/archives-thematique/le-pacte-de-nairobi/>

JeuneAfrique (2017). “Grands Lacs: La CIRGL se dit déterminée à lutter contre les groupes armés”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em:

<http://www.jeuneafrique.com/484990/politique/grands-lacs-la-cirgl-se-dit-determinee-a-lutter-contre-les-groupes-armes/>

Jeune Afrique (2017). “Violences en RDC; pour Julien Paluku, gouverneur du Nord-Kivu, ‘ la forte pluie est passée’ ”. Acedido em 02 de Novembro de 2017. Disponível em: <http://www.jeuneafrique.com/mag/419718/politique/violences-rd-congo-julien-paluku-gouverneur-nord-kivu-forte-pluie-passee/>

João, Adriano Artur (2016). “Importância da ONU na Solução de Conflitos internacionais: Críticas e perspectivas”. CEDIS Working Paper , nº2

Jornal de Notícias (2016)a. “ Febre em Angola já fez 353 mortos”. Acedido em 10 de Dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.jn.pt/mundo/interior/febre-amarela-em-angola-ja-fez-353-mortos-5260340.html>

Jornal de Angola (2016)b. “Situação na RDC é preocupante”. Acedido em 02 de Novembro de 2017. Disponível em:

http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/situacao_na_rdc_e_preocupante

Jornal de Angola (2017). “Preços da matéria-prima travam desenvolvimento”. Acedido a 17 de Abril de 2018. Disponível em:

http://jornaldeangola.sapo.ao/economia/precos_da_materia-prima_travam_desenvolvimento

Jornal de Angola (2017). “Angosat 1 não está perdido”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em:

http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/angosat_1_nao_esta_perdido

Jornal de Angola (2017). “País recebe primeiros formados em ciências militares”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em:

http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/pais_recebe_primeiros_formados_em_ciencias_militares

Jornal de Angola (2017). “Militares das FAA estudam nos EUA”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em:

http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/militares_das_faa_estudam_nos_eua

Jornal de Negócios (2016). “Nióbio: o mineral raro que Angola quer extrair”. Acedido a 17 de Abril de 2018. Disponível em:

https://www.jornaldenegocios.pt/mercados/materias-primas/detalhe/niobio_o_mineral_raro_que_angola_quer_extrair

Jornal Económico(2018). “Angola. Peso do petróleo nas exportações cai para menos de 75%”. Acedido a 17 de Abril de 2018. Disponível em:

<http://www.jornaleconomico.sapo.pt/noticias/angola-peso-do-petroleo-nas-exportacoes-cai-para-menos-de-75-253581>

José, Joveta (2014). *Angola: Estratégias de Inserção Internacional*. Editora Annris

Kissaca, Lúcia Kaka (2017). “A Diplomacia Angolana no Quadro das Organizações Regionais Africanas Pós-Guerra civil: A Comissão do Golfo da Guiné e a Sua Importância Geoestratégica na Afirmação Regional de Angola”. ISCSP, Dissertação de Mestrado

Kissinger, Henry (2016). *A Ordem Mundial*. D. Quixote (3ra edição, 2016)

Kivuna, Manuel Miezi (2016). “ Os desafios e contributos de Angola no Combate e Prevenção do Terrorismo”. ISCSP. Pp. 10-17

La Documentation Française (2004). “Le pillage des ressources naturelles”. Acedido em 02 de Novembro de 2017. Disponível em: <http://www.ladocumentationfrancaise.fr/dossiers/conflit-grands-lacs/pillage-ressources-naturelles-rdc.shtml>

Lara, António de Sousa (2000). *Colonização Moderna e Descolonização (Sumários para o Estudo da Sua História)*. ISCSP

Lara, António de Sousa (2004). *Ciência Política: Estudo da Ordem e da Subversão*. Universidade Técnica de Lisboa. ISCSP

Leblogdensaala (2014). “La RDC considere la présidence angolaise de la CIRGL une plus-value pour la région”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em:

<http://leblogdensasala.over-blog.com/article-la-rdcongo-considere-la-presidence-angolaise-de-la-cirgl-une-plus-value-pour-la-region-122042131.html>

Leclercq, Hubert (2017). “RDC: L’Angola déploie son armée sur la frontière congolaise”. Acedido em 02 de Novembro de 2017. Disponível em: <https://afrique.lalibre.be/3444/rdc-langola-deploie-son-armee-sur-la-frontiere-congolaise/>

Leclercq, Hubert (2017). “RDC: Le cas Kabila embarrasse toute une région”. Acedido em 02 de Novembro de 2017. Disponível em: <https://afrique.lalibre.be/6712/rdc-la-cas-kabila-embarrasse-toute-une-region/>

LegaNet (2010). “Loi organique n°10/011 du 18 mai 2010 portant fixation des subdivisions territoriales à l’intérieur des provinces”. Acedido em 02 de Novembro de 2017. Disponível em:

<http://www.leganet.cd/Legislation/Droit%20Public/Administration.ter/L.10.011.18.05.2010.htm>

Le Monde Diplomatique (2008). “Le Kivu entre richesse minière et desastre humanitaire”. Acedido em 21 de Maio de 2018. Disponível em: <https://www.monde-diplomatique.fr/cartes/kivupoudriere>

LeMonde Afrique (2013). “ *Six clefs pour comprendre le conflit en Centrafrique* ” . Acedido em 01 de Dezembro de 2016, disponível em:

http://www.lemonde.fr/afrique/article/2013/12/05/republique-centrafricaine-le-conflit-en-six-points_3526169_3212.html

LeMonde Afrique (2016)a . “*Angola: pas de crise pour l’armée qui commande 17 navires militaires au groupe d’Iskandar Safa*”. Acedisso em 12 de Dezembro de 2016. Disponível em: http://www.lemonde.fr/afrique/article/2016/09/09/angola-pas-de-crise-pour-l-armee-qui-commande-17-navires-militaires-au-groupe-d-iskandar-safa_4995366_3212.html

LeMonde Afrique (2016)b.“L’Angola chute apres des années de prospérité”

Acedido em 12 de Dezembro de 2016. Diponível em:

http://www.lemonde.fr/afrique/article/2016/07/15/l-angola-chute-apres-des-annees-de-prosperite_4970282_3212.html

Lepotentienonline-com (2017).“Sortie de crise en RDC: Washington se rapproche de Luanda”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em:

<http://fr.allafrica.com/stories/201705190935.html>

Lopes, Eunice Alexandra Gonçalves Duarte (2016). “O impacto de preço internacional do petróleo nas taxas de câmbio em Angola”. Tese de Mestrado em Economia Financeira, Universidade de Coimbra, pp.5-48

Loquete, Anacleto (2016). “ A paz na RDC: como acabar com o conflito nesta região”. Acedido em 1 de Maio de 2017. Disponível em: http://club-k.net/~clubknet/index.php?option=com_content&view=article&id=26127:a-paz-na-rdc-como-acabar-com-o-conflito-nesta-regiao-anacleto-loquete&catid=17:opinioao&Itemid=1067&lang=pt

Mackinder, Halford John (1919). Democratic Ideals and Reality. Londres

Maria, Adolfo (2015). *Angola: Contributos à Reflexão*. 2ª Edição, Edições Colibri

Martins, Sebastião (2016).“Angola enquanto “ Comunidade de Segurança comum”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em:

<http://www.sebastiaomartins.org/?p=6078>

Mbokani, Jacques. “ Les causes des conflits en RD Congo”. Acedido em 1 de Maio de 2017. Disponível em: <http://www.congoforum.be/fr/analysedetail.asp?id=146199>

Ministério da Indústria (1998). “Resolução nº4/98 de 27 de Março”, pp.1-18

Ministério da Indústria (1992). Lei nº3/92 de 28 de Fevereiro, Lei da Propriedade Industrial

Ministério da Indústria (2004). “Lei das Atividades Industriais, Lei nº5/04 de 07 de

Setembro”

Ministério da Indústria (2014). “Expoindústria-1º Salão da Indústria valoriza o “feito em Angola””. Revista Ministério da Indústria, nº2, outubro/Dezembro 2014, pp.1-26

Ministério da Indústria (2014). “José Eduardo dos Santos: Estado e Sector privado estão a criar dinâmica de crescimento”. Revista Ministério da Indústria, n.01, Julho/Setembro 2014, pp.4-48

Ministério das Relações Exteriores (2016). “Angola no debate da ONU sobre construção da paz em África”. Acedido em 09 de Dezembro de 2016, disponível em: <http://www.mirex.gov.ao/vernoticia.aspx?id=30736>

Ministério das Relações Exteriores (2017). “Relatório de Fim de Mandato da Presidência de Angola na CIRGL”, pp.2-17

Miranda, Maria Alice (2016), “ Angola do *heartland* do sul: riscos e desafios diante da conjuntura regional”. Relatório de Análise de Risco para a cadeira de Geopolítica Aplicada, ISCSP. Pp. 4-16

Miranda, Maria Alice (2018). Entrevista ao Diretor do Gabinete de Intercâmbio e Cooperação Internacional do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas, Tenente General Carlos F. De Sousa Couceiro

Misoso África (2012). “Angola: Potencia Regional en Emergencia – Libro – Eugénio da Costa Almeida”. Acedido a 5 de Maio de 2018. Disponível em:

<https://misosoafrika.wordpress.com/2012/04/20/angola-potencia-regional-en-emergencia-libro-eugenio-da-costa-almeida/>

Monsengwo, Mons. Laurent (2000). “ Conflitos africanos- A guerra dos Grandes Lagos: Uma crise do Direito”. Acedido em 1 de Maio de 2017. Disponível em: <http://www.alem-mar.org/cgi-bin/quickregister/scripts/redirect.cgi?redirect=EEuklVpIVIBgTfuAxP>

Moreira, Adriano (1996). *Teoria das Relações Internacionais*. Editora Almedina, pp 196-472

Moreira, Adriano (1999). “ Poder Funcional, Poder Errático” in *Estudos da Conjuntura Internacional*, Publicações Dom Quixote, 1999, Pp. 55-62

Moreira, Carlos Diogo (2007). *Teorias e práticas de Investigação*. Universidade Técnica de Lisboa-ISCSP

Moreira, Adriano (1996). *Teoria das Relações Internacionais*. Editora Almedina, pp 196-226

Morgenthau, Hans (2003). “A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz , 1ª Edição 1948

Mouton, Jean-Denis (2012). “ ‘Etat Fragile’, une notion du Droit International?”. CIVITAS Europa, 1 (N°28), pp.5-18

Muzoi, Victor Pedro Manuel (2016). “Briefing sobre a situação de segurança e humanitária que prevalece no Leste da RDC e os desafios do MCVA para operário de Outubro de 2015 a Janeiro de 2016”, 2016, p.4-21

Nações Unidas (2015). “ Conflits en République Démocratique du Congo”. Acedido em 2017. Disponível em:

http://www.uneca.org/sites/default/files/PublicationFiles/conflits_en_rdc_fre-25sept.pdf

Nações Unidas (2015). “ Na ONU, Angola quer nova forma de atuar para travar conflitos em África”. Acedido em 29 de Setembro de 2017. Disponível em:

<http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2015/01/na-onu-angola-quer-nova-forma-de-atuar-para-travar-conflitos-em-africa/#.WdquLNOGPox>

Nóbrega, Álvaro (2010). “ A democracia em África”. Janus. Pp. 130-131

Nóbrega, Álvaro (2015). Guiné Bissau: Um Caso de Democratização Difícil (1998-2008). ISCSP

Novo Jornal(2014). “Angola quer estimular países dos Grandes Lagos para cooperação sólida”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em:

<http://novojornal.co.ao/politica/interior/angola-quer-estimular-paises-dos-grandes-lagos-para-cooperacao-solida-3443.html>

Novo Jornal (2017). “João Lourenço em Brazzaville para analisar instabilidade na RDC”. Acedido em 09 de Dezembro de 2017. Disponível em: <http://novojornal.co.ao/politica/interior/joao-lourenco-em-brazzaville-para-analisar-instabilidade-na-rdc-46873.html>

Novo Jornal (2017). “João Lourenço regressa do Congo com compromisso de Kabila para realizar eleições em Dezembro de 2018”. Acedido em 10 de Dezembro de 2017. Disponível em: <http://www.novojornal.co.ao/internacional/interior/joao-lourenco-regressa-do-congo-com-compromisso-de-kabila-para-realizar-eleicoes-em-dezembro-de-2018-46878.html>

Novo Jornal (2017). “Angola vai gastar mais em defesa e segurança do que em educação e saúde”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em: <http://www.novojornal.co.ao/economia/interior/angola-vai-gastar-mais-em-defesa-e-seguranca-do-que-em-educacao-e-saude-48004.html>

Novo Jornal (2017). “Governo quer enviar 300 angolanos por ano para as melhores universidades do mundo”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em: <http://novojornal.co.ao/sociedade/interior/governo-quer-enviar-300-angolanos-por-ano-para-as-melhores-universidades-do-mundo-46907.html>

Novo Jornal (2017). “João Lourenço regressa do Congo com compromisso de Kabila para realizar eleições em Dezembro de 2018”. Acedido em 10 de Dezembro de 2017. Disponível em: <http://www.novojornal.co.ao/internacional/interior/joao-lourenco-regressa-do-congo-com-compromisso-de-kabila-para-realizar-eleicoes-em-dezembro-de-2018-46878.html>

Novo Jornal (2017). “João Lourenço regressa do Congo com compromisso de Kabila para realizar eleições em Dezembro de 2018”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em: <http://www.novojornal.co.ao/internacional/interior/joao-lourenco-regressa-do-congo-com-compromisso-de-kabila-para-realizar-eleicoes-em-dezembro-de-2018-46878.html>

Novo Jornal(2017). “Pobreza extrema cresce em Angola: Mais de 8 milhões de angolanos vivem com menos de 1,25 USD por dia”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em: <http://www.novojornal.co.ao/sociedade/interior/pobreza-extrema->

[cresce-em-angola-mais-de-8-milhoes-de-angolanos-vivem-com-menos-de-125-usd-por-dia-48088.html](http://www.novojornal.co.ao/sociedade/interior/angola-entre-os-cinco-maiores-compradores-de-armas-da-afrika-subsaariana-50288.html)

Novo Jornal(2018). “Análise ao OGE: Angola ainda é dos países africanos que menos investem na saúde”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em: <http://www.novojornal.co.ao/sociedade/interior/analise-ao-oge-angola-ainda-e-dos-paises-africanos-que-menos-investem-na-saude-49653.html>

Novo Jornal (2018). “Angola entre os cinco maiores compradores de armas da África Subsaariana”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em: <http://www.novojornal.co.ao/politica/interior/angola-entre-os-cinco-maiores-compradores-de-armas-da-afrika-subsaariana-50288.html>

Novo Jornal (2018). “Angola pode recuperar “vários milhares de milhões de dólares” com repatriamento de capitais- Análise”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em: <http://www.novojornal.co.ao/economia/interior/angola-pode-recuperar-varios-milhares-de-milhoes-de-dolares-com-repatriamento-de-capitais---analise-48148.html>

Novo Jornal (2018). “Jaka Jamba: “ Temos andado a fazer propaganda, a vender uma imagem ao exterior, e o mais grave é que acreditamos nas nossas mentiras”. Acedido a 20 de Abril de 2018. Disponível em:

<http://www.novojornal.co.ao/sociedade/interior/especial-educacao-temos-andado-a-fazer-propaganda-a-vender-uma-imagem-ao-exterior-e-o-mais-grave-e-que-acreditamos-nas-nossas-proprias-mentiras---jaka-jamba-49776.html>

Novo Jornal (2018). “JLO “ Conseguiu impor-se como chefe que manda” e ganhar popularidade com “política de símbolos”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em: <http://www.novojornal.co.ao/politica/interior/jlo-conseguiu-impor-se-como-o-chefe-que-manda-e-ganhar-popularidade-com-politica-de-simbolos-52908.html>

Novo Jornal (2018). “RDC: João Lourenço e Sassou Nguesso em Kinshasa para debater futuro dos Grandes Lagos e de Joseph Kabila”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em: <http://www.novojornal.co.ao/politica/interior/rdc-joao-lourenco-e-sassou-nguessou-em-kinshasa-para-debater-futuro-dos-grandes-lagos-e-de-joseph-kabila-49818.html>

NUECHTERLEIN, Donald E. (2001). *America Recommitted: A Superpower Assesses Its Role in a Turbulent World*. Lexington: The University Press of Kentucky.

NYE, Joseph S. Jr. (1999). Redefining the national interest. *Foreign Affairs*, 78 (4): 22-35

Observador (2015). “Angola organiza eleições gerais em Agosto de 2017, diz José Eduardo dos Santos”. Acedido em 10 de Dezembro de 2016. Disponível em: <http://observador.pt/2015/11/13/angola-realiza-eleicoes-gerais-em-agosto-de-2017-diz-jose-eduardo-dos-santos/>

Observador (2016). “Angola renova mandato de dois anos à frente da Conferência dos Grandes Lagos”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em:

<https://observador.pt/2016/06/14/angola-renova-mandato-de-dois-anos-a-frente-conferencia-dos-grandes-lagos/>

Observador (2017). “Produção de petróleo em Angola desce para 1,69 milhões de barris este ano”. Acedido a 17 de Abril de 2018. Disponível em:

<https://observador.pt/2017/08/28/producao-de-petroleo-em-angola-desce-para-169-milhoes-de-barris-este-ano/>

Observador (2018). “Angola fecha 2017 como segundo produtor de petróleo em África”. Acedido a 17 de Abril de 2018. Disponível em:

<https://observador.pt/2018/01/19/angola-fecha-2017-como-segundo-produtor-de-petroleo-em-africa/>

Observador (2018). “Banco Mundial revê em alta o crescimento de Angola em 0,7 pontos para 1,6% este ano”. Acedido a 17 de Abril de 2018. Disponível em:

<https://observador.pt/2018/01/10/banco-mundial-reve-em-alta-o-crescimento-de-angola-em-07-pontos-para-16-este-ano/>

Ojogo.pt (2017). “Angola cede presidência da Conferência para os Grandes Lagos à República do Congo”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em:

<https://www.ojogo.pt/extra/lusa/interior/angola-cede-presidencia-da-conferencia-para-os-grandes-lagos-a-republica-do-congo-8817525.html>

Oliveira, Ricardo Soares de (2015). *Magnífica e Miserável: Angola desde a Guerra Civil*. Tinta da China

Ollandet, Jérôme (2015). La Conférence Internationale sur la Région des Grands Lacs. L'Harmattan Congo, Pp.1-294

ONU Brasil (2013). “Restaurar confiança entre países é fundamental para fim dos conflitos na RDC, diz enviada da ONU”. Acedido em 1 de maio de 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/restaurar-confianca-entre-paises-e-fundamental-para-fim-dos-conflitos-na-rdc-diz-enviada-da-onu/>

ONU (2015). “ONU: Contrabando de vida selvagem e recursos naturais financia conflitos armados na RD Congo”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em:

<https://nacoesunidas.org/onu-influencia-do-contrabando-de-vida-selvagem-em-conflitos-armados-na-rd-congo/>

Operationspaix.net (2012). “ Fiche d’information de l’organisation: CIRGL”. Acedido em 03 de Dezembro, disponível em: <http://www.operationspaix.net/24-fiche-d-information-de-l-organisation-cirgl.html>

Organização das Nações Unidas (2015). “ *Investir na Região dos Grandes Lagos: um resumo das oportunidades de investimento*”. Acedido em 03 de Dezembro, disponível em:

<http://www.abghq.com/downloads/VERSION%206%20PORT%20Volume1.pdf>

ONU (2018). “MÉCANISME RÉGIONAL DE SUIVI”. Acedido a 25 de Maio de 2018. Disponível em: <https://ungreatlakes.unmissions.org/fr/mécanisme-régional-de-suivi>

Oyatambwe, Dieudonné Wamu (2012). “ Connexions: Conflits en RDC, qui sont les responsables?”. Acedido em 1 de Maio de 2017. Disponível em: https://www.rtbef.be/lapremiere/article/detail_connexions-conflit-en-rdc-qui-sont-les-responsables?id=7878787

Pedro, Albano (2014). “ O Conflito na Região dos Grandes lagos e a hipocrisia dos estadistas e das potências estrangeiras”. Acedido em 1 de Maio de 2017. Disponível em: <http://jukulomesso.blogspot.pt/2014/01/o-conflito-na-regiao-dos-grandes-lagos.html>

Pegado, Aida Maria Silvério Pinto (2014). *Angola como potência regional emergente-Análise dos factores estratégicos*. Tese de Doutoramento defendida no ISCSP (pp. 1-70)

Pélissier, René (1978). “ Des classes et des races” in La Colonie du minotaure: Nationalismes et révoltes en Angola (1926-1961). Pelissier Montanets. P. 23-91

Pignatelli, Marina (2010). *Os Conflitos Étnicos e Interculturais*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

PlatinaLine(2018).“Satélite angolano está inoperante-oficial”. Acedido a 23 de Abril de 2018. Disponível em: <http://platinaline.com/satelite-angolano-esta-inoperante-oficial/>

PNUD (2004). “Conflits armés en République Démocratique du Congo: Le rôle des facteurs économiques et leçons pour la reconstruction”. Pp.9-69. Acedido em 2 de Novembro de 2017. Disponível em:

<http://jordi.free.fr/PNUD-RAPPORTO%20RDC.pdf>

Politico.cd (2017). “L’Angola: nouveau “ gendarme” américain dans les Grands Lacs?”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em:

<https://www.politico.cd/actualite/la-une/2017/05/18/langola-nouveau-gendarme-americaain-grands-lacs.html>

Pordentrodaafrica.com (2014). “Recursos minerais nos Grandes Lagos: a relação entre Angola e a República Democrática do Congo”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em: <http://www.pordentrodaafrica.com/meio-ambiente/recursos-minerais-nos-grandes-lagos-relacao-entre-os-vizinhos-angola-e-republica-democratica-congo>

Portal de Angola (2017). “ Conflitos na RDC cria 15 mil novos refugiados para Angola”. Acedido em 1 de Maio de 2017. Disponível em: <http://www.portaldeangola.com/2017/04/conflito-na-rdc-cria-15-mil-novos-refugiados-para-angola/>

Portail242 (2016). “Le Président angolais reconduit à la tête de la CIRGL pour services rendus”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em: https://www.portail242.info/Le-President-angolais-reconduit-a-la-tete-de-la-CIRGL-pour-services-rendus_a1775.html

Pourtier, Roland(2008). “Reconstruire le territoire pour reconstruire l’État: La RDC à la croisée des chemins”. Afrique contemporaine , 3 (nº227), Pp.23-52

Presidente da República (2014). “Carta de Sua Excelência José Eduardo dos Santos a Sua Excelência Denis Sassou-Nguesso”

Público (2017). “MPLA perde 25 deputados e UNITA tem resultado histórico”. Acedido a 25 de Mai de 2018. Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/08/25/mundo/noticia/mpla-vence-com-6170-dos-votos-1783358>

Público (2017). “Angola vai sair da crise “ quando quiser””. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/08/21/economia/entrevista/angola-1782510>

Rabelo, Maitê Marchandt (2016). “ A Agenda para a Paz e o Legado de Boutros Boutros-Ghali” . Acedido em 29 de Setembro de 2017. Disponível em: <https://cursosapientia.wordpress.com/2016/02/17/a-agenda-para-a-paz-e-o-legado-de-boutros-boutros-ghali/>

Radio Okapi (2017). “L’Angola renforce la sécurité à sa frontière avec la RDC”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em: <https://www.radiookapi.net/2017/04/19/actualite/securite/langola-renforce-la-securite-sa-frontiere-avec-la-rdc>

Raoul-Dandurand, Chaire (2012). “ Les Mécanismes Traditionnels de la Gestion des Conflits en Afrique Subsaharienne”. Université du Québec à Montréal, pp. 7- 15

RedeAngola(2016). “Angola vai manter presidência da Conferência dos Grandes Lagos”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em:

<http://www.redeangola.info/angola-preside-a-conferencia-dos-grandes-lagos-apos-indisponibilidade-do-kenia/>

Redeangola.ao (2016). “ Região dos Grandes Lagos precisa de desenvolvimento económico”. Acedido em 1 de Maio de 2017. Disponível em:

<http://www.redeangola.info/regiao-dos-grandes-lagos-precisa-de-desenvolvimento-economico/>

Repositório Aberto (2016) “ Contexto geográfico da República de Angola”. Acedido em 10 de Dezembro de 2016. Disponível em:

<https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/436/1/ANGOLA-Trilhos31-105.pdf.pdf>

Rotberg, Robert I. (2003) When States Fail: Causes and Consequences. Princeton: Princeton University Press

RFI Afrique (2017). “RDC: La faim a un impact sur l’économie du pays”. Acedido em 02 de Novembro de 2017. Disponível em: <http://www.rfi.fr/afrique/20170708-rdc-faim-impact-economie-pays-pam>

RFI (2017). “Angola/ RDC: frontière fermée au commerce, les réfugiés passent”. Acedido em 02 de Novembro de 2017. Disponível em: <http://www.rfi.fr/afrique/20170820-angola-rdc-refugies-hcr-enregistrement-giovanni-zanelli-retour>

RTP (2013). “Angola propõe parceria estratégica para paz na região dos Grandes Lagos”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em:

https://www.rtp.pt/noticias/mundo/angola-propoe-parceria-estrategica-para-paz-na-regiao-dos-grandes-lagos_n634974

RTP (2014). “Riqueza dos recursos naturais em Angola não chega à população-Financial Times”. Acedido a 17 de Abril de 2018. Disponível em:

https://www.rtp.pt/noticias/mundo/riqueza-dos-recursos-naturais-em-angola-nao-chega-a-populacao-financial-times_n743005

Rusamina, Étienne (2003). “La dynamique des conflits ethniques au Nord-Kivu: une réflexion prospective”. *Afrique Contemporaine*, 3 (nº207), pp.147-163

SADC (2014). “Mission to the Democratic Republic of the Congo Related to the voluntary Disarmament Process of FDLR combatants: 20 to 25 June 2014”

Santos, Ivair Augusto Alves dos (2016). “Quênia retira candidatura e Angola continua à frente”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em:

<https://ivairs.wordpress.com/2016/01/12/quenia-retira-candidatura-e-angola-continua-a-frente/>

Santos, Ivair Augusto Alves dos (2017). “Angola: Conferência dos Grandes Lagos vai discutir projectos em benefício das populações”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em: <https://ivairs.wordpress.com/category/conferencia-internacional-para-a-regiao-dos-grandes-lagos-cirgl/>

Santos, Victor Marques (2007). *Introdução à Teoria das Relações Internacionais-referencias de enquadramento teórico-analítico*. Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Santos, Victor Marques (2012). *Elementos de Análise de Política Externa*. Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Santos e Ferreira (2012). “Capítulo II: O Realismo e o Neo-Realismo” in *Teorias das Relações Internacionais*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, pp.57-115

Sapo Notícias (2018). “Angola está a tornar-se um país mais atrativo para os investidores, dizem consultoras”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em:

<https://noticias.sapo.mz/economia/artigos/angola-esta-a-tornar-se-um-pais-mais-atrativo-para-os-investidores-diz-consultoras>

Sapo Notícias (2018). “Angola fecha mais dois contratos de 9milhões de dólares para explorar ouro em Cabinda”. Acedido a 10 de Abril de 2018. Disponível em:

<https://noticias.sapo.ao/economia/artigos/angola-fecha-mais-dois-contratos-de-9milhoes-de-dolares-para-explorar-ouro-em-cabinda>

Sapo Notícias(2018). “Zaire: SME repatria em três meses mais de mil cidadãos da RDC”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em:

<https://noticias.sapo.ao/actualidade/artigos/zaire-sme-repatria-em-tres-meses-mais-de-mil-cidadaos-da-rdc>

Sebastião, Domingos (2017). “A diplomacia para a paz na Região dos Grandes Lagos”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em: http://www.club-k.net/~clubknet/index.php?option=com_content&view=article&id=27638:a-diplomacia-para-a-paz-na-regiao-dos-grandes-lagos-domingos-sebastiao&catid=17&Itemid=1067&lang=pt

SIC Notícias (2018). “Governo angolano com plano de 109 medidas para recuperar economia”. Acedido a 10 de Abril de 2018. Disponível em:

<http://sicnoticias.sapo.pt/economia/2018-01-03-Governo-angolano-com-plano-de-109-medidas-para-recuperar-economia>

SIC Notícias (2018). “Governo angolano com plano de 109 medidas para recuperar economia”. Acedido a 17 de Abril de 2018. Disponível em:

<http://sicnoticias.sapo.pt/economia/2018-01-03-Governo-angolano-com-plano-de-109-medidas-para-recuperar-economia>

Sítio do Pica-pau Angola (2011). “ *Os povos de Angola*”. Acedido em 10 de Dezembro de 2016. Disponível em:

<https://sitiodopicapauangolano.wordpress.com/2011/11/16/os-povos-de-angola/>

Soldatos, Panayotis (1978). “ La Théorie de la Politique Étrangère et sa pertinence pour l’étude des relations extérieures des communautés européennes. Institut Québécois des Hautes Études Internationales, pp. 7-42

STEEL, Ronald (1995). *Temptations of a Superpower*, Cambridge, Massachusetts

TVI (2006). “Angola tem mais recursos naturais para além do petróleo”. Acedido a 17 de Abril de 2018. Disponível em:

<http://www.tvi24.iol.pt/ministro-das-financas/portugal/angola-tem-mais-recursos-naturais-para-alem-do-petroleo#/iol/login>

Valenzola, Renato Henrique (2013). “O Conflito na República Democrática do Congo e a Ausência do Estado na Regulação das Relações Sociais”. *Revista de laboratório de Estudos da Violência da UNESP*. Pp. 59-86

Veríssimo, Gilberto (2013) “ *África na teoria geopolítica*”, in *Elementos de geopolítica e geoestratégia*. Edição ler devagar, pp136-140

Veríssimo, Gilberto (2016). “ Geopolítica do Golfo da Guiné: A Posição estratégica de Angola. Edição Ler Devagar

Victor, Byiringiro (2014). “Allocution du Président ai des FDLR à l’occasion de la reencontre entre la délégation des FDLR et la délégation de la SADC et du Gouvernement de la RDC”

VOA Português (2016). “Angola/RDC: “ Conferência dos Grandes Lagos é um clube de amigos, diz analista”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em:

<https://www.voaportugues.com/a/conferencias-dos-grandes-lagos--clube-de-amigos/3651344.html>

VOA Português (2017). “Crise económica angolana não é só culpa do petróleo”. Acedido a 17 de Abril de 2018. Disponível em:

<https://www.voaportugues.com/a/crise-economica-angolana-nao-e-so-culpa-do-petroleo/4042142.html>

VOA Português (2017). “Legado de JES: “ Da defesa do território à manutenção do poder e enriquecimento da família”, considera Marcolino Moco”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/legado-de-jes-da-defesa-do-territorio-manutencao-poder-e-enriquecimento/4046804.html>

WALLENSTEIN, Peter e HARBOM Lotta (2005) – *Armed Conflict and Its*

International Dimensions, 1946-2004. London: Sage Publications, Journal of Peace Reserch, Volume 42 nº 5, Department of Peace and Conflict Research, Uppsala University, p 623-635

Wheeler e Pélissier (2016). *História de Angola*. Tinta da China

Whelan, Teresa (2006). “Africa’s Ungoverned Space”. Nação e Defesa. Pp.61-73

Wight, Martin (2002). *A Política do Poder* . Coleção Clássicos IPRI

7sur7 (2016). “Sommet de Luanda sur la RDC: les enjeux”. Acedido a 27 de Março de 2018. Disponível em: <https://7sur7.cd/new/sommet-de-luanda-sur-la-rdc-les-enjeux/>

ANEXO

Entrevista ao Diretor do Gabinete de Intercâmbio e Cooperação Internacional do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas, Tenente General Carlos F. De Sousa Couceiro

25 de Abril de 2018

Antes de mais queria agradecer a Sua Excelência, Tenente-General Couceiro pela oportunidade que me foi dada para efetuar o meu estágio no GICI e por me conceder esta entrevista. Os documentos que deixou à minha disposição têm sido de grande ajuda na minha busca de informações e acredito que darão maior credibilidade à minha Dissertação. No entanto, agradecia que o Tenente-General me ajudasse a esclarecer algumas dúvidas que ainda persistem. O seu contributo seria de maior relevância. Estando numa instituição militar que requer muita confidencialidade, tenho noção que certas questões não possam ser abordadas devido ao sigilo. Portanto, queria relembrá-lo a possibilidade do anonimato face às declarações prestadas.

Tema

Angola e Resolução dos conflitos na Região dos Grandes Lagos: o Caso da CIRGL

* Maria Alice Miranda (MAM)

*Carlos F. De Sousa Couceiro (CC)

MAM: Quais são os interesses de Angola na resolução dos conflitos na região dos Grandes Lagos?

CC: Isto remonta a muitos e muitos anos atrás. Isto tem muito a ver até com a própria divisão do continente africano. Temos que buscar pelos canais da História para saber porquê que Angola terá ligação com os Grandes Lagos porque *a priori* podemos dizer que os Grandes Lagos estão distantes de Angola. Se nós formos analisar a posição geoestratégica de Angola, nós vemos que entre Angola e a RDC há aqui (apontando para o mapa da África) um bloco que é a ligação entre o Norte e o Sul. Esta posição geoestratégica que é feita por Angola com a Região dos Grandes Lagos, obriga nitidamente a uma ligação de interesses de Angola para estar dentro de um processo integrado de ligação Norte/Sul. Fala-se muito da cooperação Norte/Sul como de grande importância mas também se fala de um sistema de cooperação melhor que é a cooperação Sul/Sul para fazer frente à cooperação Norte/Sul que é mais antiga. A cooperação Sul/Sul poderá ter processos mais modernos. Logo, estes são um dos factores mais importantes que explicam porque Angola terá interesse na Região dos Grandes Lagos. Não falo só em questões militares. Os grandes Lagos têm várias funções mas neste caso fundamentalmente sobressai a questão da componente da Segurança. A estabilidade desta região permitiria de facto que as potencialidades de cada um destes países fossem devidamente exploradas em benefício dos próprios povos e do próprio continente. Este foco de instabilidade permanente que existe para além do que afeta o Leste da RDC, permite que Angola tenha uma missão muito específica naquela região. Angola é um país que se pacificou, um país que busca a sua estabilidade e esta última depende muito da estabilidade da vizinhança próxima e imediata e da vizinhança afastada que fica afetada direta e indiretamente. Esses são os fatores mais iminentes. Por outro lado, Angola conseguiu, em África, ganhar um certo prestígio e estatuto porque ela, através da ação da guerra em Angola pôs fim ao período colonial e deu origem à independência da Namíbia graças a Resolução 435, decidida em Angola pelos Estados Unidos, Rússia, Angola, Cuba, e África do Sul. Decidiram que os Angolanos deviam retirar as suas forças para o paralelo 17, a África

do Sul devia retirar-se da Namíbia, dando a independência da Namíbia. Por outro lado, isso levou a que o próprio regime do *Apartheid* abdicasse e o ANC viesse a assumir a direção da África do Sul. A Organização de Unidade Africana, que existiu na base de combate ao colonialismo, muda e passa à União Africana, em 2000 porque o princípio da independência deixou de ser um objectivo. Começou então um novo objectivo da integração económica. Foi isso que deu origem à União Africana. Era necessário que a União Africana tivesse uma componente de paz e segurança porque sem paz e segurança não há desenvolvimento nem integração. Angola não pode perder aquele prestígio que granjeou e tem que o arrastar. Nas áreas de conflito, Angola tem que exercer o seu papel, a sua importância, não só como prestígio mas também como lições que podem servir de apoio aos outros povos em conflito no sentido de encontrar o caminho da paz, motivo pelo qual, Angola tem interesses em meter-se também na Região dos Grandes Lagos em benefício da integração africana.

MAM: Organizações regionais como a SADC e a CEEAC, cujos alguns Estados-membros da CIRGL fazem parte, partilham objectivos semelhantes aos da CIRGL tal como a busca de estabilidade, Paz e Segurança nas suas regiões respectivas. Estas mesmas organizações cooperam com a CIRGL para neutralizar as forças negativas na RDC. Qual a finalidade destas organizações e de que maneira os seus mod operandi se distinguem dos da CIRGL? Em que podem ser uma mais valia?

CC: Esta pergunta grande pode reduzir-se numa única resposta simples. Deves utilizar todos os bens que tens necessários para a estabilidade e a Segurança. Os factores que levam os Estados-membros a pertencerem a uma organização e a outra são factores de ligação entre uma e a outra e neste caso concreto, o que conta muito é a capacidade do Estado de estar integrado em todas as regiões. Fazer com que estas organizações trabalhem todas numa simbiose para um objectivo comum que é a estabilidade e a segurança. Nós temos por exemplo a RDC que é membro e Estado em conflito da Região dos Grandes Lagos, é membro da CEEAC e da SADC assim como Angola. A Tanzânia, por exemplo, está na SADC e nos Grandes Lagos. Temos depois o Quênia que faz parte da Região dos Grandes Lagos. Os interesses locais e de proximidade têm que estar conjugados com os interesses gerais das outras organizações locais. O objectivo comum é o problema da estabilidade. Então, eu arrasto comigo o elementos de outra região. Mais concretamente, neste caso, começamos a fazer uma integração que não é económica nem social mas sim a nível

da segurança e isso é extremamente importante. Por exemplo, estamos a ver que na RDC, o conflito entre os povos que lá existem com as forças negativas está muito atenuado. Houve o problema de forças que o Ruanda apoiava na RDC e forças que a RDC apoiava contra o Ruanda. Era preciso amenizar estas situações e uma importância grande foi dada à SADC. A SADC foi atraída como uma organização mais estável e mais coesa para resolver esta situação. Os próprios Burundi e Ruanda também pediram para ser membros da SADC mas foram excluídos. A SADC tem por princípio que o Estado que tenha conflitos com outro Estado-membro da SADC não pode ser membro desta organização mas como acabou o conflito é possível que o Ruanda venha a ser membro da SADC. Tudo isso é porque há confiança pela organização. A SADC foi solicitada quando Angola assumiu a presidência da CIRGL. Iniciou-se então todo um processo de aproximação da SADC com a Região dos Grandes Lagos, tal como a CEEAC porque se formos a ver, a RCA é membro da SADC e da CEEAC. Há aqui uma ligação completa. A CEEAC tinha desdobrado a MICOPAX (Missão de Paz) na República Centro Africana. Era necessário portanto, para resolver a situação da RCA, atrair neste caso concreto a CEEAC. Tinha que haver uma comunhão da atuação. O que aconteceu foi que a determinada altura, a RDC pediu apoio à SADC e a SADC mandou a Brigada de Intervenção (FIB) para uma missão específica no leste da RDC. Esses são os aspectos do porquê que isto é uma interação entre todas as regiões sempre em benefícios comuns. É preciso haver uma conjugação dos objectivos que se pretende e todas as forças devem ser atraídas. Quanto mais forças tu atraíres, melhor. É muito importante que haja de facto uma conjugação das forças.

***MAM:** Sendo que o principal objectivo do Mecanismo Tripartido é reforçar a neutralização das forças negativas da RDC, em que este mecanismo se destaca do que é feito pela CIRGL?*

CC: O Mecanismo Tripartido não tem só a ver com isso. O mecanismo Tripartido tem a ver com a estabilidade e organização na RDC. Não se pode aceitar que um país daqueles, com a potencialidade que tem, esteja no nível de desintegração em que está. A RDC é muito grande, a nível internacional, pensa-se na sua desintegração. Isto seria uma forma muito linear de acabar com o problema sem ver de facto as consequências que isto teve com a partilha da África na Conferência de Berlim. A grande questão que existe aqui é que era preciso organizar, apoiar o desenvolvimento económico e a

integração económica dos três países (Angola- RDC-África do Sul). O Mecanismo Tripartido tem várias missões criadas, fundamentalmente, na Defesa e Segurança em que os países apoiam as forças armadas da RDC, na administração do Estado, nas áreas dos sectores económicos por exemplo da energia, dos transportes, etc., em que se via fundamental pacificar a região e aproveitarmos os recursos dos três países numa simbiose para promover pontos de desenvolvimento nesta área. Temos por exemplo, a barragem do Inga. O Inga produz energia quase natural e tem uma fonte de riqueza tremendíssima. A questão da ligação dos caminhos de ferro entre a RDC, Angola e África do Sul, toda essa integração promovia a aproximação entre os povos e a SADC iria beneficiar muito com isso. Estes três Estados juntos através do mecanismo Tripartido, poderiam: pacificar, desenvolver em sinergia nos sectores fundamentais de arranque de qualquer país e neste caso, da própria região. Encontrase poucas informações sobre o Mecanismo Tripartido por ser uma coisa fraca que praticamente hoje tem grandes dificuldades de funcionamento. O secretariado é assumido por Angola mas o seu mecanismo em si é muito complexo. É capaz de ter três diretores (um por cada país).

MAM: *E porquê que não assumem uma presidência rotativa?*

CC: Porque é difícil. É difícil porque o princípio é que cada país tem que ter a mesma igualdade e a presidência rotativa começa a refletir a desigualdade porque seria rotativo de quanto tempo? Um ano? Dois anos? O quê que poderá evoluir em dois anos? Não muita coisa mas posso traçar muita coisa e o outro vai ter que dar continuidade mas ele não participou e depois pode dizer que não pensa do mesmo jeito. Essas organizações parecem assim simples mas no fundo são muito complexas. Se os Estados não analisarem profundamente e não houver confiança um no outro, haverá dificuldades em avançar. Depois, com a crise, a questão diminuiu um bocado de interesse. Estava para haver uma reunião do Conselho de Ministros que seria na RDC mas depois essa reunião abortou. Tem de haver mais condições para fazer mover o mecanismo e mais interesses por outro lado. Creio que os interesses são importantes aqui. Os Estados se não conjugam os interesses, mantêm-se no mecanismo mas num mecanismo adormecido.

MAM: *Como sabemos, muitos dos conflitos no Leste da RDC têm origem no grande fluxo migratório para as províncias do Kivu após o Genocídio no Ruanda de 1994.*

Até hoje, muitas das milícias estrangeiras que atuam no Leste da RDC são oriundas do Ruanda. Isso tornaria o Ruanda num dos principais aliados para resolução dos conflitos nesta província. No entanto, será que o Ruanda teria interesse em pôr fim nestes conflitos?

CC: Não é bem assim. Tem as forças negativas estrangeiras e as forças negativas internas. A FDLR é uma força estrangeira mas é alimentada pela RDC. O Ruanda alimentava os outros movimentos todos. Falando dos traços específicos da FDLR, a FDLR é uma organização que tem bases nos ruandeses que saíram do Ruanda no conflito. Podemos dizer que são os hútus que fugiram do conflito e a Bélgica e os europeus naquela altura, com o massacre étnico que estava a decorrer levaram a RDC a permitir que abrisse as fronteiras para eles e deu-os parte do Leste da RDC. Há aí criminosos de guerra. O Ruanda em princípio não aceitava. Depois a política ruandesa foi mudando e acabou por aceitar que eles se mantivessem no Leste da RDC mas considerava que quem tivesse que ser julgado, seria julgado. Quando o Ruanda decidiu deixar de influenciar foi sob a condição que a RDC entregasse a FDLR. A FDLR decidiu então render-se e integrar-se e pediu o apoio da SADC porque havia uma ligação forte entre o pessoal da chefia da FDLR e o pessoal de alguns elementos da África do Sul. Então a FDLR precisava de uma organização que de facto a amparasse e foi assim que a SADC foi chamada para a amparar mas a FDLR não se entregou, situação que levou a SADC a estar pronta a combater. Daqui, tens uma das origens do porquê que a FIB foi para Angola. As FARDC combateram as FDLR porque foram obrigadas a isso, já foi sob o mandato de Angola e eles supostamente renderam-se. Parte deles, nos vários combates que houve, foram rendendo-se e estão aí a espera para regressarem para o Ruanda porque eles são ruandeses na sua essência. Mas como já passaram várias gerações, há ruandeses misturados com congoleses, os filhos já são congoleses, há uma miscelânea tremenda mas as origens são ruandesas. Laurent Kabila, quando entrou no poder, entrou com os ruandeses e os ruandeses foram fazendo um massacre da população do Leste e massacraram os hútus. Estes últimos, criaram uma revolta e levaram os hútus que aí estavam, a criar um movimento para se protegerem. Quando isto acabou, começou a confusão por promessas e não promessas que se fizeram entre o Ruanda e a RDC então reiniciou a instabilidade aí. Acontece que a RDC começa a apoiar e a desenvolver a FDLR para

contrapor as ações que o Ruanda fazia dentro do território congolês. Agora, qual era a tua pergunta na base disso?

MAM: Porque não desempenha um papel mais importante na resolução dos conflitos na RDC, sobretudo naquela zona Este do país?

CC: É muito difícil entrar nestes detalhes porque há ações diretas e ações indiretas. Há um mineiro muito importante. Aquela zona da RDC é muito rica e isto tem muito a ver com a exploração ilegal. Aquele conflito é alimentado muito de fora porque de facto aquilo serve fundamentalmente à exploração de *coltan*. Estes produtos são exportados todos para beneficiar as tecnologias das grandes empresas mundiais. Então, o elemento fundamental nisso tudo é o Ruanda. Não é que o Ruanda não participa, o Ruanda participa mas quando ele vê que os seus interesses estão afetados, ele abandona. Faz o jogo da presença e o jogo da ausência. Ele está na organização mas depois deixa de participar quando ele vê que está a ser apertado, retira-se ou faz uma presença muito mais limitada, muito mais sombria para não ficar com o poder político afetado. É um Estado que joga livre nestas questões. Quer ter presença. Por exemplo, o Ruanda tinha saído da CEEAC e entrou outra vez mas o país já entrou a pedir grandes responsabilidades. O Ruanda quer estar presente mas quando a questão começa a afetá-lo muito, ele retira-se e assim procede-se nas reuniões. Ele começa na presença e depois começa a diminuir o nível de participação para não ser obrigado a perder o poder. É esse o jogo muito interessante que o Ruanda faz. Há poucos países que manobram assim. O Ruanda quer estar presente, quer estar dentro do problema para fazer ouvir a sua voz, não é para o resolver porque quando de facto há busca de uma resolução, se não for ao seu favor, ele começa a recuar.

MAM: Quais são as vantagens que Angola tem sobre os outros países da Região dos Grandes Lagos para se tornar numa potência regional na Região dos Grandes Lagos?

CC: Será que Angola de facto quer ser uma potência regional? A Região dos Grandes Lagos é uma região passageira. Dentro das divisões de África, a Região dos Grandes Lagos não consta. África está subdividida em 5 regiões. Portanto, a região dos Grandes Lagos é uma região que é feita por Estados que são membros de outras organizações regionais. Fundamentalmente, o que Angola tem aqui é o prestígio. Agora, que Angola querera ser uma potência nos Grandes Lagos não deve ser essa a

missão. A missão de Angola nos Grandes Lagos é de levar a pacificação, promover o desenvolvimento económico do qual ela beneficia porque ela tem todas as condições para beneficiar deste desenvolvimento e paz nesta região. O objectivo é de promover a sua influência na tentativa de estabilizar essa região muito perturbada e não há aqui o objectivo nem a ambição de ser uma potência. Quando falamos duma potência, como é que nós podemos considerar isso? Como é que você vê que um Estado é uma potência?

MAM: Para analisar a potência de um país, temos que ver os elementos do poder. A população, a geografia, diplomacia, etc..

CC: Pois, são uma série de princípios. Por exemplo: como é que Angola quer ser uma potência na Região dos Grandes Lagos com a potencialidade económica que a RDC tem?

MAM: Mas a economia em si não é suficiente para determinar a potência de um Estado.

CC: Não. Por isso que a RCA não é uma potência. RCA não tem condições para ser uma potência.

MAM: Já para mim, Angola tem quase todos os elementos necessários para se tornar numa potência, embora, como o chefe está a dizer, não seja esse o seu objectivo mas acaba por ser uma consequência das coisas que tem feito.

CC: Sim... Agora, se disseses que Angola quer ser uma potência, em *ex aequo* com a África do Sul, aí a força dos dois pode transformar esta África toda, aí eu estou de acordo e já é um objectivo estratégico. Tu tens por exemplo a Nigéria, superpopulosa, destabiliza quase todo este continente e mais a norte, o Egito e a Argélia. A Nigéria, a África do Sul e Angola que se aproxima da África do Sul, juntos poderão fazer grandes coisas. Se conseguirem juntar a RDC, aí sim haverá um superpoder nesta África. Aí sim, estes países devem estar muito próximos, ter objectivos concretos mas nunca isolados, sempre juntos. Considerar como objectivo de Angola, ser uma potência na Região dos Grandes Lagos, não considero. De facto utiliza as suas experiências, a sua capacidade de influência, o seu poder de pacificar esta região, isso sim.

MAM: *Muito obrigada.*